

A IDENTIDADE DE UMA *MEMÓRIA*

Através do Centro Histórico || A Cidade de Viseu

ALEXANDRA FILIPA ABRANTES MONTEIRO
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Almeida
Departamento de Arquitetura || FCTUC || Julho 2015



A IDENTIDADE DE UMA *MEMÓRIA*

Através do Centro Histórico || A Cidade de Viseu

ALEXANDRA FILIPA ABRANTES MONTEIRO

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Almeida

Departamento de Arquitetura || FCTUC || Julho 2015

*À Família,
À Cidade de Viseu.*

Ao *Professor Doutor Joaquim Almeida*, pela orientação, disponibilidade e paciência que demonstrou ao longo deste percurso, e pelas reuniões construtivas que contribuíram para alargar o meu conhecimento, não só arquitetónico mas também cultural e pessoal.

À *Universidade de Coimbra, Faculdade Ciências e Tecnologia*, e principalmente ao *Departamento de Arquitetura*, pelo meio ambiente que foi transmitindo no decorrer do trabalho, pelos docentes e funcionários que, de uma certa maneira, me acompanharam e me apoiaram, essencialmente ao longo do curso, apesar das condições físicas do espaço onde se encontra instalado.

À *Cidade de Viseu*, por ser a minha cidade, por fazer parte da minha vida e por me definir como pessoa e como cidadã; e à *Câmara Municipal de Viseu*, por facultar, facilmente, a informação para execução deste trabalho, e por se interessar, cada vez mais, pelo bem-estar da cidade e dos seus cidadãos.

A todos os *amigos, colegas e conhecidos*, que fiz durante esta longa e fantástica viagem que foi o curso de Arquitetura, por me apoiaram, me aturaram e me alegraram durante todos os seis anos, nomeadamente, nesta prova final que foi a dissertação.

Às *minhas amigas*, por se interessarem pelo meu estado de espírito e pelo meu trabalho, por me incentivarem a continuar mesmo quando só se pensa em desistir, por me divertirem e por me inspirarem na “criação de disparates”.

Por fim, mas sempre em primeiro lugar, à *minha grande e incrível família*, que sempre esteve lá para mim, nos bons e maus momentos, que sempre me encorajou em todas as minhas decisões, dizendo sempre que “vai correr tudo bem”; à *minha Mãe* pela serenidade que tem em me aturar, a mim e à minha dislexia; ao *meu Pai* pelo entusiasmo que demonstra em tudo o que faço; à *minha Irmã* por me descontraír nos momentos mais *stressantes*; aos *meus avós*, em especial ao *meu Avô António* pela sabedoria transmitida e pela sua presença mesmo distante; e à *minha Carlota* pela amizade de uma vida.

A todos o meu profundo BEM-HAJA, à boa maneira beirã!

Sensações & Emoções

Conceitos

Cidade & Centro Histórico

Reabilitação & Espaços

Cultura & Tradição

Valores do Património

Património Urbano

Imagem &

Identidade da

Cidade

Cidades Portuguesas
Memória & Sociedade
Turismo & Consumo

Viseu

Cidade

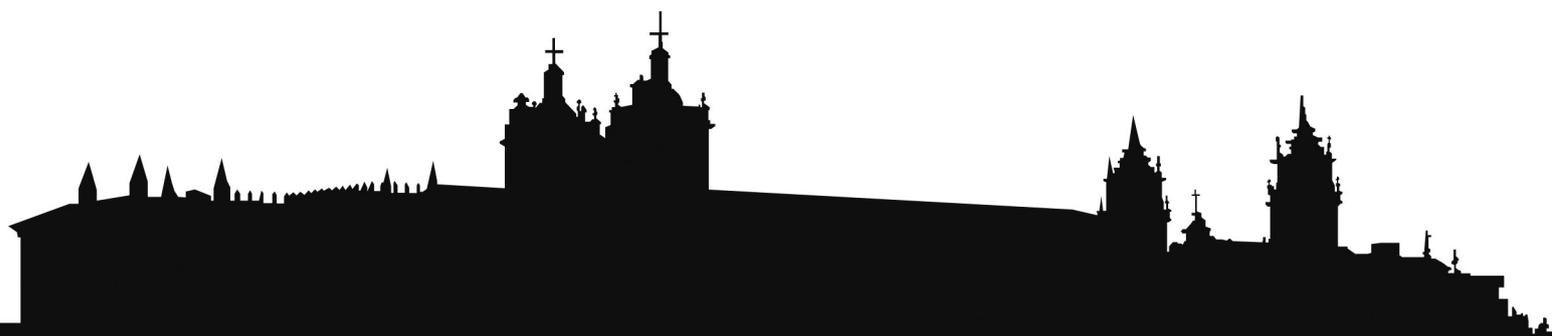
Histórica

desenvolvimento social,
económico e cultural

ambiente & espaço público

património & reabilitação

Fachadismo



A Identidade de uma Memória visa refletir sobre a *identidade da cidade*, definida pelo seu *centro histórico*, através da análise dos seus conceitos e, também, do caso de estudo, o *Centro Histórico da Cidade de Viseu*. Este tema é e será sempre adequado, porque a questão da *identidade* é um assunto que faz parte da definição de todos os indivíduos, bem como de todas as cidades, sendo importante conhecer as suas singularidades, as quais os tornam únicos num mundo cheio de semelhanças, e saber as suas diferenças, as que os distinguem uns dos outros, seja entre pessoas, entre sociedades, entre cidades ou entre objetos.

O interesse pelos centros históricos das cidades tornou-se num fenómeno contemporâneo, existindo, cada vez mais, um cuidado, por parte das cidades e também das sociedades, em proteger e conservar os seus patrimónios, materiais ou imateriais, por estes serem uma das mais importantes particularidades que as definem. Estes elementos definidores são o motivo pelo qual se tenciona analisar estes espaços históricos e as suas características, e, de que forma estes, são ou não partes integrantes e identitárias das cidades.

A mensagem que se pretende transmitir é que a partir do momento em que a sociedade identifica a sua *cidade*, identifica-se a si própria, sobretudo se essa identificação for feita a partir do seu *centro histórico*.

Palavras-Chave: Centro Histórico; Identidade; Cidade; Viseu; Sociedade; Memória; Reabilitação; Património da Humanidade.

The Identity of a Memory aims to reflect on *the identity of the city*, defined by its *historic center*, through the analysis of the concepts and also the case study, *the Viseu city's historic center*. This theme is and will always be appropriate, because the question of *identity* is an issue that is part of the definition of all individuals, as well as all cities, being important to recognize their singularities, which makes them unique in a world full of similarities, and to know their differences, which distinguish them from each other, whether between people, between societies, between cities or between objects.

The interest historic city centers has become a contemporary phenomenon, existing, increasingly, a caution on the part of cities and also of societies, to protect and preserve their patrimonies, tangible or intangible, because these are one of the most particulars that define them. These defining elements are the reason why it intends to analyze these historic spaces and their characteristics, and how these are or aren't an integral part and identity of cities.

The message that pretends to be transmitted is from the moment in which society identifies their *city*, they identify themselves, especially if that identification is made from the *historic center*.

Keywords: Historic Center; Identity; City; Viseu; Society; Memory; Rehabilitation; World Heritage.

Introdução	17
1. Os Centros Históricos, um capítulo existente nas Cidades	27
1.1 O Conceito Patrimonial	31
1.2 A História, Evolução e Problemas	41
1.2.1 O Caso da Cidade de Viseu	49
1.3 O Lugar através da Emoção e da Memória	63
1.4 O Turismo Consumista da História	69
1.5 A Reabilitação no Património Histórico	85
1.5.1 A Metodologia da Reabilitação no Centro Histórico	87
1.5.1.1 O Caso da Cidade de Viseu	99
1.5.2 Da Reabilitação à Mudança dos Hábitos Sociais e Culturais	109
1.6 Centro Histórico como Cidade da Humanidade	119
2. A Identidade da Cidade – o Caso da Cidade de Viseu	131
2.1 Conceito de Cidade e de Identidade	135
2.2 A Construção da Identidade da Cidade	141
2.2.1 Através do Observador	143
2.2.2 Através da Construção da Imagem	149
2.2.3 Através do Centro Histórico	165
3. Notas Conclusivas	175
4. Referências Bibliográficas	187
5. Fonte das Imagens	197

A *Identidade* está presente em qualquer lugar quer seja nas particularidades de um país, de uma *cidade*, de um edifício ou de um espaço, quer seja nas personalidades de uma sociedade ou de um indivíduo, definindo todos os seres e objetos dinâmicos e estáticos que se diferenciam, uns dos outros, através de cada caráter próprio e único criado por uma composição de diversas características. A *identidade* desenvolve-se por meio de variados conceitos como a história, a educação, a *memória*, o objetivo, a proteção e a conservação, os quais são muito importantes para a formação contínua seja de uma pessoa ou de um objeto. Por isto, as questões que envolvem a noção de *identidade* estão sempre presentes em qualquer tempo, época, espaço ou corpo social. Logo, como estudante de arquitetura, não poderia deixar de questionar como a *identidade* se cria no processo arquitetônico, seja através das cidades ou das infraestruturas construídas; se não se entender a *identidade* dos objetos, também não podemos mantê-los de modo a que sejam reconhecidos em qualquer situação ou momento, sabendo que a alteração contemporânea poderá destruir ou desertificar a *identidade* dos objetos e/ou das pessoas que estes representam.

A *cidade* é uma personagem de uma história, que é contada, por um lado, através das pessoas que a completam, da mesma forma que esta as completa, e, por outro lado, através dos seus elementos estruturais (como vias, edifícios, esquinas) e dos espaços que estes formam, os quais descrevem todos os tempos, todas as atmosferas e todas as comunidades que por ali passaram e/ou permaneceram, e também através de todo o tipo de atividades (sociais, culturais, comerciais, económicas, etc.) que naturalmente se desenvolvem no núcleo urbano, caracterizando-o e definindo-o. Assim sendo, a *cidade* sempre foi, ainda é e será uma responsabilidade do ser humano, pois este está sempre dependente dela e vice-versa, e como tal, esta temática não deixa de ser um dos assuntos mais abordados na arquitetura, pois a *cidade* é um objeto de estudo muito complexo e com uma grande diversidade de conceitos associados a ela, o que a tornam interessante e pertinente em qualquer área de análise.

Para o desenvolvimento da temática relacionada com a *cidade*, escolheu-se uma das suas partes integrantes, o *centro histórico*, o qual está a ganhar, cada vez mais, uma importância contemporânea, por ser um *lugar* que nos transporta de um espaço físico do presente para uma ambiência particular de um passado desconhecido, o qual consegue passar significados, sensações e emoções, como se fosse uma maneira do espaço querer conectar-se com o *observador* que o encontra. Por este motivo é que se pretende

analisar o *centro histórico* e os mistérios por detrás deste, sejam estes históricos, culturais ou sociais, pois ele é um elemento tão marcante das cidades, por ser o ponto onde tudo começou, onde se desenvolveu vida, onde se iniciou uma convivência social e onde se formaram e se construíram objetos e atividades. Todos estes fatores levam a uma procura pessoal e geral de explicações sobre nós próprios, sobre a nossa história, a nossa cultura e os nossos antepassados, os quais nos deixaram as características que nos definem e nos caracterizam, atualmente. Assim sendo, é também através do *centro histórico* que se cria a *identidade* da *cidade*, sendo também por esta razão que as cidades têm uma maior preocupação com estes espaços. Na arquitetura, esta inquietude desenvolve-se através dos processos de reabilitação, conservação e proteção que são cada vez mais os métodos utilizados para se manter as autenticidades e as originalidades dos espaços históricos e das suas infraestruturas; sendo muito importante perceber e conhecer este recurso e de que forma este preserva a *identidade* dos centros históricos.

Estes temas são abordados ao longo do trabalho, mas num primeiro capítulo desenvolve-se conceitos relacionados com o *centro histórico*, como a noção de património, histórico ou não, e de monumento, sendo este o elemento mais comum nesses espaços da história, pelo que a obra do historiador Alois Riegl, *o Culto Moderno dos Monumentos*, foi fundamental para se perceber estes conceitos e os valores que estes têm, seja histórico, artístico, de *memória* ou de antiguidade. Após esta análise de ideologias, é necessário entender a história dos centros históricos e como se foram desenvolvendo ao longo dos tempos, onde conseqüentemente também se surgiram problemas urbanos, para tal, o livro *A Alegoria do Património*, da historiadora de teorias e de formas urbanas e arquitetónicas, Françoise Choay, ajuda a perceber essa história e a sua evolução, através da abordagem que ela faz sobre o conceito do monumento histórico, e como este se desenvolve consoante as épocas seculares, criando-se, mais tarde, um outro, o do restauro. Estas fontes levaram a um aprofundamento mais arquitetónico em redor do tema do *centro histórico*, mas também se sentiu a necessidade de se estender esta temática a um nível sociológico, de maneira a conhecer a sociedade e a sua relação com o património, e mais tarde com o turismo; para se compreender melhor estas conceções, os textos desenvolvidos pelo sociólogo português, Carlos Fortuna, foram essenciais. Ainda dentro da sociologia, desenvolveu-se no primeiro capítulo, a noção de *lugar*, relacionado com a noção de *memória* e de *emoção*, bem como estes se relacionam com a sociedade através da *cidade* e do seu

centro histórico, levando, conseqüentemente, a tratar de assuntos como o turismo e o processo quase de imposição que este tem nas cidades, incorporando os espaços históricos como objetos de consumo. Para isto foi preciso compreender quais as ideologias contemporâneas que as cidades reproduzem como forma de promoção das suas particularidades urbanas e socioculturais. Ainda sobre a questão envolvente do *centro histórico*, foi importante analisar os métodos que se utilizam para a proteção e preservação destes núcleos urbanos e da sua *identidade*, sendo a metodologia usada a reabilitação destes, seja arquitetonicamente, seja culturalmente. Para uma melhor percepção deste processo, estudou-se o livro *Cor e cidade histórica – Estudos cromáticos e conservação do património* do arquiteto português José Aguiar, o qual refere conceitos relacionados com o património e os restauros que se efetuam neste. Ainda associada à questão da reabilitação, menciona-se não só o seu processo, mas como este poderá mudar as tradições, os hábitos socioculturais de uma *cidade*, como pode influenciar também na mudança da *identidade* urbana ou mesmo na sua perda. Um outro assunto da atualidade é a candidatura das cidades a Património da Humanidade, as quais refletem sobre todos os conceitos e matérias que foram estudadas neste trabalho, pois para se receber tal “título”, é necessário que haja um conhecimento prévio sobre a sua *cidade*, o seu património, a sua cultura, a sua sociedade e as características que a identificam, para que as suas futuras intervenções sejam as mais corretas e eficazes.

Para se apreender melhor estes princípios arquitetónicos e socioculturais, escolheu-se, como caso de estudo, a cidade de Viseu e o seu *centro histórico*, por forma a conhecer-se e entender-se a sua história, a sua cultura, o seu desenvolvimento, a sua sociedade (na qual a autora se insere) e a sua forma de crescimento evolutivo, quer temporal quer espacialmente, através de uma análise urbana, arquitetónica, social e cultural dos seus espaços históricos e das suas eras temporais, onde o Guia que o município criou, explica bem estes princípios.

Seguidamente, este trabalho levanta questões relacionadas com a *identidade da cidade*, já num segundo capítulo, onde, primeiramente, se define o que é *identidade* e o que é *cidade*, quer a nível geral, quer a nível particular (o da arquitetura), sendo depois determinante compreender como se constrói a *identidade da cidade*, considerando-se que, por um lado, é o *observador* que descreve uma imagem marcante e memorial do espaço e do tempo da *cidade* que observa, pelos sentimentos e significados que cria desta; por outro lado, é através de uma construção da *imagem da cidade* que se elabora

a *identidade* desta, onde se deve compreender como o *lugar* atrai ou não, e quais as singularidades e significados que mais atraem o *observador*, pois as cidades devem ter um domínio próprio da sua imagem, se é que querem utilizá-la como estratégia promocional na competição existente com as outras cidades. O livro de Kevin Lynch, *A Imagem da Cidade*, fundamenta estes princípios, como se forma e se traça uma imagem urbana, e quais os fatores que a criam.

Por fim, com este trabalho, foi proposto entender como se define a *identidade da cidade* através do seu *centro histórico*, onde é importante compreender como e porquê este está associado a essa *identidade*, tendo sido, mais uma vez, utilizado o conhecimento do sociólogo, Carlos Fortuna, em relação a esta temática e de como a sociedade intervém na definição da *identidade* urbana das suas cidades. Neste capítulo também se analisa estas noções no caso de estudo, a cidade de Viseu, tentando-se perceber o que identifica a *cidade* e como o seu *centro histórico* pode ser um dos elementos marcantes na sua definição e caracterização, pois, como *observadora* da *cidade de Viseu* é importante conhecer e perceber a *identidade* desta cidade, visto também fazer parte da sua *identidade*.

1. OS CENTROS HISTÓRICOS, UM CAPÍTULO EXISTENTE NAS CIDADES ||

O objeto abordado na presente dissertação é a *Identidade da Cidade* através do seu *Centro Histórico*, sendo, primeiramente, referidas algumas das temáticas relacionadas com a formulação destas áreas históricas, onde estão muito presentes conceitos como património (histórico, cultural, artístico), monumento, e de como estes foram atribuídos ao longo dos tempos, tendo em conta os pensamentos e os significados desenvolvidos pela sociedade, e o papel das cidades perante estes conceitos. Durante este processo de conhecimento é importante compreender a história dos centros históricos, como estes se foram desenvolvendo, temporal e espacialmente, e quais os problemas e as consequências destes nestes espaços, tendo a reabilitação como uma das suas soluções. Estas temáticas são analisadas no caso de estudo deste trabalho, a cidade de Viseu, descrevendo também a história do seu centro histórico ao longo da sua existência, tentando perceber quais as problemáticas aí presentes. Para além de conceitos relacionados com a arquitetura e a cultura dos centros históricos, também é importante perceber o lugar histórico urbano através da emoção exercida pelos patrimónios nos observadores e da memória criada por estes dos elementos constituintes das zonas históricas. Outra temática muito relacionada com os espaços antigos é o turismo, que leva, por um lado, a que as cidades queiram reabilitar os seus centros históricos, explorando as suas particularidades e, por outro, a mostrar o que os observadores desses espaços consomem, tais como a sua história, a sua cultura e a sua sociedade; aspetos estes também analisados através do caso da cidade de Viseu. Após a perceção do mundo temático envolvente dos centros históricos, direciona-se o estudo para o processo complexo da reabilitação nos patrimónios históricos, percebendo-se quais os métodos possíveis e funcionais dessas intervenções, assim como as ideologias restauradoras existentes para estes espaços e quais as mudanças que poderão surgir com esse processo de reabilitação. Estes conteúdos levaram a um aumento das cidades históricas como Património da Humanidade, tornando-se este num assunto fundamental a referir no capítulo relacionado com os centros históricos, com exemplos de cidades com esta classificação e analisando a proposta ideológica onde a cidade de Viseu pretende candidatar-se.



*VIRIATO
MITOS & LENDAS*

1



SÉ CATEDRAL DE VISEU

2

Figura 1 || Viriato, guerreiro lusitano com mitos e lendas, exemplo de Património Imaterial da Cidade de Viseu.

Figura 2 || Sé Catedral de Viseu, monumento histórico, exemplo de Património Material da Cidade de Viseu.

1.1 O Conceito Patrimonial

Os centros históricos são uma realidade existente nas cidades, sendo estes espaços do passado situados no presente, pelo que é importante perceber e conhecer como surgiram, como funcionaram, como se desenvolveram e como se perderam. Estas zonas históricas têm perdido “vida” e se “espalhado”, não só por disputa territorial mas por outros motivos, estando sujeitas a outras centralidades citadinas, mas também como exemplo cultural e histórico da *identidade* urbana. Torna-se essencial a intervenção racional nos centros históricos das cidades, uma vez que está em causa acabar com a deterioração ambiental e a indiferença social, conservando o que ainda existe das culturas históricas dos lugares e das memórias das cidades. “Cada parte da cidade só tem sentido se entendida no todo que é a cidade ela própria.”¹ A cidade está situada num tempo único e diverso que desenvolve a sua complexidade e a sua multiplicidade social, cultural, arquitetónica e política, sendo prudente protegê-la como património para não se possuir uma cidade criada em concordância com as outras e sem memória de si.

Presentemente, quando se pensa em centro histórico, “automaticamente” pensa-se em *património* cultural urbano. *Património* é uma palavra derivada do latim (*patrimoniu-*, «*id.*») que se define por (...) *bens que se herdaram, (...) de família; zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural (...)*.² Estes “São patrimónios históricos edificados, mas também patrimónios socioculturais, artísticos, linguísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje (...)”³ Estes patrimónios, sejam eles materiais ou imateriais, expressam uma “postura” de vida passada e, ao mesmo tempo, contemporânea, que integram a memória social e demonstram, simbolizam a própria “alma” dos lugares; e “Destes patrimónios, tangíveis e intangíveis, estão cheios os centros históricos desvitalizados das nossas cidades.”⁴, o que se comprova quando visitamos e observamos qualquer cidade do mundo, a qual tenha uma história presente, mas também qualquer cidade portuguesa, as quais têm espaços ricos em história, em memória, em cultura e em arquitetura. Assim sendo o património é representado, muitas

¹ FORTUNA, C. (2006). *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Coimbra. Oficina do CES, nº 254; p. 6.

² DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. (2009). Porto. Porto Editora. Edição 2009, p. 1201.

³ FORTUNA, C. (2006). *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Coimbra. Oficina do CES, nº 254; p. 3.

⁴ *Ibidem*, p. 10.



Figura 3 || Acrópole de Atenas, na Grécia; (exemplo de monumento e de património histórico).

Figura 4 || Coliseu de Roma, em Itália; (exemplo de monumento e de património histórico).

Figura 5 || Torre dos Clérigos, no Porto; (exemplo de monumento português e de património histórico).

Figura 6 || Sé Catedral e Museu de Grão Vasco, em Viseu; (exemplo de monumento português e de património histórico).

das vezes, por *monumentos* que se descrevem como *construção ou obra de escultura destinada a perpetuar a memória de um fato ou de alguma personagem notável; edifício majestoso; obra digna de passar à posterioridade; mausoléu; memória, recordação; (...) restos ou fragmentos materiais pelos quais podemos conhecer a história dos tempos passados.*⁵ Para o autor Alois Riegl, monumento é “(...) uma obra de mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjunto de tais feitos e destinos).”⁶ Os monumentos estão presentes em todo o mundo como por exemplo a Acrópole de Atenas que representa a civilização grega, ou o Coliseu de Roma que retrata a civilização do império romano, ou a Pirâmide do Sol no México que simboliza civilizações de cultura mesoamericana pré-colombiana; em relação às cidades portuguesas, facilmente associamos a Torre de Belém ou o Mosteiro dos Jerónimos à cidade de Lisboa ou a Igreja e Torre dos Clérigos à cidade do Porto, sendo que à cidade de Viseu associamos a imagem da Sé Catedral e do Museu de Grão Vasco.

Outro conceito que está relacionado com o centro histórico é o *património histórico* que “(...) designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua presença comum ao passado (...). Na nossa sociedade errante, (...) «património histórico» tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade.”⁷ Este conceito é relativamente recente, estando em constante transformação consoante as épocas, mas no final do século XVIII, surgiu num contexto cultural relacionado a uma ideia de nostalgia do passado e de desejo em reabilitar. No princípio só se consideravam patrimónios históricos, os monumentos associados a um tempo, a uma história, mas o seu significado tem aumentado, abrangendo muito mais do que apenas monumentos materiais. O caso da cidade de Viseu não foi exceção, sendo que o conceito de património histórico surgiu nesta cidade no início do século XX, estando associado à ideia de reabilitação do mesmo; este tema foi sendo abordado ao longo deste século, onde no final, o seu significado aumentou e alastrou-se até aos nossos dias.

⁵ *DICIONÁRIO da Língua Portuguesa*. (2009). Porto. Porto Editora. Edição 2009, p. 1085.

⁶ RIEGL, A. (2013). *O Culto Moderno Dos Monumentos e outros ensaios estéticos*, trad. João Tiago Proença e Edições 70. Lisboa. Edições 70; p. 9.

⁷ CHOAY, F. (2006). *A Alegoria do Património*, trad. Teresa Castro. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p.11.

Hoje em dia, vive-se num mundo com falta de determinações políticas e categóricas, o que dificulta a definição clara do que é ou não é património. Quando se quer tornar tudo património criam-se cada vez mais critérios para se classificarem os monumentos como tal, aumentando assim o leque de bens nessa categoria; no entanto, o principal elemento de tal criação está relacionada com essa dificuldade de definir critérios discutidos socialmente, com argumentos claros e não interligados com os tais sentidos e significados que a sociedade facilmente elabora. A inexistência desses critérios reflete-se na própria inexistência de sentidos, o que leva a considerar património diversos monumentos e outras características culturais, da mesma forma que a arte se tornou cultura, o que por vezes se confunde com espetáculo. “(...) o património é sempre uma seleção e uma escolha. O seu significado é um valor atribuído em negociação sociocultural.”⁸ Estas afirmações do sociólogo Carlos Fortuna concluem que o património depende de uma influência dos pensamentos da sociedade, a qual pode pensar de uma maneira técnica ou através de um reflexo; sendo que, na forma técnica, o valor que se atribui é o resultado do conhecimento de especialistas e do seguimento de princípios técnicos, científicos e académicos; enquanto no pensamento pelo reflexo, o valor é resultado da difusão das reflexões provenientes das observações mais comuns e verdadeiras, mas não menos fundadas, da sociedade. O aumento das muitas instituições culturais que se preocupam com uma proteção e conservação do património demonstra o crescimento da importância desses reflexos sociais indiretos, pois estes exigem manifestações públicas de opinião sobre os bens culturais, como também se dedicam à atribuição da importância cultural em tais bens. Numa sociedade diversa, os objetos, espaços e atividades socioculturais que são definidos como património, estão sujeitos à existência de observadores com princípios e direções políticas e ideológicas diferentes, e do lugar que estes ocupam na estrutura social das cidades; mas também da predisposição comum e das diversas “mentes abertas”, existentes na sociedade, para reconhecer e valorizar os patrimónios das outras sociedades, dos outros tempos sociais, ou dos outros lugares que também pertencem a este mundo cultural contemporâneo. Como José Aguiar afirma “...um dos objectivos fulcrais da conservação do património urbano era salvar a *identidade* e o *ambiente* da cidade histórica.”⁹

⁸ FORTUNA, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 97, p. 37.

⁹ AGUIAR, José. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações, 1ª edição, p. 111.

Alois Riegl defendia que o significado dos monumentos não reflete o que essas obras patrimoniais foram ou representaram, hipoteticamente, nem que objetivos serviram, além de nem sequer terem relação com o próprio propósito característico que lhes foi dado no passado. Aliás, para este historiador, é a sociedade moderna responsável pela atribuição de valor e de significado modernos a esses patrimónios. Esta sociedade, a que ele se refere, atualiza o significado do património conforme as suas próprias normas de valorização e transmite significados funcionais e diversos para os objetos, os espaços e as atividades sociais e culturais, que renovam o significado no seu presente e com o qual se pretendem harmonizar, sendo estes patrimónios de um passado não tão antigo assim. Mas onde ou a quem se pode adquirir esse valor e significado do património? Por um lado, essa atribuição pode ser colocada à própria competência de pessoas especializadas, os ditos técnicos, cientistas, artistas ou académicos, mas também a pessoas diretamente relacionadas com o “mundo” do património, como os empresários, jornalistas e os agentes turísticos; por outro lado, a classificação desse significado patrimonial pode resultar do trabalho da sua sociedade e das suas funções sociais, políticas e cívicas, do mesmo modo que pode ser uma consequência da atividade dos próprios turistas que, sendo estes os principais recetores e consumidores do património, acabam sempre por atribuir significados característicos aos objetos, espaços e atividades culturais presentes nos seus consumos turísticos. Mas a atribuição desse valor patrimonial não deixa de estar relacionado diretamente à própria essência do património em questão. O valor histórico, também referido pelo Alois Riegl, de certo objeto, espaço ou atividade sociocultural, pode advir do seu valor “concordante” em atividades informais de negociação ou, simultaneamente, em comparações informais entre as pessoas especializadas e o público em geral. No caso das cidades portuguesas existe um pouco a mistura do pensamento técnico com o reflexivo e emocional, pois hoje em dia, a opinião da sociedade em relação às suas cidades é cada vez mais tida em conta, o que aumenta o leque de escolhas da designação do que é ou não património da cidade, mas a qual tem, cada vez mais, como principal objetivo identificar, proteger e conservar o seu património, o seu valor histórico e urbano, de maneira a que estes a representem, de uma forma nítida, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

A ideia de como se pode inserir modernidade nos centros históricos das cidades baseia-se à volta de fundamentos como a função, a originalidade e o apoio internacional na cultura, incentivando assim compartimentos de renovação e de promoção cultural. A

cidade deve desenvolver uma coerência interna e uma cooperação liberal da sua sociedade e de todas as culturas expressas existentes; estes fatores são um género de formalidade ética, com o objetivo de uma colaboração da cidade com outras e compõem um património que “demanda” o desenvolvimento, a salvaguarda e o equilíbrio. “É este o sentido das cidades refúgio, das cidades educadoras, das cidades solidárias ou das cidades criativas de hoje.”¹⁰; sendo estas as cidades do mundo de hoje, as cidades portuguesas também se integram neste conceito, dando importância ao seu património e à sua cidade, querendo perceber e mostrar a sua *identidade* patrimonial e urbana; como é o caso da cidade de Viseu que, hoje em dia, está atenta ao que acontece com as outras cidades, pretendendo a colaboração da sua sociedade nas diversas atividades que possui, de modo a promover a sua cidade além-fronteiras, protegendo e conservando o seu património característico, como o é o caso do seu centro histórico, o qual retrata a cidade viseense.

¹⁰ FORTUNA, C. (2006). *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Coimbra. Oficina do CES, nº 254; p. 10.



Cidades Portuguesas onde se verifica as mesmas características territoriais (situadas num planalto, à margem do rio).

Figura 9 || Perfil da cidade histórica de Lisboa.

Figura 10 || Perfil da cidade histórica de Viseu.

Figura 11 || Perfil da cidade histórica do Porto.

Figura 12 || Perfil da cidade histórica de Coimbra.

1.2 A História, Evolução e Problemas

As cidades portuguesas, e respetivamente os seus centros históricos, têm as mesmas preocupações em relação à qualidade dos espaços públicos, como o uso e a função, a acessibilidade e a mobilidade, a circulação pedonal, automóvel e estática e as relações entre estas, e a qualidade de construção nos espaços privados e públicos. A cidade portuguesa, quase sempre, situada num planalto ou monte, normalmente associado à margem de um rio, e virada a sul, características relacionadas com uma ideia militar legada pelos romanos. As cidades portuguesas históricas são de origem simples, de cultura mediterrânea, com vestígios memoráveis da época medieval, a qual estaria sobre uma estrutura romana, com alguns padrões de origem árabe nas suas vias. Estas características semelhantes entre as estruturas e as formas dos centros históricos das cidades portuguesas, levam a pensar que têm o mesmo tipo de problemas urbanos. A típica cidade medieval é construída em redor de um castelo ou de uma igreja (Sé), com ruas apertadas e labirínticas com alguns espaços públicos no centro, dentro de muralhas, pelo que, por um sistema de “acrécimo” construtivo e de reconstrução, a estrutura urbana depois de preenchida, foi aumentando arquitetonicamente em altura. Isto ocorreu até ao século XIX, mas com a extensão das periferias, estas cidades históricas passaram a ser consideradas *centros históricos*, não tendo a cidade de Viseu sido exceção. Segundo o sociólogo Carlos Fortuna, o “Centro Histórico das Cidades (CHC) costumava albergar todas as funções urbanas, tornando-se difícil estabelecer com rigor uma divisão clara entre áreas residenciais, de produção, comércio, ou administração, tal era a imbrincada malha que as interrelacionava.”¹¹ Esta definição mostra que essas cidades antigas eram multifuncionais e destacavam-se pela sua diversidade social.

A partir da época renascentista e da revolução industrial, as cidades passaram a estar em constante crescimento, o que dividiu as funções das cidades espacialmente; esta consequência criou novos centros urbanos e comerciais que se desenvolveram em redor das margens da cidade antiga, aumentando esta em todas as direções. Apesar de manter algumas das atividades administrativas e comerciais, estas conservaram-se por serem costumes antigos ou por estarem quase em ruína, permanecendo uma atividade residencial, que era habitada por uma sociedade vulnerável, o que em si mesmo enfraqueceu esse centro, que mais tarde seria considerado histórico, tornando-se perdido

¹¹ FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62, p. 1.

na cidade. Com a mudança das atividades industriais e de produção e dos centros urbanos para as periferias das cidades, ocorreu também um deslocamento de classes sociais, nomeadamente da sociedade que vivia nos centros quer históricos quer urbanos, provocando um começo do abandono desses centros. Assim sendo, as cidades e os seus centros foram perdendo a multifuncionalidade no seu todo, tornaram-se espaços mais específicos para certas funções e para uma certa sociedade.

Esta perda de atividade da cidade caracteriza-se pela perda do antigo dinamismo do seu centro, transformando este no espaço mais degradado, velho, “pobre” da sua cidade. Isto faz com que apareça um novo conceito, o do *património*, referido acima, e de novas políticas, estas de controlo económico e social, e de organização territorial das cidades; políticas que vieram valorizar a economia, a sociedade e a simbologia dos espaços urbanos e dos centros históricos das cidades. Este reconhecimento das cidades faz com que o antigo centro adquira uma nova *identidade* atrativa para a população e uma nova oportunidade de negócio para investidores. Aos poucos e poucos, as cidades poderão voltar ao que eram antigamente, por causa da reposição espacial das diversas funções: umas que foram para as periferias e regressam ao centro histórico, outras que nunca saíram desses centros, mas desenvolvem-se e reformulam-se, e outras que são criadas desde o início. Mas este é um caminho longo com que as cidades hoje em dia se preocupam, pois é preciso muito investimento económico, social e cultural para que este “plano” seja executado e resulte nos seus centros históricos. Ao mesmo tempo que se revalorizam os centros históricos e se deslocam as atividades, novas e antigas, existe na mesma um aumento de novos espaços nas periferias dos centros urbanos já existentes. Hoje em dia, as cidades estão estruturadas com estes dois centros, um histórico com valor de património e arquitetónico, e outro de “entretenimento” onde se situam as atividades comerciais e culturais; estas duas estruturas associam-se uma à outra, o antigo com o atual, a história e o património com o comércio e a cultura, o que provoca mais competitividade entre as cidades. Esta dupla de fatores dos centros aumenta o movimento das cidades, pois ao conterem condições estéticas e simbólicas, a ação de “ir às compras”¹² transformou-se num conceito social e cultural; num conceito que atualmente é banal e indiferente, mesmo que essa ação seja só para passear e não comprar, não deixa de ser uma ação de consumo, em todos os sentidos: visual, auditivo,

¹² FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62, p. 6.

tátil, perante os espaços da cidade. Mas é através deste consumo que aumenta a competitividade entre as cidades, definindo cada uma a sua exclusividade visual, auditiva e/ou tátil. Deste modo, pode-se dizer que os centros históricos, ao longo dos tempos, tornaram-se lugares de consumo, ocupando as suas cidades com maior diversidade de atividades e estas mais temporalmente intensas, o que leva a uma igualdade social, mas de engano e não de realidade.

Nos finais do século XX, precisamente no ano da queda do muro de Berlim, começou-se a pensar na ideia de património, reabilitação e de turismo, refletindo como estes três domínios da realidade cultural estão relacionados, o que levou não só a analisar as maneiras como se estimulam mutuamente, mas também as particularidades perante as quais intervêm nas atitudes e nas convicções sociais das cidades. A relação do património com o turismo e a sociedade começa pelas atitudes de preservação e salvaguarda dos patrimónios dos centros históricos, os quais não estão associados à ideia imposta à sociedade de um constante desejo de conservação e continuidade das suas tradições e dos seus modos de vida. O fator político e cultural da humanidade tem um propósito autoritário de querer transmitir às futuras gerações a tradição cultural, mas a premissa da preservação e proteção do património tem a sua própria independência institucional e não deve ser confundida com a conservação de uma qualquer tradição sociocultural das sociedades. Assim, a cidade deve ser eficiente em representar a sociedade que a constitui, bem como, as suas condições e as suas próprias diferenças, mas também os seus “anos”, as suas essências familiares, as suas ocupações, os seus costumes, quer sejam culturais, comerciais e/ou comportamentais. Estas características variam consoante a dimensão das cidades, e fazem “ (...) dos centros das nossas cidades, um tal mosaico cultural.”¹³, como afirma Carlos Fortuna. Mas o aumento da procura de (re)alojamento das classes sociais mais ativas, económica e culturalmente, faz com que haja um crescimento do movimento urbano, e que as classes sociais “mais pobres” e “mais velhas” sejam privadas de uma “solicitação cultural”, a de habitar no centro histórico da cidade. Mas, por vezes, o que acontece é que os proprietários locais desses centros vendem os seus imóveis, o seu património a agentes que mais tarde revendem por um baixo valor cultural, em relação aos outros nos centros urbanos, a investidores mais ricos; mas também acontece o contrário, as pessoas que deixam as

¹³ FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62, p. 8.



Figura 13 || Edifício do Centro Histórico da Cidade de Viseu, situado na Rua Senhora da Piedade (uma das ruas que sai da Rua Direita), onde se verifica o abandono e a degradação de infraestruturas.

Figura 14 || Edifício do Centro Histórico da Cidade de Viseu, situado na Rua D. Duarte (uma das ruas que sai da Praça D. Duarte), havendo também o abandono e a degradação de infraestruturas.

Figura 15 || Edifícios do Centro Histórico da Cidade de Viseu, situados na Rua Direita (no cruzamento desta com a Rua do Gonçálinho), onde se verifica, no lado esquerdo da imagem, um exemplo de decadência e, do lado direito, um de conservação.

suas habitações porque encontraram condições melhores, ou as pessoas que não abandonam os seus espaços por não terem poder económico para tal, suportando as condições desatualizadas quer em relação à sua estrutura arquitetónica quer em relação às instalações que a compõem, o que leva ao degradamento dos edifícios situados nos centros históricos. Esta situação acontece na maior parte, senão mesmo em todas, as cidades portuguesas; não sendo diferente, este problema verifica-se também no centro histórico da cidade de Viseu, onde quase ninguém habita esta “cidade histórica” por não existir condições de habitabilidade, por ter havido um abandono populacional, levando à degradação dos edifícios, havendo, cada vez mais, a preocupação de os reabilitar. Nesta dualidade dos centros históricos existe um lado de decadência e outro de renovação, o que se torna um problema, pois fragmenta estes centros a nível social e arquitetónico, revelando a perda da centralidade dos mesmos “(...) como mosaico exemplar da diversidade cultural.”¹⁴

¹⁴ FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62, p. 10.

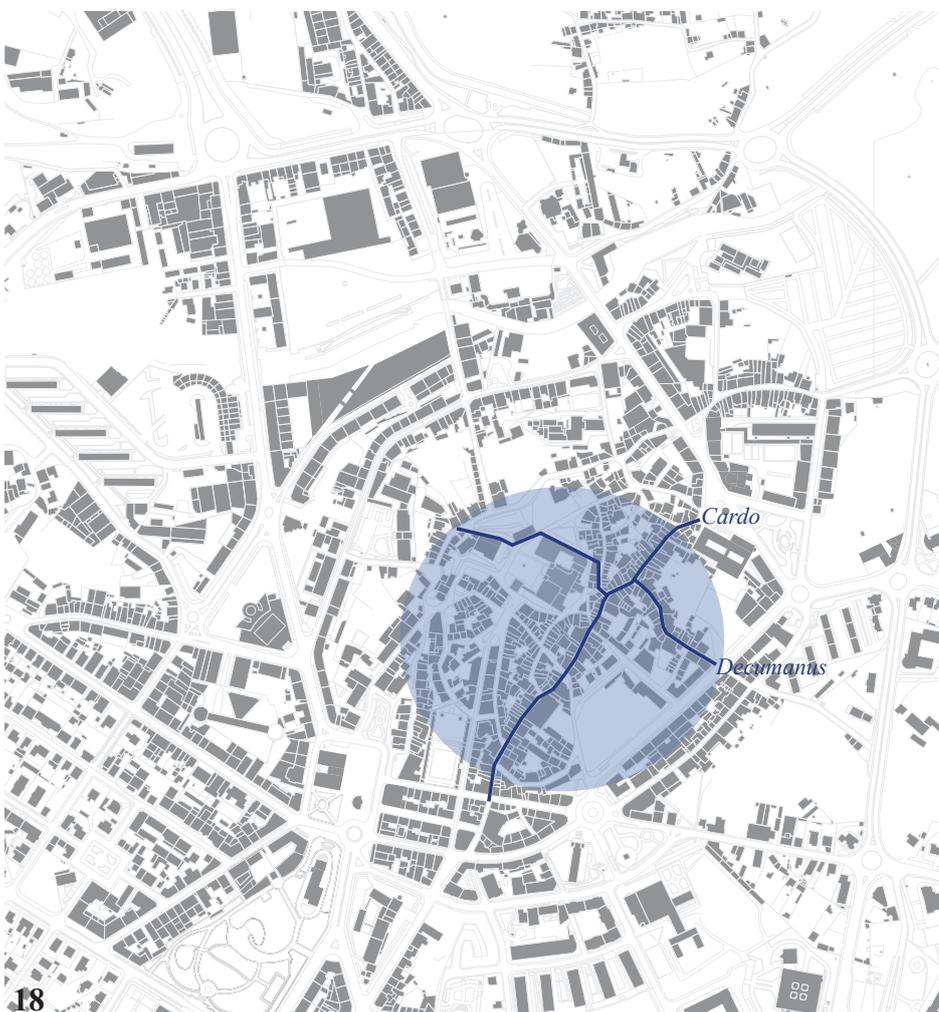
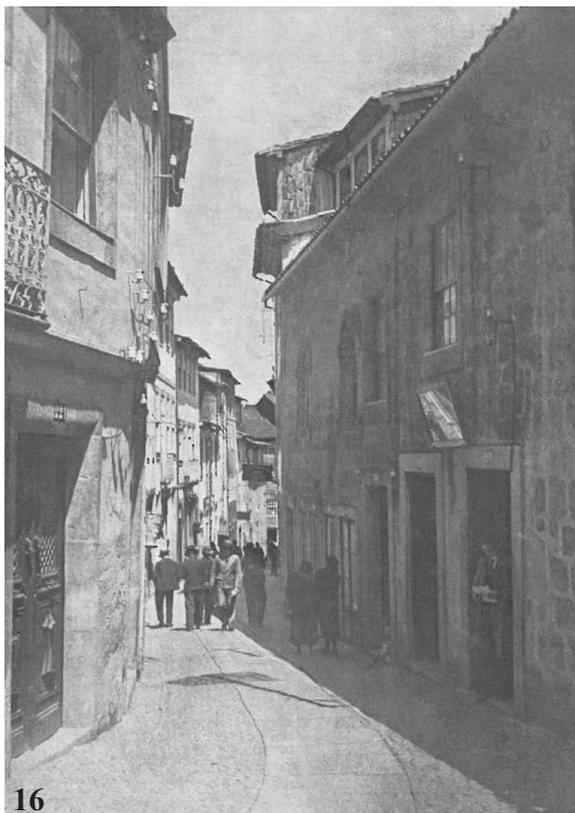


Figura 16 || Rua Direita, no cruzamento com a Rua do Gonçalves (no mesmo local que a figura 15), foto de Almeida Moreira, de 1937.

Figura 17 || Rua Direita, no cruzamento com a Rua D. Duarte, foto dos inícios do século XX.

Figura 18 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala a área da ocupação da antiga cidade romana e os seus eixos principais: o *cardo* (atual Rua Direita) e o *decumanus* (atuais Rua do Gonçalves, Rua Escura e Rua da Misericórdia).

1.2.1 O Caso da Cidade de Viseu

A cidade de Viseu, como uma típica cidade portuguesa, está implantada num planalto, sendo este o ponto-chave para o seu começo e desenvolvimento de vida, o qual remonta à Pré-História, entre os séculos IV e III a.C., existindo alguns vestígios que remetem para essa época no atual claustro do Museu de Grão Vasco. A pequena área da cidade estaria situada entre o alto da Sé e a atual Rua Dr. Luís Ferreira (rua paralela ao Mercado 2 de Maio), onde habitava um povo numa estrutura arquitetónica circular e de pedra, característico desse tempo; foi nesta altura que surgiu pela primeira vez uma muralha na cidade de Viseu. Tal como aconteceu com o resto do país, esta povoação desapareceu com o aparecimento dos romanos, os quais mudaram a estrutura urbana da cidade para ortogonal, como era típico da sua arquitetura, durante os séculos I a.C. e I d.C., continuando a ocupar a “acrópole” já existente, expandindo-se um pouco mais para oriente e sul; já a ocidente e norte, os limites da cidade continuaram a ser definidos pela muralha já criada, a qual foi reforçada. Esta muralha seria mais simbólica do que defensiva, sendo “fragmentada” por portas que se localizavam nos extremos dos principais eixos: *cardo* e *decumanus*, sendo que o *cardo* indicava o sentido Norte-Sul da cidade e o *decumanus*, o sentido Este-Oeste; o primeiro situava-se de uma ponta à outra da atual Rua Direita e o segundo da junção da Rua do Gonçálinho e da Rua da Misericórdia. Hoje em dia, o “*cardo*” ainda se mantém, já o “*decumanus*” é a Rua do Gonçálinho, continuando pela Rua Escura, passando por trás do Museu de Grão Vasco e seguindo até ao fundo da Rua da Misericórdia, sendo as outras ruas do centro histórico paralelas a esta estrutura viária. Outra característica da arquitetura romana era a existência de um *fórum* onde estaria o centro da cidade com as funções mais importantes (política, administrativa e religiosa), o qual se situava na “acrópole” de Viseu, onde hoje em dia se encontra o Adro da Sé, sendo que o templo estava no atual claustro do Museu de Grão Vasco.¹⁵

No século IV, com o cristianismo, a já referida “acrópole” sofreu modificações com os seus novos ideais, sendo que a muralha foi destruída e mais tarde erguida face a invasões bárbaras. Com a mudança da muralha, a área urbana que esta albergava

¹⁵ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=3>; Esta informação foi baseada pela descoberta de bases de colunas do próprio templo, concluindo-se até as medidas das colunas e que era um templo períptero, assentando sobre um pódio.

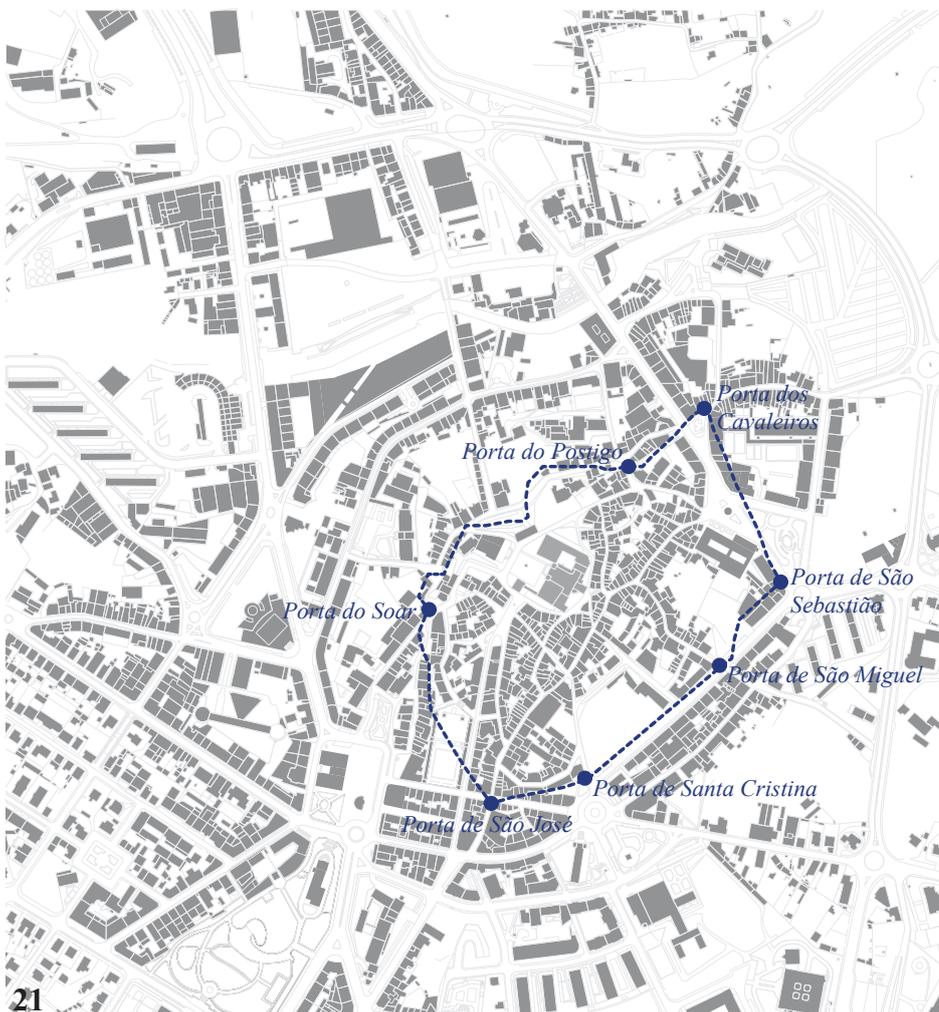
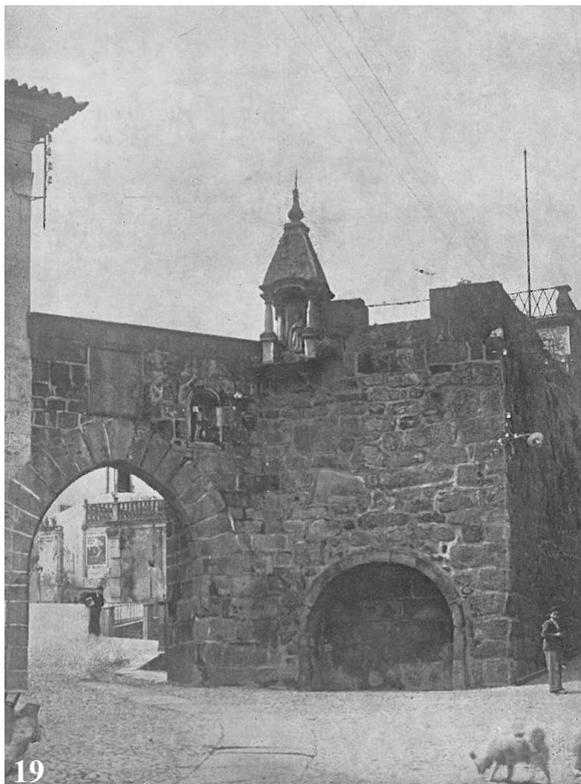


Figura 19 || Porta do Arco (ou dos Cavaleiros), ainda existente nos dias de hoje (foto de Almeida Moreira, de 1937).

Figura 20 || Porta do Soar, uma das portas que atualmente ainda existe (foto de postal, de 1946).

Figura 21 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala a área da muralha (século XIV) e as Sete Portas que se interligavam com ruas em diferentes direções.

diminuiu, deixando de fora habitações, o que levou ao aproveitamento de algumas pedras das épocas anteriores para a “nova” construção da muralha. Outras alterações feitas foram o estreitamento das ruas interiores da muralha e a construção de um novo templo cristão, sabendo-se que esta cidade existiu na época dos Visigodos, aproximadamente no século VIII. Viseu foi uma cidade que sofreu muitas invasões de povos com culturas diversificadas, o que a tornou numa cidade um pouco “frágil” culturalmente, sendo que, quando Afonso III das Astúrias, “El Magno”, a conquistou, entre o século IX e X, esta cidade praticamente não tinha nem muralhas nem pessoas; mas foi com a época medieval que surgiram paços reais, existindo um onde está o atual claustro da Sé. As ruas medievais, pertencentes ao atual Centro Histórico, estavam organizadas por funções e atividades, as quais davam nome à rua, como Rua das Tendas, do Carvoeiro, das Estalagens ou das Olarias. A cidade esteve durante muito tempo sem uma estrutura defensiva para proteger os poucos edifícios que possuía, mesmo durante as guerras de D. Fernando, no século XIV, não existia tal infraestrutura, tendo sido os incêndios dessa época fatais para a estrutura urbana. Tal situação levou a uma determinação de um novo plano de muralhas, de modificações urbanísticas e de reedificação da malha urbana da cidade; a construção da nova muralha foi iniciada por D. João I e concluída nos finais do reinado de D. Afonso V¹⁶, a qual era composta por sete portas, a saber: do Soar, de Cimo de Vila ou de São José, de Santa Cristina, da Regueira ou de São Miguel, de São Sebastião, do Arco ou dos Cavaleiros, e do Postigo; estas portas estavam ligadas a uma série de ruas, cada uma com uma direção diferente. Atualmente, só permanecem a Porta do Soar, junto ao Largo Pintor Gata e a do Arco, na Rua dos Cavaleiros, com alguns vestígios da Porta do Postigo e de Santa Cristina; as restantes foram demolidas no século XIX. A Rua Direita era a rua mais movimentada, a qual na altura se chamava Rua das Tendas, interligando a Porta do Arco à Porta de Cimo da Vila.

O século XVI foi uma época importante para a definição da “aparência estética” da estrutura urbana das cidades; assim, no centro da cidade de Viseu foi delimitada uma praça: a nascente pela Sé Catedral (iniciada no século XII com um estilo românico); a sul a antiga Torre de Menagem; mais tarde a poente construiu-se a atual Igreja da Misericórdia; e a norte o Seminário de Nossa Senhora da Esperança, conhecido por

¹⁶ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=6>.

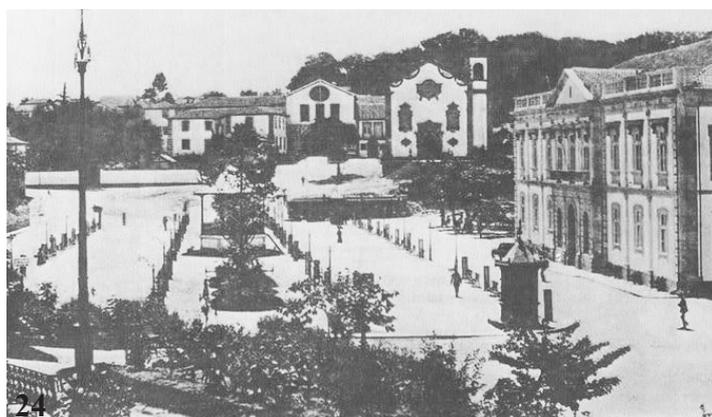


Figura 22 || Adro da Sé, visto da zona da Igreja da Misericórdia, com a Sé Catedral e o o Paço dos Três Escalões.

Figura 23 || Praça do Conselho, atual Praça D. Duarte (foto de postal, de 1884, época em que a praça era designada por Praça Luís de Camões).

Figura 24 || Rossio de Massorim, atual Praça da República, onde se observa o Convento de Santo António e, ao seu lado direito, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (foto postal).

Figura 25 || Largo de Santa Cristina, onde se observa a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (foto dos inícios do século XX).

Figura 26 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala os espaços públicos mais antigos e os edifícios históricos correspondentes.

Paço dos Três Escalões (atual Museu de Grão Vasco) que tinha uma conexão com o paço episcopal e com a Catedral, sendo também o elemento que dividia o espaço do Adro da Sé com o Largo do Miradouro (atual Largo António José Pereira), situado a uma cota inferior. Ainda neste sítio, foram construídas algumas habitações quinhentistas, como a Casa do Miradouro e restaurados diversos edifícios habitacionais, sendo “decorados” por elementos característicos manuelinos nas janelas e portas (ainda presentes na Rua Direita, na Rua Augusto Hilário e na Rua D. Duarte) e na cobertura e fachada da Igreja da Sé. Outra obra muito importante neste período, foi a criação do claustro renascentista da Sé, desenhado pelo arquiteto italiano Francesco de Cremona, o que mais tarde poderá ter influenciado a morfologia das novas construções em redor, como o portal da Casa do Miradouro e as colunas da Casa da Quelha do Chantre.

Até aos finais do século XVIII, a praça principal da cidade era a Praça do Conselho (atual Praça D. Duarte), por ser a praça com todo o tipo de funções: a cadeia civil e eclesiástica, o açougue municipal, o pelourinho, algum comércio com lojas e a feira semanal. Certas praças como a Praça da Erva (atual Largo Pintor Gata) estabeleciam uma ligação com outros espaços importantes que se encontravam fora das muralhas como o Rossio de Massorim (atual Praça da República) ou o Rossio de Santa Cristina, o qual tinha uma ermida medieval, uma fonte (ainda existente) e um cruzeiro, demonstrando o desenvolvimento urbano da cidade exterior às muralhas. Neste século, o núcleo central da cidade sofre transformações intensas quer no crescimento urbano em redor à área murallhada, quer em relação à “aparência” do edificado em toda a cidade, tal como a Catedral, a qual sofre alterações de estilo barroco, mudando o volume do edifício na ala sul, e a Igreja da Misericórdia, que já existia no século XVI, sofre alterações drásticas na fachada, onde atualmente se verifica um estilo rococó e de perfil horizontal, o qual define um dos lados do atual Adro da Sé. Quer neste espaço central quer no espaço localizado mesmo ao lado do Rossio do Conselho (atual Praça D. Duarte, como já foi referido) foram construídos diversos solares e edifícios religiosos, em estilo barroco, com notáveis elementos decorativos, a maioria dos quais edificados fora das muralhas, como é o caso do Convento Santo António (não existente, atualmente), ao lado da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, situado na atual Praça do República; da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, situada no Largo de Santa Cristina; da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Rossio da Ribeira; e da Capela de São Sebastião. A construção dos solares foi determinante para a



Figura 27 || Solar do Visconde de Treixedo, situado a meio da Rua Direita (atualmente onde funciona o Montepio).

Figura 28 || Solar dos Condes de Prime, situado no início da Rua Direita (atualmente, posto de informação da Câmara Municipal de Viseu).

Figura 29 || Palacete dos Albuquerque (conhecida também por Casa dos Fidalgos do Arco), situada ao lado da Porta do Arco (ou dos Cavaleiros) da muralha antiga.

Figura 30 || Solar dos Melos, situado ao lado da Porta do Soar da muralha antiga (atualmente funciona nele um Hotel).

Figura 31 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala os principais solares do século XVIII, situados na Rua Direita e junto das Portas da muralha ainda existentes.

estrutura urbana da cidade, com as suas dimensões e características arquitetónicas, estabeleceram uma posição na história da cidade, com as suas fachadas imponentes e luxuosas, de decoração e de dimensão, que alinhavam com algumas artérias da cidade, como é exemplo o Solar do Visconde de Treixedo e o Solar dos Condes de Prime, ambos instalados na Rua Direita, ou ainda o Palacete dos Albuquerque, junto à Porta dos Cavaleiros, e o Solar dos Melos, junto à Porta do Soar. Também foi durante este século que as atividades económicas da cidade se dispersaram para o exterior das muralhas, deixando de estar concentradas no centro urbano junto da Sé, mostrando que a cidade estava em permanente crescimento, tendo até mesmo a feira mensal se mudado para o Rossio do Massorim, tendo esta praça ganhado uma maior importância económica, com a existência de novas infraestruturas comerciais e espaços de lazer. Apesar de todas estas transformações, “À beira do século XIX, Heinrich F. Link, um alemão em viagem de estudo por Portugal durante o ano de 1798, descreve Viseu como uma «cidade considerável com 900 fogos, três paróquias e três conventos», mas «formada por ruas estreitas e sujas e na maior parte dos casos por casas miseráveis» (Link, 2005: 233).”¹⁷

Em 1814, com as invasões francesas e os incêndios provocados por esta guerra, a cidade recuperou calçadas e edifícios do centro histórico que se encontravam danificados, bem como a renovação dos edifícios existentes na Praça D. Duarte. Também este ano foi decisivo para a definição da estrutura do centro histórico, definido antes por um limite de muralha, a qual foi avaliada para se verificar se a estrutura estava em condições e, principalmente as suas portas, confirmando-se que estas eram uma ameaça ao tráfico e de perigo para os outros edifícios em redor, considerando-se as portas de Santa Cristina, de São José e de São Miguel em estado de ruína tal que deveriam ser demolidas e que as portas do Arco (ou dos Cavaleiros) e do Soar deveriam se manter pela segurança e pelo ornamento que proporcionavam à cidade.

Após estas decisões estruturais da cidade, em meados do século XIX, Viseu vai melhorar consideravelmente, tornando-se progressivamente numa capital de distrito. Na segunda metade desse século a cidade desenvolve-se mais rapidamente, expandindo novas áreas urbanas, pensando mais nos espaços urbanos que tem e que cria, mesmo

¹⁷ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiaareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=11>.

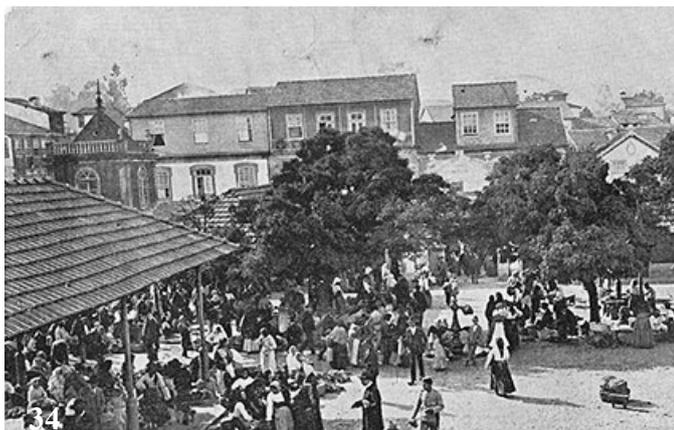


Figura 32 || Rua Formosa, criada no século XIX (foto de 1944).

Figura 33 || Campo de Viriato, equivalendo também ao Campo da Feira de São Mateus (foto dos inícios do século XX).

Figura 34 || Mercado 2 de Maio (antiga Praça do Mercado), construída no final do século XIX (foto postal dos anos 20 do século XX).

Figura 35 || “Rossio del Rei D. Fernando” (actual Praça da República), com passeios públicos e plantação vegetal (foto dos anos 30 do século XX).

Figura 36 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala importantes praças desenvolvidas no final do século XIX e as novas vias para a estrutura urbana (a Rua Formosa e a Rua Dr. Luís Ferreira, a qual ajudava a criar uma ligação com a área do Campo da Feira de São Mateus).

com certas dificuldades e falhas na distribuição de água, formam-se novas ruas e novas centralidades, desenvolvendo as suas infraestruturas, o seu mobiliário urbano, a iluminação pública e os direitos da sua sociedade. Esta evolução de pensamento da cidade também faz com que se ganhe conhecimento da sua própria topografia e para onde se pode e deve expandir, que se ganhe hábitos de higiene urbana como serviços de limpeza da cidade e de segurança através de serviços de prevenção a incêndios, determinando regras de ordenamento urbano com a proibição de obras de restauro ou de construção de novos edifícios sem avaliação prévia do risco e consequente autorização para tais ações, levando a pensar que nesta altura se verificou uma certa preocupação com as construções antigas. Com a aproximação de um novo século, aparecem novas vias importantes para a estrutura urbana da cidade, aumentando assim a área considerada centro histórico e surgindo ruas como a Rua Formosa e a Rua Dr. Luís Ferreira, que se tornam numa zona de centralidade comercial, as quais se conectam com a Praça D. Duarte, tendo também esta um outro centro de comércio, o Campo da Feira de São Mateus (antiga Feira Franca dos finais do século XIV), ligada através da via da Calçada de Viriato, verificando-se aqui uma centralidade comercial, que ainda hoje é conhecida e movimentada. A Rua da Regueira, atual Rua João Mendes, também sofre melhoramentos, tendo sido alinhada e alargada através de demolições, melhorando-se também a pavimentação da Rua Direita. No final do século XIX, a cidade desenvolve muitas estruturas com um programa diferente e dinâmico como é o caso do Mercado 2 de Maio, construído entre 1879 e 1880, a Escola do Ensino Mútuo na Rua Direita de 1866 e um novo cemitério criado em 1863, este fora do centro histórico, junto ao Hospital da Misericórdia. A cidade pensa também na criação de espaços públicos, principalmente nos passeios urbanos e na sua plantação vegetal, sendo criado nesta altura o chamado “Rossio del Rei D. Fernando” (atual Praça da República) e ornamentado o Largo de Santa Cristina. A ala administrativa da cidade instala-se em alguns edifícios do centro histórico, mas é em 1877 que o principal programa administrativo se muda para o Paço do Conselho, no antigo Rossio de Massorim (atual Praça da República, como referido); em 1890 surge o caminho-de-ferro na malha urbana viseense, que encerra em 1990, vindo a ser demolido o edifício da estação com construção de uma nova avenida (Avenida Europa) e uma fonte luminosa, nessa década.

No início do século XX, com a primeira república, a cidade continua a expandir para fora do centro histórico em consecutivas zonas, mas, neste crescimento urbano, o

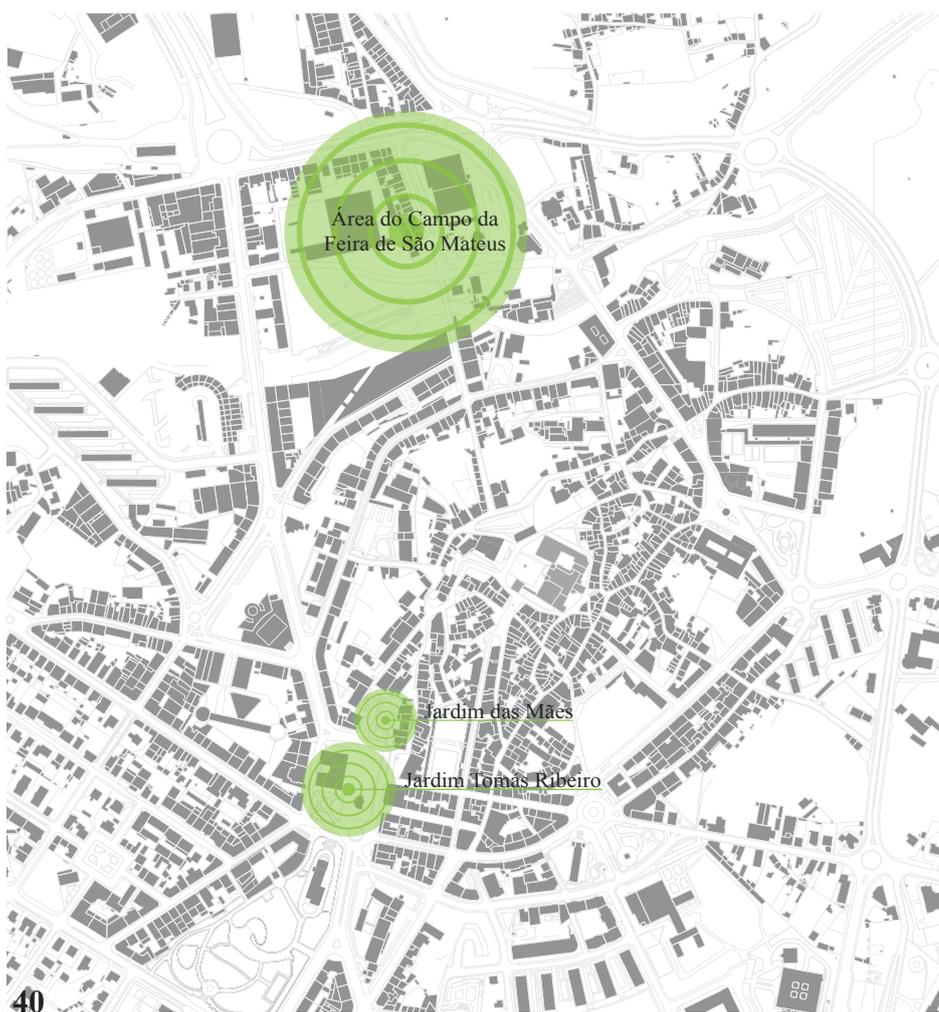
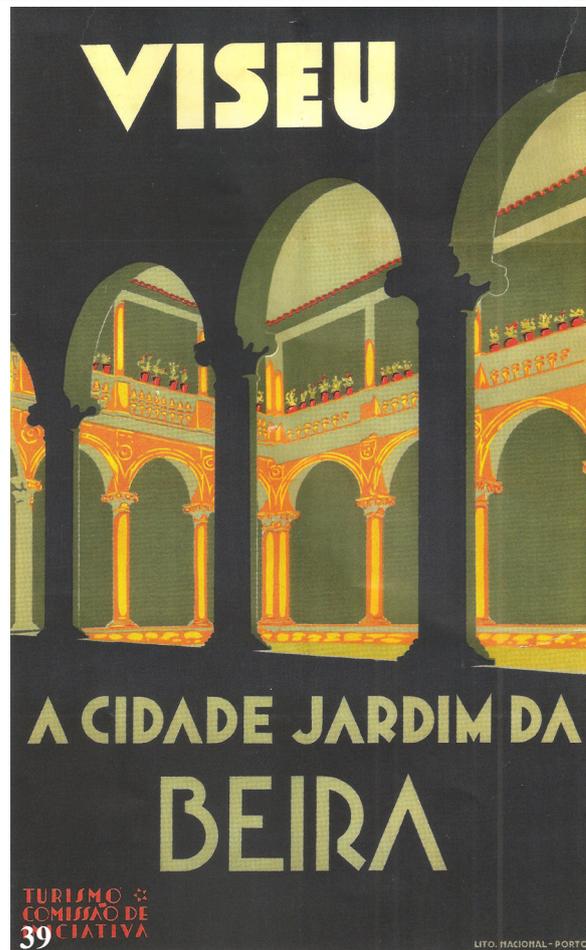
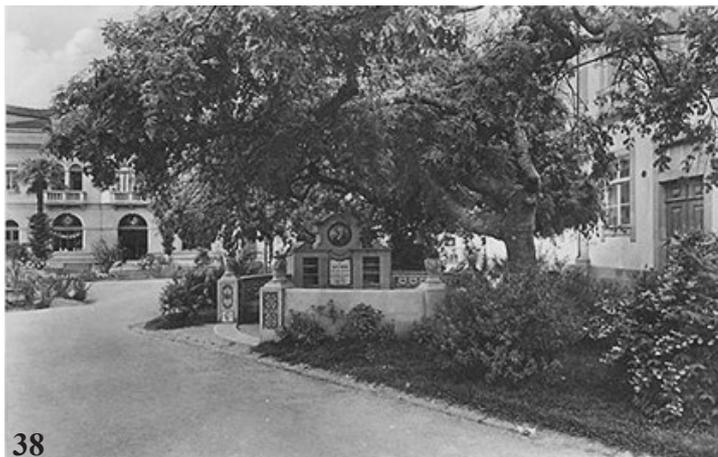


Figura 37 || Jardim das Mães e Praça da República, vistas da Porta do Soar (foto postal da Comissão de Iniciativa e Turismo, nos anos 30).

Figura 38 || Glorieta do Jardim Tomás Ribeiro (foto postal da Comissão de Iniciativa e Turismo, nos anos 30).

Figura 39 || Cartaz de promoção Viseu, *A Cidade Jardim da Beira* (da Comissão de Iniciativa e Turismo, de 1936).

Figura 40 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala os jardins criados, no século XX, e a área do Campo da Feira de São Mateus, que foi recuperada nesse século.

saneamento básico torna-se de urgente resolução, assim como o abastecimento de água, quer para o núcleo urbano da cidade quer para os núcleos rurais pertencentes à cidade; outra preocupação do município de Viseu foi a conceção de um serviço de proteção e de prevenção de incêndios, os quais ocorriam com frequência no centro histórico, elaborando medidas de construção e de infraestruturas para minimizar este problema; foi pensado também um plano de cartografar a área urbana e rural da cidade de Viseu, para ser mais fácil e preciso o projetar o planeamento urbano da zona, com vista a um plano de melhoramentos, criando um programa de obras pensado para os anos seguintes. Este novo plano de desenvolvimento urbano, foi elaborado pelo Capitão Almeida Moreira, consistindo na abertura de novas ruas e avenidas, na pavimentação destas, no melhoramento do abastecimento de água e do saneamento básico, na instalação de rede telefónica, na construção de infraestruturas como escolas, teatro, áreas dedicadas ao desporto com campos de jogos, piscinas e respetivos balneários, e ainda na regularização e planeamento do atual Campo da Feira de São Mateus (nome desde o século XVI), sendo pensado também um espaço dedicado a Viriato; este plano teria uma preocupação mais estética na malha urbana do centro histórico e da cidade no geral, pensando-se em criar espaços públicos de lazer como Largos e Jardins, sendo exemplo disso o Jardim das Mães e o Jardim Tomás Ribeiro no Rossio, tendo havido também o melhoramento do pavimento deste, e em melhorar o ainda existente Parque do Fontelo do século XVI, onde foram criados espaços para o desporto; isto levou a uma promoção de Viseu como cidade-jardim. Outra entidade que contribuiu para este novo plano foi a Comissão de Iniciativa e Turismo, formada em 1926, que concedia a atividade turística existente na cidade e a promovia, como também podia fazer obras e melhoramentos que entendesse ser precisos para a cidade. “Viseu era uma das localidades classificadas como «estância de turismo» (...) Aqui se verifica que a cidade de Viseu, refletiu sobre a sua cidade, surgindo também a importância da ideologia da reabilitação associada ao património e ao turismo, as quais se debateram ao longo deste século, tal como por toda a Europa. A posição estratégica da cidade, a sua expansão urbana, a recuperação do brilho da Feira de S. Mateus e a criação do Museu de Grão Vasco, em 1914, animavam os locais a falar de Viseu como um «Centro de Turismo» (...)”¹⁸ A partir deste instante, o centro histórico ganha uma certa importância para a

¹⁸ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiaareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=14>.



Figura 41 || Porta dos Cavaleiros, onde se encontra assinalada informação sobre o ser monumento nacional, (foto postal).

Figura 42 || Porta do Soar, onde, na sua parte lateral, se verifica o mesmo tipo de informação referida na figura 41.

cidade, por este ser um ponto de relevância turística para esta, o que torna o seu património igualmente importante, sendo o espaço da Sé Catedral e do Museu de Grão Vasco, o ponto mais atrativo turisticamente, o que provocava uma maior afluência turística ao centro histórico. Outro fator atrativo seria a classificação de monumento nacional às portas da antiga muralha ainda existentes, a Porta dos Cavaleiros e a Porta do Soar. Estas características constituintes do centro histórico viseense são os fatores que criam o “mosaico cultural” desta cidade. Com estes desenvolvimentos arquitetónicos e de novos centros, a circulação urbana também foi melhorada com a criação de novas vias, como Avenida Dr. António José de Almeida e a Avenida José Relvas que interligam estes novos centros, pois os acessos que existiam nos anos 30 do século passado não estavam de acordo com as novas condições da sociedade, neste caso com o uso do automóvel; assim houve a necessidade de incluir este novo “modo de circulação” no Plano de Urbanização de 1935, alterado a “fisionomia” urbanística da cidade. A cidade de Viseu transformou-se ao longo da primeira metade do século XX, “«(...) se modernizou, civilizou, ajardinou e enfeitou.»”¹⁹

¹⁹ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=16>.



Figura 43 || Reação comum de um observador perante um elemento marcante, demonstrando uma certa emoção perante o objeto, como se confere na família da imagem que observa o obelisco Monumento de Washington (EUA), nos anos 60.

1.3 O Lugar através da Emoção e da Memória

O património não é só um lugar, mas sim vários lugares: lugares compostos por pequenas e simples atividades e pessoas; lugares também eles simples, ou até mesmo complexos, sem serem referidos nas “publicidades” promocionais ou turísticas, nem reconhecidos em histórias sábias e célebres da cidade em que estão inseridos; lugares de projetos políticos, de expressões naturais de objeção cultural, de batalhas, de debates e de memórias sociais que fizeram, fazem e farão a cidade contemporânea. Para assinalar os lugares e sítios da cidade, deve-se utilizar ferramentas e recursos informativos urbanos que sejam favoráveis à sociedade de um modo mais desenvolvido que não o tradicional “entretenimento” do residente e do turista que ali passa, que, enquanto está a conhecer o lugar, não reconhece a sua história e cultura continuamente questionadas.

Os bens abstratos que costumam estar relacionados com o património histórico, como a antiguidade, a autenticidade, a originalidade e a venustidade, podem assistir a uma alteração do seu sentido quando o caráter social, político e cultural dos observadores se vem acrescentar aos fundamentos mais práticos dos especialistas do património. Hoje em dia, valoriza-se o efeito prático da emoção, seja ela individual ou coletiva, que provém de um drama criado na observação de um objeto ou atividade sociocultural, ou na vivência de um espaço que tenha uma “personalidade” excecional resultante da sua “beleza única” e/ou da sua singularidade histórica. Este processo de emoção refere-se a uma reação do corpo independente, que surge de uma maneira “inconsciente” nos observadores. A emoção também pode estar relacionada ao sentimento de simpatia que uma sociedade pode ter relativamente a um tempo passado como a antiguidade dos objetos e dos lugares, tratando-se assim de um sentimento singular consequente das visitas, presenças e do toque nos vestígios do antepassado cultural e/ou arquitetónico relativamente simbólico. Os observadores criam uma reação emocional não tanto das experiências vividas, mas da interpretação que fazem dessas circunstâncias, e ainda do que experimentam em certo momento, este dependendo do seu nível de pertença e reconhecimento em relação à situação cultural abrangente. Estas emoções são comportamentos próprios da relação da sociedade atual com a comunidade antiga e tornam-se mais significativas quando o sentimento de cooperação coletiva nessas comunidades aumenta. Mas a reação dos observadores ao mesmo cenário varia consoante outros fundamentos como a memória ou o (re)conhecimento das reações e experiências vividas por outros observadores. O que gera a emoção pelos monumentos e

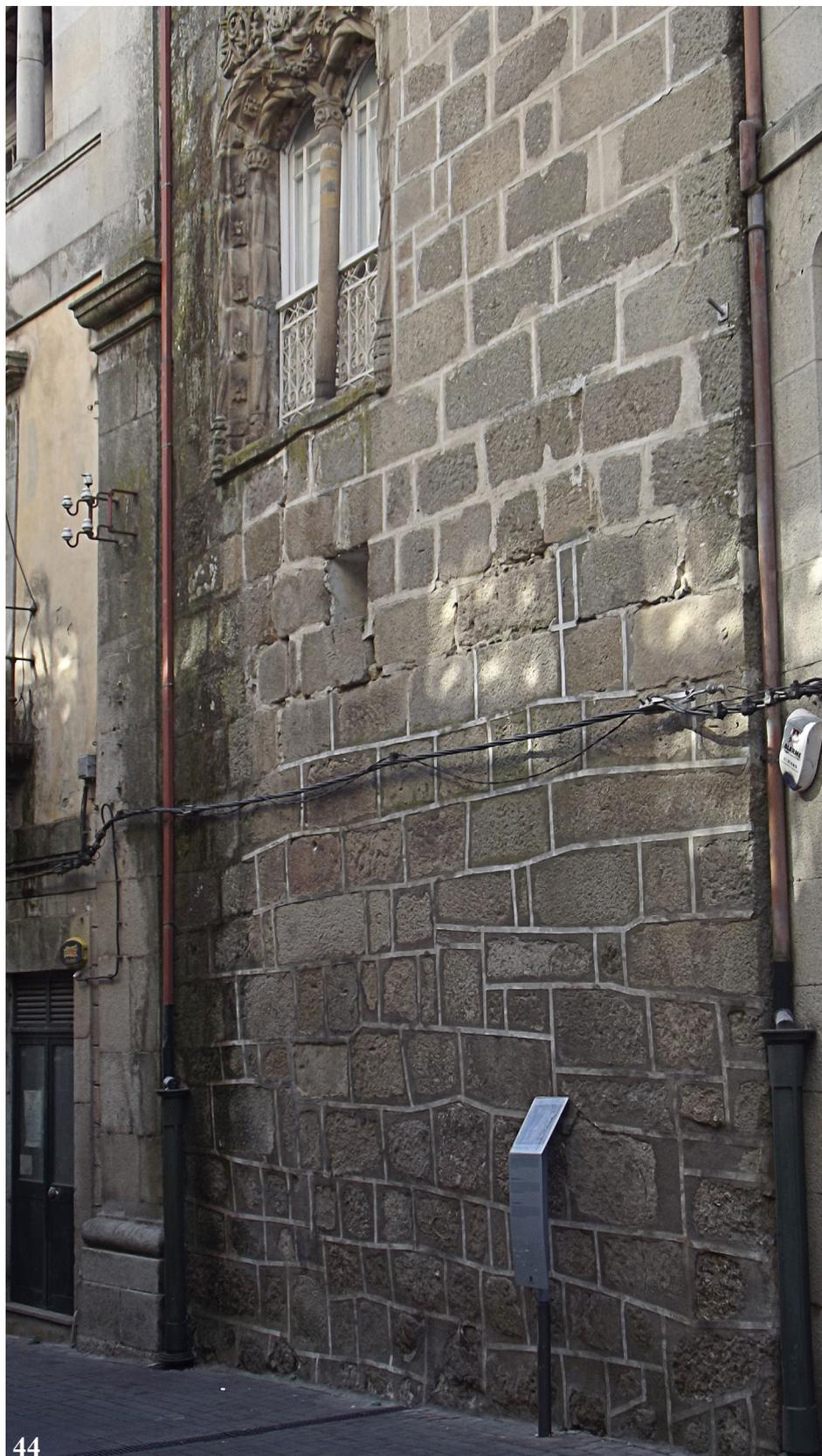


Figura 44 || *Janela Manuelina* presente num edifício da Rua D. Duarte, onde foi instalado um painel informativo sobre este estilo arquitetónico português.

a sua associação à memória é a necessidade de identificação do património cultural como área de um diferente negócio e de um ponto que cria falsos acordos entre sentidos e significados que são disputados pela sociedade, sendo a emoção um dos lados desse negócio. Quando se introduz a “carta” da emoção, esta “jogada” deve ser identificada não só como elemento importante seja qual for a estratégia divulgada do turismo histórico e monumental da cidade, mas também como plano de política de património desta, na generalidade.

Hoje em dia, a relação do património com o tempo antigo está exatamente implicada no debate onde se encontra o lugar da memória na sociedade contemporânea, e a relação desta circunstância com o turismo é indicador da importância central que a influência da história e da cultura têm em algumas atividades turísticas atuais. Aliás, muitas cidades modernas têm muita afluência turística devido a terem dado valor e importância aos monumentos correspondentes ao seu passado, evidenciando-se assim como lugares de atração para diversos turistas, o que acontece, nomeadamente com as cidades capitais dos países. Mas como existe um interesse ao olhar e viver os patrimónios do passado, também existe uma indiferença, quer por parte dos turistas quer por parte da sociedade que habita esses espaços antigos, perante um desconhecimento que se tem acerca dos monumentos passados, da sua história, da *identidade* da sua comunidade e das suas funções, que provoca um olhar para essas estruturas patrimoniais com um despreendimento idêntico ao que aconteceria se não existissem. Por não existir informações sobre alguns edifícios e espaços com valor arquitetónico e patrimonial precioso, por vezes em cada passo que se dá, de um lado e outro da rua, e por serem repetidos, os observadores passam por eles indiferentes, por causa da ignorância de uma imagem visível mentalmente do monumento; isto leva a pensar que é necessário uma educação mais informativa sobre a história e o património das cidades, que sem este ensino, a memória coletiva “apaga-se” por desleixo da sua sociedade, o que provoca consequências desfavoráveis no potencial de atração turística que as cidades podem ter. Esta falta de informação é um dos problemas da não memorização e do não conhecimento de alguns elementos marcantes existentes nos centros históricos das cidades. No centro histórico da cidade de Viseu foram instalados painéis com informação de edifícios e outras estruturas relevantes (exemplo na Rua D. Duarte sobre a janela manuelina), por forma a não passarem despercebidos aos turistas e meros

transeuntes, numa preocupação em informar bem os seus observadores sobre a sua cidade, a sua cultura, as suas tradições, e a sua história.

A ação social associada ao lugar da cidade permite a produtividade e o consumo dos componentes espaciais e arquitetónicos como componentes inovadores da tradição (*destraditionalização*)²⁰, do simbolismo e da imagem da cidade, sendo assim possível que as mais detalhadas características do património histórico e arquitetónico existente nas cidades, mesmo sem a estrutura original e autêntica da sua história, não deixem de transmitir um significado, mesmo que criado no presente, de acordo com os pensamentos, sentimentos e bens culturais da sua sociedade. A incerteza entre o património e o seu passado, e a independência prática do observador para com a imagem patrimonial da cidade, aumenta as hipóteses interpretativas e evidencia a junção da cidade real com a cidade metafórica. Esta é a consequência de um olhar que não é objetivo, focando-se e influenciando-se pela emoção, como se fosse uma invenção do lugar, que define a cidade através das suas características simbólicas em que os centros históricos são o cenário “perfeito” habilitado a compreender este conceito.

²⁰ FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destraditionalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, n° 91, p. 1.



Figura 45 || Símbolos e significados caracterizadores da Cidade de Viseu, sendo estas as principais particularidades do que a cidade tem para oferecer: histórias, patrimónios, lazer e cultura; um exemplo de “marketing urbano e de city branding” de uma cidade portuguesa.

1.4 O Turismo Consumista da História

No final do século XX, as cidades históricas ressurgiram através da valorização dos conceitos de turismo e lazer, o que, estando associada à sociedade atual, leva a criar uma estrutura cenográfica fundamental para a elaboração dos destinos turísticos das cidades. Assim, o objetivo atual é comprovar se o património urbano é capaz de corresponder às necessidades contemporâneas e como os centros históricos e as suas funções culturais estimulam o princípio do consumo. O atual aumento da conservação dos objetos, espaços e atividades sociais e culturais pertencentes a um passado, leva a recorrer à *patrimonialização* que parece propiciar uma finalidade da cultura do consumo, a qual refere que são essas particularidades do passado reconhecidas como tradições que conservam a sociedade e não a sociedade que os conserva. Cada vez mais as cidades também têm estratégias de “marketing urbano e de *city branding*”²¹, que demonstram a ambiguidade das cidades e, por conseguinte, dos seus centros históricos, quando procuram critérios compatíveis em conformidade com as outras cidades e as características que as diferenciam. Há muitas cidades que desconsideram pontos fundamentais de valorização e de competitividade que poderiam incluir no seu plano para o património; apesar desta situação se verificar cada vez menos nas cidades portuguesas.

Para uma potencialidade cultural das cidades deve-se conciliar a arquitetura histórica, com o *design* moderno e com o novo conceito de consumo. Com o surgimento de novas combinações, a cidade expande-se, criando novos espaços e abandonando os “novos velhos” espaços, tornando-os “fantasmas” do passado, ganhando um sentido histórico, imaginário ou não, que mais tarde se pode tornar funcional para a reabilitação da cidade, sendo preciso saber quais funções se vão aplicar naqueles espaços. Este é mais um desafio que ajuda na competição que existe entre as cidades, pois aquela que conseguir controlar este problema, torna-se numa cidade “completa” para o turista observar e para viver. Todas as cidades são objetos de consumo, pois todas elas têm visitas turísticas, por constituírem características únicas que vão ao agrado do observador, referido no capítulo anterior. Uma dessas características é o centro histórico da cidade que é “O lugar conferido ao património, quer nele se leiam as ruínas milenárias das cidades, os seus monumentos ou museus, é um lugar central na formação

²¹ FORTUNA, C. (2006). *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Coimbra. Oficina do CES, nº 254; p. 7.



Figura 46 || *NYC The city that never sleeps*, traduzindo a Cidade de Nova Iorque, a cidade que nunca dorme; o que se tornou numa das identidades desta cidade.

Figura 47 || *Paris, La Ville Lumière*, traduzindo a Cidade de Paris, a cidade da luz; sendo este um ícone desta cidade.

Figura 48 || *Lisboa, Cidade do Mar*, sendo esta temática associada à ligação forte que esta cidade tem com o mar.

Figura 49 || *Viseu & Vinho, Dão Festa*. Apesar desta ser uma das marcas desta cidade, esta imagem é um cartaz de promoção à cidade e ao evento vinícola realizado na primavera de 2015.

da *identidade* e da exclusividade do lugar que se visita.”²² Assim sendo, estes lugares tornam-se diferentes de cidade para cidade, mas é este contraste que se procura quando propagamos o turismo das cidades. A promoção turística aparece relacionada com a ideia de “caricatura” do observador e do destino turístico, que tentam sempre procurar a autenticidade das cidades, mas que não a sabem identificar ou reconhecer, procurando a informação existente do lugar, por vezes “fantasiosa” e “falsa”, ou nas suas próprias perspectivas dos espaços que visitam. Cada vez mais existem cidades com temáticas associadas a elas, como uma espécie de *identidade* e exclusividade perante as outras cidades, tudo para serem o tal produto consumista para os observadores. Sendo assim, os elementos temáticos são características frequentes dos espaços históricos, que são na maior parte das vezes os mais turísticos. Estes temas são de tal maneira trabalhados e desenvolvidos, de modo a que atraia os turistas e até a sua própria sociedade, e para que não exista dificuldade e dúvidas na *identidade* da cidade. Exemplos disso são: a cidade de Paris conhecida como a cidade das luzes, ou a cidade de Nova Iorque como a cidade que nunca dorme, ou a cidade de Veneza como a cidade do amor. Em relação às cidades portuguesas, Lisboa, por exemplo, é considerada a cidade do mar, por ter uma forte ligação com este, mas quase sempre se associam a um tema relacionado com a gastronomia ou com o vinho da região onde estão inseridas, como é o caso da cidade de Viseu que está relacionada à zona vinhateira do Dão.

A indústria turística divide-se em diversos tipos de atrativos e de atividades como o turismo cultural, o turismo comercial, o turismo religioso, o turismo rural e o turismo urbano. Na propagação destas categorias turísticas, a imagem aparece como uma das formas de divulgação de certos cenários urbanos como o centro histórico, a área urbana da cidade, a inocência do campo ou a “indomável” natureza. Estes cenários são “dominados” e até, em alguns casos, criados, pela posse de imagens que têm como finalidade estruturar grupos de lugares turísticos que consigam ser mais reconhecíveis aos olhos dos consumidores. O turismo é uma “ferramenta” que concilia o passado com o presente, a ruína com o novo, provocando um sentido de equilíbrio entre as comunidades, uma que já existiu e outra existente, e as suas diferentes particularidades que se completam uma à outra; também um sentido de continuidade, o que conforta a sociedade e o indivíduo; um outro sentido de conclusão da obra passada, o que explica

²² FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62, p. 7.



50



51

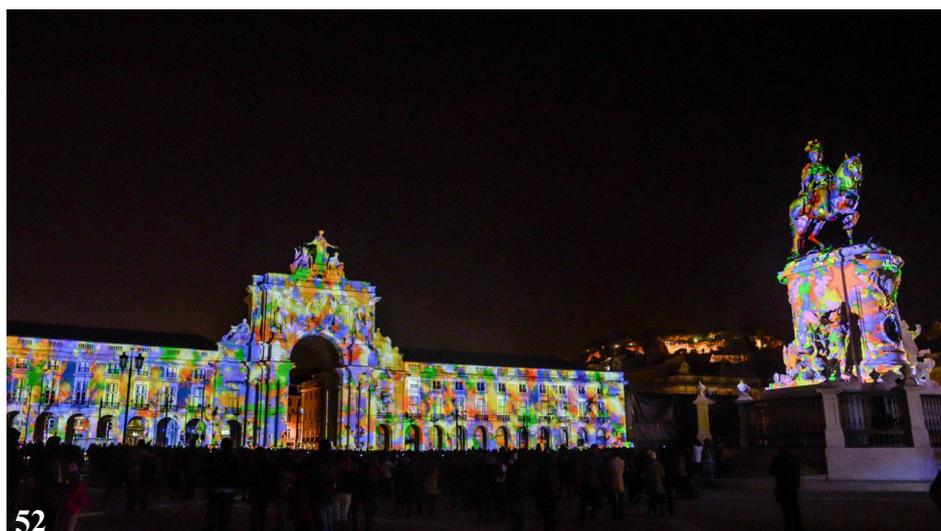
Figura 50 || *O Turista*, projeto de colagens com o objetivo de ser uma intervenção urbana sobre o turista, o explorador, o observador os quais vão descobrindo a cidade, passo a passo, olhando para esta com outros olhos (foto do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, Brasil).

Figura 51 || Os turistas a vaguear pela rua de uma cidade, sendo estes os observadores a promover e, ao mesmo tempo, destradicionalizar a imagem da cidade.

uma certa desorganização do presente; e um sentido sequencial, o que é capaz de ligar duas épocas diferentes. As cidades que possuem esses patrimónios e souberem conservá-los, estarão a aumentar o seu próprio valor e tornar-se-ão mais atrativas aos olhos dos observadores, o que é fundamental para encarar uma concorrência que cada vez mais existe entre as cidades, presentes numa globalização intensa. Mas as cidades que têm patrimónios e não os preservam, perdem não só a sua atração turística, mas também a sua cultura é arruinada. Em relação ao caso de estudo, a cidade de Viseu é uma cidade onde se desenvolve um turismo urbano, cultural e comercial, que domina os seus espaços de modo a que exista, de uma forma nítida, estes diferentes tipos de turismo, interligados ou não, estando sempre presente o passado e o contemporâneo, particularidades que a tornam numa cidade rica turística e culturalmente.

O desenvolvimento da criação comercial do Património como produto, funciona consoante a conceção da valorização e conseguinte conservação deste, onde a sua continuidade está sujeita à sua habilidade de encantar e atrair os seus consumidores, os observadores locais, regionais, nacionais e internacionais. Hoje em dia, os centros históricos são peças turísticas das cidades. Este processo de venda comercial da cidade é o que elabora uma *identidade* da mesma, personalizando estes “patrimónios de consumo” onde lhes é introduzido a história, a memória e o lugar onde os turistas se inseriram. Os monumentos com memória e *identidade* associados à comercialização, eleva-os como espaços “in”, que encantam e cativam a sua sociedade local e os seus observadores exteriores. “O património e a memória surgem (...) como uma espécie de «objetos históricos».”²³, os quais destacam a importância que a imagem da cidade tem para a economia local, a qual cuida dos recursos, motivos e procedimentos que se situam nas transformações contemporâneas dos espaços urbanos das cidades, nomeadamente nos de importância histórica e cultural e do panorama estético diário das cidades. Os turistas são um pouco culpados por esta “vulgaridade” que existe nas cidades sobre o tempo e a história patrimonial das mesmas, mas não são os exclusivos impulsionadores desta banalização; aliás, os turistas são os principais destinatários das imagens de *destradicionalização* que as cidades divulgam. Mas estes “observadores” não deixam de ser promotores dessa imagem criada, pois são eles que “ditam a moda” também em relação ao turismo, o que leva as instituições e entidades relacionadas com

²³ FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, n.º 91, p. 7.



52



53



54

Figura 52 || Videomapping feito na fachada do Terreiro do Paço, na cidade de Lisboa, em 2015; exemplo de um cenário criado em fachada.

Figura 53 || Videomapping feito na fachada do Pátio das Escolas, na cidade de Coimbra, em 2015; exemplo de um cenário criado em fachada.

Figura 54 || Videomapping feito na fachada da Igreja da Misericórdia, no Adro da Sé, na cidade de Viseu, em 2015; exemplo de cenário criado sobre fachada.

essa atividade a criarem novas imagens com características diferentes e expressividades mediáticas atrativas para a sociedade exterior e interior visitar as cidades históricas. Os turistas são incentivados, pela “ambição” de terem uma experiência autêntica, através da observação que fazem sob a sua história passada, querendo conhecer melhor a vida dos seus antepassados, de como essa foi realmente vivida; a maneira como esta experiência acontece e é estimulada, provoca um desafio para com os limites da sua autenticidade. Os turistas interpretam e entendem a imagem de *identidade* da cidade que observam, consoante o que lhes explicam sobre ela, sendo vários os instrumentos e os recursos promocionais utilizados, como os “(...) acontecimentos efêmeros (por exemplo, feiras, exposições, congressos ou acontecimentos desportivos) ou iniciativas mais duradouras (como as nomeações das Capitais Culturais da Europa) ou designações mais vinculativas (como seja, por exemplo, a credenciação de Cidades Património da Humanidade), (...)”²⁴

Os bens históricos das cidades são transformados em produtos por meio de um sistema de reinterpretação e de renovação dos mesmos e considerados como recursos consumistas, levando a reconhecer uma mudança no carácter do património, sendo este um bem histórico valioso e um bem atual do consumo, o qual surge por causa da determinação dos seus consumidores, os “observadores”. Sendo assim, tudo se torna conveniente na dedicação de se querer valorizar o património como uma *identidade* ou como um objeto comercializável. O reconhecimento do património é uma estratégia frequente das cidades que se relaciona com o procedimento de tornar esse bem estético através da reabilitação do património, para mais tarde desempenhar um papel de cenário onde se encena as histórias outrora passadas nesses espaços, e ainda se recria miniaturas desses bens para venda, os conhecidos “souvenires”. Assim, os centros históricos estão-se a tornar num espetáculo de ambiência histórica, o qual usa como cenários os patrimónios históricos, memoriais, estéticos e culturais e onde ainda lhes acrescenta infraestruturas gráficas e identitárias que se modelam consoante o urbanismo do antepassado; estão progressivamente a ser alterados em imagens cenográficas que têm o objetivo de serem uma representação histórica e cultural do lugar, apenas para apelar ao olhar dos turistas, e dos seus habitantes, como meio de criação de memórias do lugar.

²⁴ FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, n° 91, p. 8.



Figura 55 || *Jardins Efêmeros*,
“jardim” criado na Praça D. Duarte,
edição 2014.

Figura 56 || *Jardins Efêmeros*,
“jardim” criado na Praça D. Duarte,
edição 2015.

Figura 57 || *Jardins Efêmeros*,
logótipo da edição 2015.

As cidades portuguesas têm cada vez mais espetáculos nas suas áreas urbanas, onde o centro histórico é o palco escolhido como elemento chave de divulgação cultural e comercial das mesmas; exemplo disso são as Feiras Medievais que existem em muitas cidades de Portugal, como por exemplo na cidade de Santa Maria da Feira ou na de Óbidos, onde se servem do centro histórico para recriar o passado e a forma como os seus antepassados viviam, comiam, se divertiam, etc., sendo estes os tais “acontecimentos efémeros”, acima referidos, que estão tão presentes na cultura consumista das cidades. Em relação ao caso de estudo, a cidade de Viseu começou a utilizar o seu centro histórico como cenário quando em 2011 criou o festival anual de artes, *Jardins Efémeros*, com o âmbito de mostrar a cultura e a criatividade através de eventos relacionados com as áreas artísticas, como a música, a dança, o teatro, o cinema, as artes visuais e a arquitetura, como também divulgar trabalhos de diversos artistas, sejam estes nacionais ou internacionais. Este evento é uma grande concretização cultural da cidade de Viseu que relaciona vários temas artísticos no centro histórico, pretendendo também relacionar e interligar os diferentes agentes que movimentam e identificam a cidade, como o município, os artistas, os curadores, as universidades, as associações comerciais, socioculturais e turísticas, os museus, os cidadãos, e até os seus turistas; como demonstra o desafio proposto na edição do ano de 2015: “Este ano desafiamos os viseenses, os visitantes e os apaixonados pelos *Jardins Efémeros* (...) a serem “padrinhos” do seu mais simbólico momento - *O Jardim* - que construiremos juntos na Praça D. Duarte. Queremos colocar o teu nome nas árvores do centro histórico, porque: A cidade somos todos nós. Rega este sonho, semeia a utopia.”²⁵ Para tal feito são utilizados espaços importantes como o Adro da Sé e os edifícios constituintes desse espaço urbano, e também museus, capelas, jardins, praças e edifícios do centro histórico (casas, lojas e edifícios industriais), proporcionando uma visita diferente da cidade de Viseu aos seus visitantes. Os *Jardins Efémeros* são um festival único em Portugal, onde mostra a cidade de Viseu como uma cidade sofisticada e contemporânea, onde o seu Centro Histórico é transformado num “(...) cenário idílico de um jardim babilónico, nas praças e ruelas graníticas, acolhendo de forma mística e misteriosa o talento cultural e criativo que flui durante os Jardins.”²⁶ Aqui está um exemplo de uma particularidade da cidade de Viseu que vai utilizar o seu centro

²⁵ *A MINHA Cidade é o Meu Jardim*. PPL – Crowdfunding Portugal (2011 – 2015), Orange Bird, Lda. Lisboa; Disponível em: <http://ppl.com.pt/pt/prj/minha-cidade-meu-jardim>.

²⁶ *Ibidem*; Disponível em: <http://ppl.com.pt/pt/prj/minha-cidade-meu-jardim>.

histórico como instrumento de consumo urbanístico, onde este evento não tem o propósito de se apropriar do centro histórico como palco para um espetáculo do passado, como acontece com as cidades acima referidas, mas sim como palco de exposição da cultura contemporânea, querendo valorizar e respeitar o seu património, criando uma relação entre o passado, representado pelo seu centro histórico, e o presente através dos *Jardins Efémeros*.

Esta “teatrização” faz com que o património perca o seu valor de comunicação sobre a história, de autenticidade e, mais importante, perde-se o valor de *identidade* da cidade, pois se cria uma nova. A *história* e a *memória* de uma sociedade antiga concedem uma *identidade* aos espaços das cidades, conferindo-lhes assim o valor de autenticidade, apesar de que poderão estar suscetíveis a modificações e reinterpretações resultantes de observações e de um dinamismo social. A divergência entre as reabilitações urbanas e a história do lugar antigo aumenta consoante a incerteza de saber o que é verdadeiro e de como este se deve preservar, e do que é falso e de como este deve desaparecer. Num projeto de recuperação e proteção dos centros históricos não existem princípios ou métodos de orientação sobre o que deve ou não ser recuperado, basicamente todos os centros históricos reconhecidos como tal são considerados património, sendo considerados “dignos” de serem conservados e protegidos. Assim, a reabilitação vai estar sujeita às perspetivas, preferências e escolhas culturais da sociedade que vai definir o valor patrimonial construído, as tradições e memórias socioculturais, e também vai estar relacionada a um conceito de consumo, o qual se encontra nos espaços dos centros históricos que são considerados pontos de atração e de evolução económica das cidades. Como referido acima, os ditos turistas são os que dão um sentido próprio ao património como no caso de memórias do passado cultural que tendencialmente recolhem o significado por apenas serem consideradas “amostras” de uma antiguidade. Em diferentes situações, as observações dos consumidores turísticos são interpretações discordantes das dos técnicos especialistas, no que se refere ao significado do património, sendo que estes últimos analisam os ambientes em conformidade com os parâmetros seletivos de aprovação do que é ou não património que exigem um certo sentido universal; já os turistas, de um modo espontâneo, valorizam demonstrações materiais ou imateriais popularmente culturais dos quais pensam dever ser relevantes a nível histórico para uma certa sociedade. A análise das memórias do passado origina uma sensação de presença de uma peça original ou de algo

que tenha uma particularidade remetendo a um sentimento excepcional, o qual possui uma importância para a sociedade de uma cultura repetitiva e reprodutiva como o é a cultura de consumo da atualidade. A ideia de exclusividade, de autenticidade causa uma emoção em torno das configurações da sua condição atual e da sua origem, mas também a “beleza” dos monumentos remete para uma escolha estética de características onde sobressaem a sua relevância como património. Esta reflexão das qualidades dos patrimónios do passado permite identificar a potencialidade de estimular psicologicamente o que está inserida numa ação de receptividade ou de consumo turístico do património histórico. Os monumentos mais degradados, conhecidos por ruínas, conseguem descontinuar o presente vivido dos turistas, incentivando a sua imaginação.

A Arquitetura poderá ser “traída” por estes conceitos de representação e de imagem estética e atrativa, podendo mesmo ser só entendida como representação e não como a imagem significativa das cidades, o que leva a uma proximidade da obra arquitetónica à obra artística imaginada, pois o estilo de arquitetura existente tornou-se num objeto de puro interesse estético. Por vezes, o que acontece nas intervenções de certos patrimónios é que a estética “cobre” a história, estando o sentimento emocional, que o monumento reproduz aos observadores, ameaçado pela continuidade da repetição e pelo desconhecimento do real significado e da verdadeira aparência, criando assim uma ilusão. Durante o processo de reabilitação, concentra-se mais nos vestígios do passado para se poder conservar os símbolos das suas origens, criando uma *identidade* significativa, o que provoca uma reconstituição simbólica de familiaridades de (re)organização social e de (re)ordenamento em termos de relações com o espaço. O turismo consome a memória e a monumentalidade dos lugares, pretendendo compensar os observadores pela perda da sua *identidade* cultural e a *identidade* da comunidade como origem e/ou coletividade; mas também acontece o contrário, sendo a *identidade* que receia se mostrar por expor as desumanidades que, em alguns casos, criaram uma história horrível, assumindo assim um papel cuidadoso para não se repetir a tragédia. O turismo leva a novas histórias sobre experiências e identidades com significados que passam por uma contínua reinterpretação e a uma moldagem consolidada de uma concordância uniforme. A temática da *identidade* de uma cidade, relacionada com uma noção de *lugar*, conclui que cada vez mais há uma perda desta noção no contemporâneo, porque “A arquitectura moderna, funcionalista, não figurativa e abstracta, distante dos valores do quotidiano, é tomada como agente e causa da perda do



Figura 58 || *Nós Feirar*, edição de 2014; slogan de “pré-promoção” da Feira de São Mateus para a edição de 2015.

Figura 59 || *Feirar está-nos no sangue!*, edição 2015; slogan de promoção da Feira de São Mateus para a edição de 2015.

Figura 60 || Entrada da Feira de São Mateus, edição de 2015.

lugar. O consumismo formal dos nossos dias continua essa demonstração das profundas perdas de coerência entre forma arquitetónica e significado.”²⁷ Para o sociólogo Carlos Fortuna, o turismo é o que origina uma narrativa dos tempos e dos lugares pertencentes ao património acima da cultura, afirmando até que brevemente a sociedade terá de se adaptar “(...) à *turistificação da emoção* onde quer que surja a possibilidade de forjar cenários e experiências limite.”²⁸ A ligação que o observador local e turístico tem com o meio ambiente provém da divulgação de um significado excecional com a habilidade de se definir como uma referência, como acontece com os monumentos históricos ou, em alguns casos, com as cidades. Estas divulgam o seu verdadeiro significado quando conservam as suas particularidades e resistem à reprodução e aos procedimentos globais, o que leva a atrair cada vez mais interesse. Atualmente, os traços das particularidades das cidades observam-se nos detalhes dos elementos históricos e monumentais destas e nos pormenores paradigmáticos, histórica e temporalmente, da sua arquitetura e da sua cultura. Com isto, “(...) o seu significado histórico funciona não só como *cartão de identidade*, mas também como um símbolo de prestígio para a cidade.”²⁹ Exemplo disto é a Feira de São Mateus de Viseu; designada antigamente por Feira Franca, a qual surgiu em 1392 em homenagem a dois acontecimentos: o nascimento de D. Duarte (futuro Rei de Portugal) e a reunião de Cortes de âmbito regional. Ao existir há 623 anos, tornou-se na feira mais antiga de toda a Península Ibérica. Durante o tempo em que decorre (meses de agosto e setembro), a cidade cria dentro de si, uma cidade dinâmica comercial e culturalmente, tendo como público-alvo todos os viseenses e os seus visitantes, nacionais e internacionais, oferecendo atividades de diversão, de gastronomia, de música, de exposições, de artesanato, etc.. Este evento anual é um elemento cultural histórico importante para a cidade, que se desenvolveu ao longo de séculos, adaptando-se às novas realidades mas mantendo as particularidades pelas quais é conhecida, mesmo com mudança de local por diversas vezes. A cidade de Viseu não perdeu uma parte da sua *identidade* ao manter a Feira de São Mateus, como afirma o *slogan* da edição do ano 2015 “Feirar está-nos no sangue.”³⁰

²⁷ AGUIAR, José. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações, 1ª edição, p. 115.

²⁸ FORTUNA, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 97, p. 34.

²⁹ CONSCIÊNCIA, A. (2009). *Postal de PARATY. Reflexão sobre a ideia de património*. Prova Final de Licenciatura de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 62.

³⁰ CARONA, L. (2015). *Feira de São Mateus revitalizada. Mas quem lá foi pode dizer mal*. Notícia da Rádio Renascença. Lisboa; Disponível em: http://tr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?did=190356.

1.5 A Reabilitação no Património Histórico

Cada vez mais as cidades portuguesas têm a preocupação de estabelecer um plano estratégico para os seus centros históricos através da reabilitação dos patrimónios considerados como tais, de forma a manter a suas estruturas originais, tornando-as fascinantes e acima de tudo funcionais; tudo com o objetivo de aumentar a presença dos observadores que visitam estes espaços históricos, levando também a um aumento económico, cultural e social. Para tal é necessário perceber quais as metodologias aplicadas ao processo de reabilitação dos centros históricos, tentando entender qual o melhor método de salvaguarda e conservação dos patrimónios, sejam estes materiais ou imateriais, e quais os problemas que poderão surgir de tais estratégias urbanas e arquitetónicas.

Por forma a compreender melhor este procedimento, abordou-se a metodologia, ainda um pouco embrionária, do caso de estudo, a Cidade de Viseu; assim, o município viseense desenvolveu um Guia para a Reabilitação do seu Centro Histórico, onde explica a organização que adotou para o futuro do seu património. De uma forma mais sociológica também é preciso conhecer as mudanças que ocorrerão nas cidades e nas suas sociedades com o desenvolvimento da reabilitação nos seus monumentos históricos, pois este processo poderá inovar de um certo modo a tradição e, por conseguinte, os hábitos sociais e culturais das cidades, existindo assim uma abordagem à ideia de tradição e de *destradicionalização*, conceitos estes tão presentes na competição contemporânea existente entre as cidades para captar a atenção de todo o género de observadores.



Figura 61 || Ensaio em Viseu de *A Viagem do Elefante*, em 2014: o centro histórico da cidade foi um museu urbano ao expôr a peça cultural (a obra teatral) num fundo com peças patrimoniais (a Sé Catedral e o Museu de Grão Vasco).

1.5.1 A Metodologia da Reabilitação no Centro Histórico

Os centros históricos das cidades atribuíram-se como espaço de lazer e lugar para se estar, para o uso dos seus habitantes em tempo livre, o que originou também um estímulo do turismo cultural que causou uma forma de ver o património conservado como uma mais-valia da atividade comercial das cidades, tornando-se assim num negócio mundial e num elemento chave nos movimentos económicos nacionais e internacionais. O *centro histórico* tornou-se, através de um processo de reabilitação, num museu urbano, onde se expõe as peças históricas, patrimoniais e culturais da cidade, como um produto de consumo cultural e consequentemente um elemento importante para a economia local, sendo que a principal preocupação não é conservar e proteger as memórias nem as tradições do passado, mas sim a existência de imagem pitoresca dos tempos antigos; a história é “embelezada”, narrada e escondida pela sua própria expressão arquitetónica. A preservação do património urbano, que deveria ser compreendida e expandida de um modo dinâmico, garantindo também uma continuidade e uma divulgação dos seus valores, considera os objetos patrimoniais apenas como componentes imóveis na cidade. Esta atitude cria consequências sobre o próprio património e a sua própria *identidade*, pois as cidades desconhecem que são um corpo sempre em atividade, em mudança e em progressiva evolução temporal, social, cultural, artística e histórica, com momentos de reestruturação destas categorias. O valor histórico das cidades é sustentado por essa evolução e não pelo seu aspeto atual, instantâneo, até porque “(...) a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão.”³¹ Assim, verifica-se que a *identidade da cidade* é evolutiva, mudando consoante o tempo, mesmo mantendo algumas características e tradições locais. “Se a identidade de uma cidade é artificialmente paralisada no tempo, se a pudéssemos bloquear numa fração do tempo dessa cidade, essa identidade congelada deixaria de representar vida urbana em toda a sua totalidade.”³²

Durante o século XIX, existiam diversas ideologias relacionadas com a intervenção no património; para Ruskin se existisse uma manutenção dos patrimónios cuidada e constante, não seria necessário restaurá-los, questionando até se era possível

³¹ TÁVORA, F. (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa. Cadernos de Arquitectura, nº 1, p. 7.

³² AGUIAR, José. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações, 1ª edição, p. 127.



Figura 62 || Edifícios conservados e reabilitados na Rua Senhora da Piedade (a qual tem ligação com a Rua Direita), onde se observa uma permanência habitacional nesta zona do centro histórico de Viseu.

um objeto restaurado manter a sua autenticidade original, pois para este crítico da arte “Qualquer intervenção sobre estas «reliquias» é um sacrilégio. (...) No verdadeiro sentido do termo, restauro significa «a destruição mais total que uma construção pode sofrer» (...)”³³ Este pensamento levou a uma destruição progressiva e conseqüente ruína dos monumentos históricos. Para Viollet-le-Duc “«Restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento»”³⁴; este arquiteto procurava a *identidade* estilística e formal dos monumentos que poderia afastar o seu valor histórico ou o seu valor temporal se levado ao extremo, sendo isto uma espécie de restauro estilístico. Para o primeiro era importante a noção de autenticidade dos monumentos e o cuidado que se deveria ter nas frequentes transformações, enquanto o segundo acreditava num possível restauro do passado no presente, mas só quando as outras ideologias de manutenção e de preservação não funcionavam. Hoje em dia, nem uma ideologia nem outra, são aplicadas aos centros históricos das cidades, pois quando se pensa em reabilitar o património histórico e arquitetónico, não apenas se reabilita algumas partes dos edifícios, nem se reabilita de uma maneira radical onde se reconstrói uma “réplica” do passado; sendo mais uma ideologia de reabilitar o património na sua totalidade, percebendo as suas particularidades de modo a que se mantenham contemporaneamente.

Atualmente, na reabilitação é necessário primeiro pensar na inovação dos métodos de preservação do património sociocultural e da sua conexão permanente no desenvolvimento urbano mais extenso da cidade, sendo este social e culturalmente sustentável que solicita a salvaguarda das lembranças do passado; mas também é preciso refletir sob as práticas sociais que se conectam com esse desenvolvimento. O ato de conservação e de fornecer melhores condições ao centro histórico não deve ser considerado no modo de transformá-lo numa paisagem de benefício e de “individualidade” social para aproveitamento do conjunto socialmente dominante. Mas deve garantir um direito fundamental, o da permanência habitacional no lugar, neste caso nos centros históricos, o que significa que é essencial certificar a dignidade humana e a sobrevivência destes, nestes espaços urbanos. Isto poderá levar a conflitos sociais e de interesses, mas estes, como se pensou primeiro, não são entre públicos e privados, mas sim entre instituições e públicos, o que se tornará num problema que

³³ CHOAY, F. (2006). *A Alegoria do Património*, trad. Teresa Castro. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 130.

³⁴ *Ibidem*, p. 131.



Figura 63 || Fachada de um edifício histórico, com uma estrutura interior contemporânea, como se a fachada se tratasse de uma escultura para exposição (exemplo de *Fachadismo na Cidade do México*).

surge na difícil preservação dos centros históricos das cidades. Durante o processo de reabilitação é importante saber quais as entidades que intervêm nos centros históricos, que projetos desenvolvem, presenciam e sustentam, como eles funcionam, que objetivos de organização alcançam e como se associam ou confrontam entre si. Uma má gestão da reabilitação dos centros urbanos, estes com uma densidade grande ou pequena de patrimónios históricos e culturais, pode descaracterizá-los e submetê-los a intervenções desfavoráveis à sua memória, tendo esta uma concretização fundamentalmente espacial.

Nos anos setenta do século XX, o património histórico apresentou duas normas com a finalidade do consumo da cidade, a primeira foi executar obras que proporcionassem sabedoria e bem-estar para todos, a sociedade e os observadores, e a segunda foi a existência de produtos culturais sobre o património regional que eram fabricados e divulgados. Numa perspetiva do significado, estes princípios criam uma ideia de que o património não só é entendido como um “objeto” de *identidade* e de divulgação, mas também como um “objeto” de utilização e de produção. Isto leva a uma mudança na história dos centros históricos que muda a função antiga para uma função produtiva de bens atrativos com objetivos económicos. Hoje em dia, os investimentos feitos para a preservação do património surgiram condicionados a uma lógica económica e consumista, passando as intervenções, que têm a intenção de conservar e proteger os patrimónios, a refletir menos acerca dos “objetos” e mais nos objetivos das mesmas. A reabilitação e preservação dos patrimónios são maneiras de difundir um dinamismo cultural, social e económico das cidades. Assim, o Património, seja ele original ou imaginado, é utilizado na conceção de uma atividade comercial e industrial sobre o passado, considerando-se num artigo moderno elaborado para um contentamento consumista da sociedade contemporânea, os conhecidos turistas. Com isto, os centros históricos deixam de ser a *identidade da cidade* para o consumo desta.

Uma das maneiras que determinam o conceito de *museu* nas cidades, principalmente nos seus *centros históricos*, é a arquitetura da fachada, o chamado *fachadismo*, que por definição é uma forma de restauro, onde se preservam as antigas fachadas de forma acrítica, ou reconstroem-se estas de acordo com reproduções forçadas das originais, fazendo-se uma demolição sistemática do interior dos edifícios, substituindo-o por novas construções que poderão mudar profundamente a tipologia, a volumetria, a estrutura, a construção original e a função. Quando se tenta analisar o conceito de *fachadismo*, temos de entender qual o *significado* e o *significante* dos



Figura 64 || Fachada de um edifício histórico na cidade de Lisboa que envolve uma infraestrutura contemporânea, onde esta é o elemento significante e a fachada, o elemento significado.



Figura 65 || Frente de uma rua na cidade do Porto, com diversos edifícios históricos, onde as suas fachadas foram reabilitadas e conservadas, tendo sido, provavelmente, alterado as funções e o programa existentes outrora, para um uso mais atual.

espaços internos e externos de um edifício. “De acordo com uma interpretação semiológica da arquitetura, define-se a natureza do *signo arquitectónico* pela correspondência do espaço interno da arquitectura – enquanto arte do espaço (ou Raumgestaltung) – com o *significado*, e as formas externas com o *significante*; (...)”³⁵ O interior do espaço como significado do edifício, expressando-se através da decoração, dos materiais, dos revestimentos, das texturas e da cor, e encerrando-se através do espaço exterior. O espaço exterior é o espaço significante, exprimindo-se pelas fachadas, pelas coberturas e pelos pormenores arquitectónicos, pois estes encerram o espaço interior; mas o espaço exterior também corresponde a um novo significado, porque as fachadas urbanas definem um novo espaço como se fosse um “interior”, mas numa escala urbana. Este tipo de restauro mantém as fachadas, tratando-as como significantes e tendo significados, mas “As “novas” edificações introduzidas no interior das antigas fachadas, obedecem a padrões e níveis de exigência contemporâneos.”³⁶ Logo, o seu interior perde a sua antiga *identidade*, criando-se uma nova, de acordo com as necessidades contemporâneas do lugar e das pessoas. Assim surge também uma nova ideia de significado e de significante nos interiores contemporâneos dos espaços dos edifícios. O *fachadismo* é considerado, por alguns teóricos de arquitetura, uma das melhores maneiras de conservar o património urbano, mas é preciso refletir que, apesar de este tipo de restauro trazer uma nova *identidade*, só mantém uma parte da *identidade* do edifício e do lugar, só restaura o exterior da memória, “esquecendo-se” do seu interior. Sendo assim, poderemos dizer que a imagem urbana é de natureza histórica, parecendo que é só necessário reabilitar as fachadas, para que as pessoas tenham uma representação “imposta” do que era o antigo lugar. Segundo o conceito do *fachadismo*, esta representação aparenta ser a *identidade* de uma cidade histórica, o que nos leva a pensar se essa *identidade* é apresentada apenas através das fachadas dos edifícios históricos. A *arquitetura da fachada*, para além das alterações referidas anteriormente, também sofre modificações funcionais, o que cria preocupações no que refere à proteção da *identidade* e da “personalidade” dos espaços urbanos que contêm valores patrimoniais. O conceito da cultura consumista é representado no *fachadismo*, ajudando a destruir e a consumir até à “exaustão” os poucos lugares genuínos existentes nas cidades com o objetivo de reformar o produto arquitectónico de toda a sociedade e de

³⁵ AGUIAR, José. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações, 1ª edição, p. 137.

³⁶ *Ibidem*, p.137.

outras épocas; isto contrariamente à ideia de consumo que se desenvolve e se explica nas cidades, a qual consiste em argumentos de proteção do património, de conservação da memória da imagem urbana e de consideração pelo passado. Esta arquitetura constitui uma referência consumista atual nos centros históricos das cidades, conceituando-se como o meio adequado e mais eficaz para solucionar os problemas de integração de projetos renovadores no património construído. Neste assunto sobre a salvaguarda do património, só a memória ativa pode assegurar uma prática coerente da noção da autenticidade nesses lugares valorizados.

Este conceito de comercialização do património, que faz parte da metodologia da reabilitação, tem fatores tanto positivos como negativos; o património urbano cria um panorama característico, o que cada espaço tem para “apresentar”, sendo este um recurso atrativo e essencial para o turismo. O investimento no turismo cultural das cidades é a mais importante atividade económica local, sendo que o carácter dos centros históricos é o meio de desenvolvimento destes, fundamentado no novo conceito de economia das cidades e também nos novos serviços consumistas das mesmas, sendo assim os centros históricos são o elemento chave para elevar o poder económico das suas cidades, fator este que é positivo. O turismo reaviva as atividades culturais, sociais e urbanas das cidades, que outrora se tinham perdido, trazendo um novo dinamismo aos seus observadores internos ou externos que mantêm vivas as memórias sociais e estruturais. Apesar do turismo ser um fator positivo, as suas cidades não devem depender deste como o seu único meio de atingir um poder económico. Há cada vez mais um interesse acrescido ao património e à obtenção desta denominação, que surge devido à “imposição” usada no “negócio turístico”, que, pelo lado positivo, está a exteriorizar cultura dos objetos históricos e arquitetónicos, que sem esse interesse estariam apenas abandonados e caídos no esquecimento, não proporcionando experiências de uso e de sabedoria desses elementos aos turistas mas também à sociedade local. O lado negativo deste processo que envolve tudo que seja considerado património histórico, cultural e artístico é que este se transformou numa espécie de “tesouro sem fim” como alvo de exploração, que para muitas localidades é um grande e importante recurso da sua sobrevivência económica, o que pode causar consequências negativas quer para os edifícios patrimoniais quer para a sociedade que habita nesses espaços urbanos. Por outro lado, o excessivo movimento e acesso aos patrimónios, poderá causar um desgaste destes, se não estiverem preparados para tal crescente

afluência turística, concluindo-se que as técnicas de conservação poder-se-ão auto prejudicar através da sua própria proteção e dos êxitos de que usufruem. Outro ponto negativo refere-se a um possível conflito no uso dos bens históricos entre os turistas e os habitantes desses lugares urbanos, pois estes últimos podem se sentir desconfortáveis por poderem pensar que são observados como “objetos turísticos” e atrativos da cidade. Esta *gentificação* das cidades e a competição de ocupar os espaços dos centros históricos, está a provocar uma diminuição das funções e das atividades por causa da mudança dos residentes para espaços urbanos periféricos. Este abandono social origina uma “ruína” cultural nesses espaços históricos, pois a sociedade que se transfere leva consigo as suas tradições e costumes, fazendo com que os centros históricos percam a sua *identidade* original, as suas pessoas e as suas atividades singulares, e a imagem da cidade já não se “comercializa” como se pretendia, perdendo também parte do turismo.

Este processo de promoção das cidades históricas, fundamentado na “obsessão enfeitada” pelo passado, causa efeitos negativos que se conferem não só na retransformação e na mudança das funções e atividades, que determinavam as tradições dos centros históricos, por outros “negócios” que continuam “o poder” de atrair e de estabilizar novos movimentos turísticos, mas também na alteração do caráter simbólico e na imagem da cidade; é através desta maneira de desenvolvimento que a teatralização e o embelezamento das zonas históricas e patrimoniais originam uma oportunidade de afirmar as características urbanas e uma forma singular das experiências de construção de uma imagem compacta. Uma má política de reabilitação da cidade e dos seus centros, sejam históricos ou urbanos, pode ter repercussões negativas, como as acima mencionadas, e irrecuperáveis, devendo-se ter atenção às condições sociais, culturais e imaginativas da sociedade representante da cidade, à capacidade política, de concordância e de diálogo segundo uma análise transparente do que é lugar, do que é global e como estes se relacionam entre si, e à recuperação e evolução estratégica, que deve ir para lá dos projetos dos arquitetos, construtores e políticos. A *identidade* de uma cidade e do seu centro histórico é objetivo composto e evolutivo de uma série de elementos e fragmentos interativos, o que leva a concluir que a conservação e a proteção da *identidade* não dependem apenas da reabilitação construtiva desses fatores.



Figura 66 || Primeiro estudo de enquadramento estratégico da área crítica de recuperação e reconversão urbanística para a reabilitação do Centro Histórico de Viseu, elaborado pela Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU), Viseu Novo (2008).

1.5.1.1 O Caso da Cidade de Viseu

Como cidade média e capital distrital, Viseu tem uma importante variedade histórica que a caracteriza e lhe atribui uma *identidade* reconhecida e de referência pela área regional que representa, sendo que o *centro histórico* da cidade sempre foi considerado um espaço essencial e marcante para o planeamento urbanístico da mesma. Com isto, a Câmara Municipal de Viseu elaborou um Guia para a Reabilitação do seu Centro Histórico, pois este espaço urbano tem problemas significantes que fazem “movimentar” os recursos públicos e os meios relacionados com a intervenção pensada para o seu património urbano. Para se fazer uma correta proteção e preservação dos monumentos temporais do centro histórico, primeiro é necessário estudar certos conceitos e regras relacionados com o tema da reabilitação, seja arquitetónica, seja urbana; e segundo avaliar a cidade e estabelecer uma área de intervenção que incorpore as infraestruturas mais importantes do centro antigo, a qual o município de Viseu definiu como Área Crítica de Reversão e Recuperação Urbanística. Para a realização desta intervenção, a Câmara conta com apoios financeiros e administrativos como a criação de um Gabinete Técnico Local (GTL) para o Centro Histórico e de uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU).³⁷

Como já acima referido, o Centro Histórico da Cidade de Viseu, começou a refletir sobre a reabilitação das suas infraestruturas urbanas e arquitetónicas no início do século XX, quando elaborou um plano de melhoramentos para a cidade. Esta foi a primeira intervenção a sério onde se demonstrou uma preocupação com a sua cidade e o seu património; apesar disto, ao longo do século XX, não existiu grandes intervenções na cidade, apenas algumas pontuais nos espaços públicos e na estrutura viária, nomeadamente no pavimento e no mobiliário público da cidade, onde se percebe um aumento de novas construções em redor do *centro histórico*, o que levou um pouco à degradação deste. Por esta razão é que o município da cidade de Viseu teve a necessidade de repensar no seu *centro histórico* desde os inícios do século XXI até hoje, sendo por isto que esta entidade viseense desenvolveu um plano de reabilitação que promove duas partes: uma relacionada com o espaço público, nomeadamente a sua pavimentação, e outra sobre o património privado onde a Câmara apoia e licencia obras

³⁷ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/notaprevia/index.php?pag=1>.



Figura 67 || Capa do Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu. Vista do Arco da Porta do Soar da muralha para a Rua Nunes de Carvalho, verificando-se a reabilitação da maior parte dos edifícios dessa rua através do referido programa, consoante as diferentes características que cada edifício possuía, de forma a manter, o máximo possível, a sua identidade temporal e arquitetónica.

de intervenção ou onde adquire os imóveis e os reabilita. O Centro Histórico de Viseu contém edifícios de carácter habitacional e de carácter misto com funções comerciais, turísticas, habitacionais, etc., que pertencem a privados que os habitam, alugam ou simplesmente desocupam; em grande parte verifica-se também que o centro histórico está envelhecido, e em alguns casos arruinado, onde se percebe que necessita de intervenções de salvaguarda, conservação ou reabilitação. Este planeamento urbano e arquitetónico não é fácil de executar, seja técnica ou economicamente, pois existe certas “autoridades” físicas e administrativas que reduzem a procura do centro histórico, existindo também um grande leque de oferta imobiliário, fora dessa zona. A generalidade dos centros históricos portugueses esforçam-se para conservar o seu património, ou pelo menos a sua imagem, mas por vezes foram substituindo certos edifícios históricos, arruinados, por edifícios novos (situação que ocorreu durante século XX), e o centro histórico de Viseu não foi exceção. Este método de modificação do património pretende ser regulado, a um nível geral de planeamento urbanístico e também a um nível particular nas intervenções privadas, quer sejam de dimensão alargada ou reduzida, dependendo de cada caso. No centro histórico viseense, as intervenções eram feitas de uma forma individualista, desenvolvidas por entidades privadas ou públicas, e isoladas de um apoio ou de uma obediência de um programa global e dos seus estudos estratégicos, planos e programas locais de intervenção, pois existem poucos recursos económicos no setor público para que este possa investir nas intervenções gerais aplicadas à reabilitação das áreas urbanas, e em que este possa criar uma relação favorável com o setor privado, este representado pelos proprietários e pelas agências imobiliárias. Mas na realidade o mercado atual não incentiva a esta parceria entre públicos e privados, só se existir um apoio mútuo e diverso. Deste modo, a reabilitação das infraestruturas existentes, hoje em dia, deve-se a pequenos projetos isolados de proprietários que são moradores ou apenas promotores de tais projetos, sendo este a principal condição de mudança do centro histórico de Viseu, e é para este tipo de iniciativas reabilitadoras que o município elaborou o Guia para a Reabilitação, referido acima. Mas este tipo de intervenções pontuais causa uma grande diferenciação e não uniformiza as realizações e imagens arquitetónicas, o que poderá se tornar numa particularidade do centro histórico, exceto quando algumas características arquitetónicas e construtivas conferem uma grande diferença com a coerência geral (por exemplo janelas, portas, revestimentos exteriores, etc.), como está explicado e demonstrado no quinto capítulo do Guia. A reabilitação é uma forma de conservar o património, sendo



Figuras 68 e 69 || Antiga Sinagoga da cidade de Viseu, a qual foi reabilitada, podendo-se conferir que a fachada principal manteve-se e construiu-se uma fachada contemporânea nova na parte de trás do edifício; o seu interior preservou a sua estrutura, mudando apenas a função do edifício, sendo atualmente um espaço para exposições.

Figuras 70 e 71 || Edifício do Solar do Visconde de Treixedo, situado na Rua Direita, o qual foi conservado à algum tempo, onde se manteve as suas fachadas, modificando-se a sua função habitacional para serviços (Montepio), o que levou a modificar também a sua estrutura interior.

tecnicamente mais exigente, mas poderá também ser economicamente mais viável do que a renovação, o que poderá torná-la mais praticável por uma sociedade que tenha menos poder económico, aumentando assim a atividade social e económica, que são fulcrais, para o centro histórico. Em relação ao Centro Histórico de Viseu, quase todos os agentes que intervêm nos espaços históricos recorrem à renovação dos edifícios, mas com projetos de conservação e de reconstrução nas fachadas urbanas e nos respetivos interiores dos edifícios onde demonstram escolhas contemporâneas quer a nível arquitetónico, quer a nível construtivo. O Guia para a Reabilitação foi pensado também para esta situação e de maneira a que, a requalificação dos edifícios pertencentes ao centro histórico, seja através de obras com pequenas ou médias intervenções, cumprindo cada vez mais as soluções formais e construtivas que fazem parte do património histórico, cultural e arquitetónico; mas também foi criado para prevenir casos de *fachadismo* como acontece com outros centros históricos portugueses, onde só reabilitam a face do edifício, mudando o seu interior, mas isto não quer dizer que no centro histórico viseense não exista este tipo de intervenções, porque existe, mas é uma maneira de precaver e alertar os intervenientes que tencionam executar este tipo de reabilitação nos seus projetos.

A metodologia, que a Câmara Municipal de Viseu determinou, está desenvolvida no Guia para a Reabilitação, tendo como objetivo apoiar individualmente os proprietários e os técnicos que pretendem intervir na área urbana histórica da cidade, de modo a cumprirem as medidas estipuladas pelas “Áreas Críticas de Reversão e Recuperação Urbanística” e pela Sociedade de Reabilitação Urbana Viseu Novo.³⁸ Este guia serve para orientar, informar e apoiar as decisões gerais de reabilitação, definir prioridades nas intervenções, e entender quais os problemas fundamentais antes e depois destas. O desafio da reabilitação do centro histórico demonstra-se e soluciona-se por meio de diferentes direções como a da história e a da *identidade* da imagem urbana e arquitetónica, a da reabilitação urbana que abrange monumentos, habitações, equipamentos e espaços públicos, e ainda a do conhecimento físico do património existente e das suas patologias e quais as melhores soluções construtivas para tal. Estas direções abordadas no guia, referem-se não só à história, aos espaços, à construção, ao ambiente, às funções e atividades, à dimensão social e económica, mas ainda à

³⁸ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/notaprevia/index.php?pag=2>.



Figuras 72 || Casa do Miradouro, atrás do Museu de Grão Vasco, onde atualmente funcionam serviços da câmara municipal; projeto reabilitado através do programa de reabilitação da SRU, Viseu Novo (a qual colaborou também no Guia criado pela câmara).

Figura 73 || Edifícios na Rua Escura, no cruzamento desta com a Rua Direita, onde se verifica um edifício em reconstrução e outro já reabilitado pelo programa do Guia, onde funciona comércio e habitações.

Figura 74 || Edifícios da Rua Nunes de Carvalho, a qual cruza a Porta do Soar da muralha antiga da cidade, onde se verifica uma conservação das infraestruturas e suas características físicas (janelas e portas), como estipulado no Guia.

reabilitação aplicada com técnicas próprias de arquitetura e de engenharia, de preservação e dos métodos exclusivos de licenciamento e de execução de obras; tudo isto para que haja uma coerência urbanística formal e funcional em todas as escalas, desde o planeamento da cidade até ao projeto de intervenção nos edifícios do centro histórico, quer seja exterior ou interiormente. Para que este processo funcione, deve existir também uma coerência de execução, a qual está descrita nos primeiros capítulos do Guia que desenvolve uma fundamentação, uma análise, um diagnóstico e uma ordem urbanística; e também deve existir uma coerência de relação das diversas disciplinas e a sua articulação interdisciplinar nos estudos, nos projetos e nas obras de reabilitação, temas estes aprofundados nos últimos capítulos que, na resolução de problemas, estabelecem uma ligação das várias disciplinas, como arquitetura, engenharia e história, tal como das especialidades técnicas que a intervenção reabilitadora exige, como o estudo, o planeamento, o projeto, o licenciamento, a construção, etc.

O Guia está estruturado consoante determinados momentos do processo antes de se poder executar específica e fisicamente as intervenções no centro histórico, quer seja através de uma programa, de projetos, de obras ou de apenas manutenção. Como acontece em qualquer processo, primeiro deve-se ter conhecimento de conceitos teóricos em relação ao tema da reabilitação em centros históricos, sendo os mais comuns: a ideia de património, de conservação, de restauro, de reabilitação, de renovação, de autenticidade e de *identidade*. Após essa compreensão, é necessário estudar e conhecer a história da cidade, neste caso da cidade de Viseu, como se desenvolveu ao longo dos tempos, quer urbanística quer arquitetonicamente. Depois deve-se entender o espaço e a forma, a construção e o conforto ambiental, temas estes que estão presentes na parte do Guia dedicado a um conhecimento mais prático que desenvolve três diferentes níveis dessa matéria: primeiro, o da constituição do elemento arquitetónico e construtivo, pretendendo identificar as suas características, principalmente as tipológicas; segundo, o das patologias, sendo estas, as causas e os efeitos das decomposições e desadequações espaciais, funcionais, construtivas e ambientais; e por último, o das restaurações e melhorias, mais propriamente as soluções técnicas que excluem as patologias existentes nos edifícios, sejam elas espaciais, funcionais, construtivas ou ambientais. Esta informação será sempre que possível atualizada e completada, pelo município, nomeadamente com exemplos de projetos do presente ou do futuro, através das regras práticas executadas e das suas respetivas

ilustrações, o que torna o processo das intervenções no Centro Histórico de Viseu mais completo e mais diversificado. Este Guia parece estar bem elaborado e onde o estudo da cidade está bem claro e preciso, tornando-se numa ferramenta que deve ser utilizada antes de se intervir no centro histórico. No entanto, este processo de desenvolvimento da reabilitação do centro histórico da cidade de Viseu ainda está muito “embrionária”, verificando-se que ainda vai levar algum tempo a que este processo fique concluído; mas este já é um bom caminho para proteção e conservação de uma das particularidades da cidade que lhe atribui *identidade*. Apesar de este plano ser uma forma de atrair mais turismo histórico e cultural, o que é um fator positivo para a cidade, mas o qual não deve ser o único fator de crescimento e evolução da cidade, seja a nível económico, comercial, cultural, social ou urbano, é sempre importante ter em conta a sociedade que habita e vive a cidade de Viseu e também o seu centro histórico, tentando perceber o que a sociedade quer e precisa para uma melhor qualidade de vida nos espaços urbanos. No caso da cidade de Viseu, esta ainda não comercializa o seu centro histórico apenas para consumo turístico, mas com o aumento de turistas, essa situação vai mudar naturalmente, mas promove, cada vez mais, o seu centro histórico como uma das características mais atrativas da cidade.

1.5.2 Da Reabilitação à Mudança dos Hábitos Sociais e Culturais

As pessoas são o fator das cidades, concedendo-lhe uma *identidade*, que a sociedade deve conhecer. A imagem das cidades e dos seus centros históricos, e também do património, da história e da memória da própria, apenas têm de absorver a opinião das pessoas, o que estas pensam e idealizam, pois são elas que dão vida às suas cidades, sem deixar de saber modernizar a história e a memória dos seus lugares, não as descaracterizando, contudo estimulando-as para o projeto de reestruturação urbana, arquitetónica e cultural dos antigos centros das cidades. Como o arquiteto Fernando Távora afirma “Todos podemos colaborar e é errado pensar que apenas aos arquitetos compete a resolução do caso, ou ainda que o problema é meramente estético ou formal. Uma Arquitetura tem qualquer coisa de cada um porque ela representa todos, e exatamente será grande, forte, viva na medida em que cada um possa rever-se nela como um espelho denunciador das suas qualidades e defeitos.”³⁹

Carlos Fortuna colocou uma pergunta pertinente numa das suas reflexões, “O que significa afirmar que *conservar o património* não equivale a *conservar a tradição cultural*?”⁴⁰ A diferença consiste no fato da tradição estar compreendida como imagem cultural de hábitos comportamentais e maneiras de reflexão e de ação da sociedade, surgir sempre nas atividades sociais das cidades, demonstrando uma energia e um dinamismo que a tornam contemporânea, constantemente renovada e um tanto flexível, e também lhe estimular um sentido confortável de familiaridade com o passado social. Ao contrário desta explicação, a ação institucional da conservação do património requiere que seja estabelecido um certo distanciamento histórico, onde os objetos, lugares ou as atividades sociais e culturais podem ser reconhecidos como “provas” de um passado um tanto ou quanto distante. Para que se designe e forneça um significado adequado ao património é necessário que exista uma conceção desse distanciamento temporal, consistindo nele o ato patrimonial, compreendido de maneira que as instituições políticas são as que determinam o que é ou não é património histórico e cultural, e designam o que deve ou não ser objeto e/ou espaço de reabilitação e proteção, e de aprovação e reconhecimento por parte da sociedade que estrutura a cidade. O ato patrimonial, referido acima, atribui-se à consagração de certos objetos, espaços e/ou atividades sociais e culturais que aparecem (re)investidos de significado

³⁹ TÁVORA, F. (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa. Cadernos de Arquitectura, nº 1, p. 9.

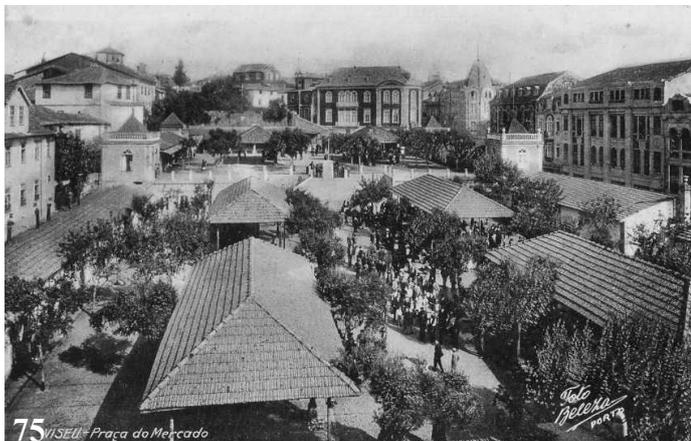
⁴⁰ FORTUNA, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 97, p. 24.

histórico, podendo estes estarem livres de qualquer associação característica do que é a vida da sociedade contemporânea, e do que possam ter sido as suas funções e o seu significado outrora. Esta reflexão é um pouco a explicação da ideia de “destradiconalização da tradição”⁴¹ que Carlos Fortuna refere nos seus textos. Os objetos, espaços e/ou as atividades sociais e culturais, que se estabeleceram como patrimónios, se não representam componentes consideravelmente relacionados ao dia-a-dia do presente, tornam-se, à perceção exterior, no seu fim; mas também podem aparecer indiferentes à realidade próxima e à atualidade vivida, tal como aos costumes sociais reais que outrora terão servido. Assim, poderá se distinguir as particularidades culturais, materiais e emblemáticas que definem a ideia de *tradição*. As tradições mantêm-se pelo uso sociocultural, afastando-se da criação de um conceito de património e de uma escolha que consiste na definição deste.

As cidades, tal como a sociedade, têm a sua própria identidade, característica complexa que se obtém, se modifica e, por vezes, desaparece, por causa de diversas situações que se formam no interior ou exterior das cidades. Quando se pretende repensar numa cidade e no seu cenário social, cultural, político, artístico e patrimonial, das primeiras ações que se tem de fazer é harmonizar a tradição com a inovação, o que define a atual reconstrução das particularidades identitárias da cidade, criando assim um método de “destradiconalização”⁴². Aqui a tradição representa o passado e os hábitos sociais e culturais, e a inovação o futuro e o processo de reabilitação, sendo o presente, o ponto de interligação entre estes dois conceitos, mas nenhum deles existe por completo na origem do reconhecimento da *destradiconalização*, pois há elementos nada tradicionais na tradição, como a criação de hábitos socioculturais consoante a época temporal, e elementos nada inovadores na inovação, como a permanência total da constituinte arquitetónica dos edifícios. O sentido que se dá à ideia de *destradiconalização* é um ponto de partida positivo e favorável às características inovadoras que a tradição pode ter e que se pensam como uma condição de preservação moderna dos componentes tradicionais. Quando a cidade repensa na sua estrutura urbana e o que a levou a perder-se no tempo, estabelece um plano estratégico de reabilitação e proteção contemporâneos dos seus patrimónios tradicionais, sejam estes materiais ou imateriais. Este plano é muitas das vezes criado para que a cidade seja

⁴¹ FORTUNA, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 97, p. 24.

⁴² FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destradiconalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, nº 91, p. 1.



Figuras 75 || Mercado 2 de Maio, visto dos edifícios da Rua Formosa (foto postal dos anos 30 do século XX).

Figura 76 || Mercado 2 de Maio, atualmente, visto na zona mais alta deste espaço, onde se verifica que a tradição do mercado já não existe, sendo apenas um espaço público de lazer.

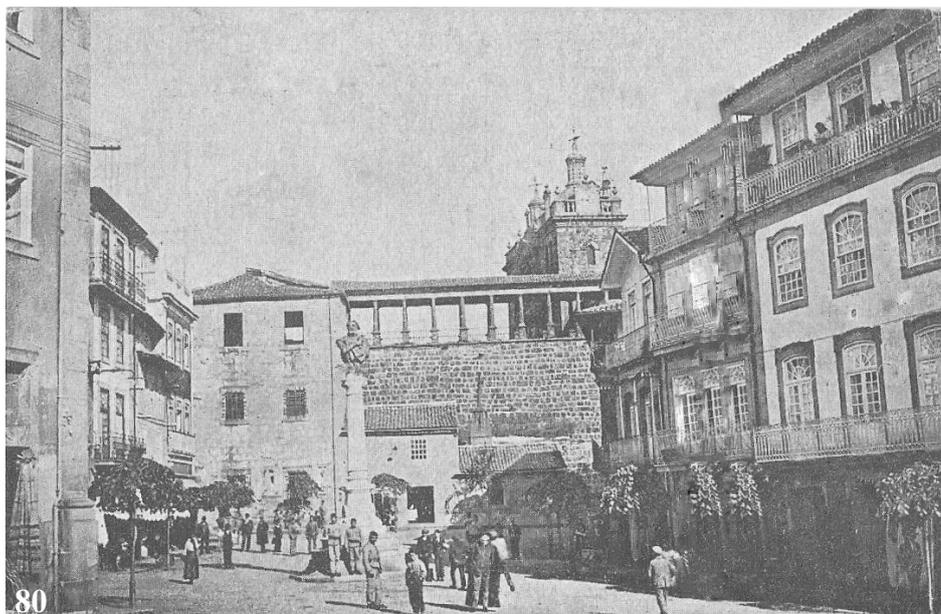
Figura 77 || Fachada exterior da antiga estação caminho de ferro (atual zona da Avenida Europa), foto postal do início do século XX.

Figura 78 || Antigo caminho de ferro transformado numa Ecopista, onde se observa a estação de Torredeita, pertencente à linha do Dão, deixando de ser um caminho ferroviário (tradição) para ser uma ciclovia (renovação).

Figura 79 || Elemento marcante do que resta da antiga estação de caminho de ferro da cidade de Viseu, situado no lugar do edifício da estação, como um símbolo da existência deste meio de transporte.

definida como Cidade Património da Humanidade, o que pode aumentar a afluência turística na cidade, logo o aumento económico, social e cultural desta, não se refletindo se a cidade está ou não a perder a sua verdadeira *identidade*.

As cidades e as suas sociedades que passam pelo processo de modernização urbana, passam também pelo processo social da *destradicionalização*, pois submetem os seus bens, significados e atividades do passado a um novo método de representação e de intervenção. Este ato de promover a inovação na tradição acontece devido muito à exigência que cada cidade tem em reconhecer o valor nos seus patrimónios, já existentes ou potenciais, de modo a se recolocar no mundo variado e competitivo que é o da disputa entre as cidades. Esta competição atual entre as cidades é uma consequência originada da não focalização política e funcional que se intensifica conforme as ideias mais comuns das sociedades. Mas a disputa intercidades também desenvolve o oposto, porque a colaboração entre estas que partilham os seus objetivos, dificuldades e estratégias urbanas, mostra um processo considerável e agradável comparativamente aos desafios existentes e reais do desenvolvimento urbano. Com isto, a imagem da cidade adapta-se e transforma-se lentamente ora na sua essência produtiva, material e funcional, ora na sua importância cultural, estética e arquitetónica. A *destradicionalização* não simboliza acabar com o património, o passado, a tradição, a memória e a história da cidade, se assim fosse esse seria o seu próprio “suicídio”, mas significa uma renovação da tradição, um melhoramento do passado e um pensamento do que é uma forma de desenvolvimento. Esta “abundância” de patrimónios, que vai aumentando cada vez mais consoante a concorrência entre as cidades, mostra um sistema global do reconhecimento do património, como uma maneira simbólica a favor dos planos de modernização da imagem dos espaços das cidades, o que leva a que os patrimónios históricos e as memórias dos lugares, num modo de conversão da sua marca de tradição em capital de inovação, sejam matérias da redescoberta do significado da sua sociedade, das suas atividades, e consequentemente dos seus hábitos socioculturais; é por esta sequência de reorganização dos valores e das funções que se forma o conceito de *destradicionalização* do património e por consequência da imagem da cidade. Em relação ao caso de estudo, a *destradicionalização* está presente, por exemplo no Mercado 2 de Maio, o qual tem uma estrutura do século XIX, onde a tradição era existir um mercado diário que foi renovado, atualmente, para um espaço público com esplanadas; ou por exemplo, no caminho-de-ferro da cidade, que foi



Figuras 80 || Praça D. Duarte, a qual já foi designada por Praça do Conselho e, no século XX (época da foto postal), de Praça Luís de Camões, onde se encontrava a estátua do poeta e edifícios laterais e junto à fachada lateral da Sé que posteriormente desapareceram.

Figura 81 || Praça D. Duarte na atualidade, onde se observa a preseça da estátua deste rei e em que certos edifícios já não existem, como um do lado direito da praça que deu lugar à Rua Augusto Hilário, e os edifícios que se situavam na fachada lateral da Sé, onde atualmente é um espaço de aumento da praça; de certa maneira houve “destraditionalização” desta praça do centro histórico da cidade de Viseu.

Figura 82 || Praça D. Duarte, durante o evento dos Jardins Efêmeros da edição de 2015, onde se confere uma nova tradição relacionada com o património histórico.

encerrado no final do século XX, transformando-se a linha do Dão numa ciclovia, ou ainda na Praça D. Duarte, a qual está rodeada de edifícios históricos que são o cenário tradicional deste espaço, onde não se destruiu a sua *identidade*, apesar de já não existir certas estruturas do passado como algumas casas ou a prisão, ou certas atividades que se foram alterando consoante os tempos e as pessoas como a feira semanal que se efetuava neste espaço. Mas esta praça é um espaço cheio de memórias e histórias da sua sociedade, que mesmo não sendo igual ao que era, mantém uma atmosfera muito própria que os observadores conseguem detetar, mesmo quando se criam novas tradições, como por exemplo o evento anual dos *Jardins Efêmeros* que se instala nela. Assim, esta torna-se num espaço com um certo equilíbrio “destradicional”, pois, mantendo o seu património histórico, mesmo com renovações torna-se num espaço público melhor, desenvolvendo uma nova forma de pensar e de viver essa nova tradição, a qual completa ainda mais a memória que se tem e que se cria deste espaço tão importante e característico da cidade de Viseu.

Quando se “renova as tradições” do passado, tornando-se assim historicamente novo, as cidades e os seus patrimónios não serão apenas observados e interpretados por alguns *observadores*, mas sim por toda a sociedade, sejam individuais, grupos ou instituições, face ao aumento da sua afluência, procura e materialização. Com um passado e uma tradição funcionais, que simbolizam uma sociedade “delimitada”, desenvolve-se, perante os mesmos, um significado utópico de extensão, por consequência da *destradicionalização*. Isto acontece, também por causa das reflexões da sociedade atual e da reorganização prática das identidades, que devem ser consideradas na sua autenticidade, no que se refere, por um lado, à conexão existente entre os *observadores*, e, por outro, à criação de um mundo de significados. As cidades recorrerem à sua própria imagem, definida pelo património histórico e monumental, para sobreviverem à ambiguidade, à condicionalidade e ao confronto com as outras diferentes cidades, mas não chega apenas reconhecer esses patrimónios e preocupar-se com a preservação deles, é necessário também aplicar, praticar essas ações, torná-las realizáveis, absorvê-las até ao “extremo” e utilizá-las de uma forma criativa.

Atualmente, as estratégias patrimoniais procuram fundamentar a sua intervenção na proteção exclusiva dos “bens” materiais que estão em risco de “extinção”, como os tais hábitos/tradições sociais e culturais, onde a *patrimonialização* influencia os objetivos do mercado cultural e turístico numa época que é de visível aumento dos

preços relacionados com tudo que é considerado património. Os objetos, espaços e/ou atividades socioculturais deste são compostos por conceitos histórico-culturais destacados que evidenciam qualidades e valores memoráveis, estéticos e/ou técnico-científicos marcantes para uma cidade, estando para além do sentido e do valor característicos, e imediatamente relacionados com a sua função prática do passado, criando-se assim a tal *identidade da cidade*. Logo, para se proteger e conservar esta *identidade* urbana, é necessário também proteger e conservar os hábitos sociais e culturais da cidade, os quais estão muitas das vezes representados nos patrimónios históricos, quer sejam estes materiais ou imateriais, pois estes, tal como a sociedade ou os monumentos, são partes importantes que integram, completam e formam essa *identidade da cidade*.



Figura 83 || Ícones de certificado de Património Munidal ou da Humanidade e da UNESCO.

1.6 Centro Histórico como Cidade da Humanidade

A globalização que as cidades estão sujeitas, observando o que se passa com as outras cidades, leva a especificar uma ou mais características da sua cidade e sociedade; por isto é que se criou o certificado da UNESCO, definindo que “ (...) o património cultural da humanidade, que traduz, no fundo, o reconhecimento, com base em critérios globais, daquilo que constitua um exclusivismo local, envolto num forte sentido de pertença à comunidade, a ser preservado em benefício (cultural) de todos.”⁴³ O conceito de Património Mundial ou da Humanidade adotado pela UNESCO surgiu em 1972, tendo como objetivo nomear e conservar lugares, sejam estes espaços da natureza ou espaços criados pelo homem, que tenham uma importância cultural, histórica ou natural para a humanidade. A definição de um centro histórico como Património da Humanidade poderá significar que esse lugar tem uma *identidade* bem consistente, que consegue transmitir os seus valores característicos, com uma constante gestão e conservação, que depende do reconhecimento da sua cultura, da sua economia e das formas e condições de vida da sua sociedade.

Em Portugal, Évora é desde 1986 cidade Património da Humanidade pela UNESCO, sendo uma cidade que se expande exteriormente e se globaliza, a si e à sua cultura, tornando-se universal ao ser exclusiva e localmente valiosa. Numa lógica cultural, o reconhecimento da cidade de Évora como cidade património evidencia a relevância cultural, histórica e artística como característica da cidade, incidindo-a num mundo do imaginário global. A cidade pretende uma conquista do local pelo global, fazendo com que se transforme num “objeto” de uma economia simbólica, por se tratar de uma mudança emblemática do significado da cidade. O reconhecimento do património local é uma vitória se for por parte da observação global, mas se for por parte da observação local demonstra um desafio e, para se continuar a ideia e a herança de património histórico, é necessário conservar e proteger os mesmos. O atributo de património universal e intransferível do Património da Humanidade, face a não ter capacidades, experiências ou recursos de outras entidades, submete a cidade a ser o seu próprio investidor e protetor. O património incentiva o urbanismo, tornando-o parte importante e ativa nos seus projetos e debates, o que representa um desafio patrimonial, o da cidade ter sabedoria para administrar os seus bens históricos, perante uma

⁴³ FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62, p. 5.



Figura 84 || Centro Histórico da Cidade de Évora, Património Mundial da UNESCO, em 1986.

indisciplina no urbanismo, na especulação territorial e nas práticas nada personalizadas da sua identidade, mas a cidade que souber gerir bem isto, é a que se melhor protege, oferecendo nela uma boa forma de viver e onde será mais aceitável o uso dos significados patrimoniais.

A relação entre o património e o urbanismo para a reabilitação dos espaços públicos da cidade de Évora criou dois aspetos particulares, um refere-se à restrição do tráfico automóvel na cidade e a correlação pedonal progressiva e reconhecimento da cultura de rua; o outro especifica o cuidado atribuído ao perigo de despovoamento do *centro histórico* e da corrente marginalização aí existente da sociedade mais frágil. Estas preocupações levaram a que os espaços públicos da cidade de Évora fossem revalorizados na perspetiva social e cultural. A grande afluência de turistas e observadores nesses espaços cria uma característica com potencial, a interação multicultural, que permite aumentar o significado cívico e de identidade local que a sociedade sente, como em simultâneo abrir os seus horizontes de referência e ampliar o sentido internacional da sua nacionalidade.

Os monumentos considerados símbolos particulares da cenografia urbana por causa do seu tamanho estrutural e arquitetónico, são narrativas sociais edificadas num passado, sendo também os elementos da memória deste. O autor Alois Riegl definiu como “monumento artístico e histórico”⁴⁴, aquele onde se valoriza o seu uso social passado e não da formalidade política premeditada de acontecimentos ou figuras importantes. Os monumentos que são desprovidos da sua estrutura real e original não deixam de ter em consideração o seu “dramatismo simbólico”, sendo componentes das expressões metafóricas da cidade, que provocam uma criação mental pessoal e comum do passado. Esta *recriatividade* do passado é um procedimento da procura das origens identitárias e da preservação do lugar da sociedade no mundo global. As diversas características que estimulam os turistas e a imaginação que estes se proporcionam no *centro histórico* de uma cidade Património da Humanidade, levam a que estes observadores se deparem com a liberdade exercida sobre o seu “espírito” ao visitarem, viverem, observarem a forma de viver da “metrópole”. Esta “sociologia do sensível”, onde existe predisposições momentâneas e imaginárias, não é de uma maneira uniforme quando se faz uma leitura da cidade, e a alteração dos significados e das imagens desta,

⁴⁴ RIEGL, A. (2013). *O Culto Moderno Dos Monumentos e outros ensaios estéticos*, trad. João Tiago Proença e Edições 70. Lisboa. Edições 70; pp. 9 – 23;

CONFERÊNCIA

PARA QUE SERVE
UM SÍTIO
PATRIMÓNIO
DA HUMANIDADE?

UISEU • 17 ABRIL 2014 • MUSEU GRÃO VASCO
DIA INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS



Figura 85 || Conferência *Para que serve um Sítio Património da Humanidade?*, em Viseu, em Abril de 2014.

mudam conforme os pensamentos e os lugares onde os observadores se autoanalisam, a si e à sua cidade.

A cidade de Évora permite a imaginação, mesmo que critique esta abordagem sobre a relativa organização política, social, estética e arquitetónica que são criadas pelas pessoas que “sonham” o lugar em plena consciência, pois para esta cidade, ela própria representa uma centralidade universal, mesmo que esta representação seja temporária e simbólica. Assim, esta cidade portuguesa, esta Cidade Património da Humanidade, é uma cidade simbolicamente universal, mas os seus significados influenciam a vida social da cidade. “O que Évora simboliza é uma cultura que se universaliza a partir de fragmentos patrimoniais específicos.”⁴⁵, e a influência desta *patrimonialização* desenvolve-se consoante o exterior e os seus observadores, as formas de viver, as funções e as identidades culturais da cidade, e como estas podem ser representadas. Este reconhecimento que a cidade teve como Património da Humanidade, como símbolo “mundial”, tornou-se num recurso e num desafio económico, social e cultural. Hoje em dia, tal já não acontece ou tão frequentemente, pois existe cada vez mais atribuições deste “título global” a diversas cidades portuguesas e mundiais, sendo que todas as cidades têm características que a tornam, de alguma maneira, especial e única no mundo, mesmo que não tenham essas particularidades, imaginam-nas ou inventam-nas.

Em relação ao caso de estudo desta dissertação, o município da Cidade de Viseu iniciou em 2014 um estudo relacionado com o tema da salvaguarda e da classificação de cidades onde os seus espaços e monumentos foram considerados Património da Humanidade, com o objetivo de conhecer o processo e aprender com as experiências das outras cidades, como Évora, de forma a desenvolver e identificar o seu próprio caminho para uma futura proposta da cidade de Viseu como Património da Humanidade. Para perceber esses processos que englobam uma candidatura das cidades a esta classificação, o município desenvolveu conferências relacionadas com este tema, tendo já ocorrido duas, ambas efetuadas no mês de abril de 2014 e de 2015. A primeira tinha como principal questão “Para que serve um sítio Património da Humanidade?”⁴⁶, e

⁴⁵ FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, nº 91, p. 20.

⁴⁶ CONFERÊNCIA do Património da Humanidade. Câmara Municipal de Viseu. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/index.php/diretorio/eventos/conferenc-patrimonio-humanidade#>.



Figura 86 || Centro Histórico da Cidade de Guimarães, Património Mundial, em 2001.

Figura 87 || Região Vinhateira do Alto Douro, Património Mundial, em 2001.

Figura 88 || Centro da Cidade de Angra do Heroísmo, Património Mundial, em 1983.

Figura 89 || Cidade Antiga em Salamanca, Património Mundial, em 1988.

a segunda questionava “Práticas de Reabilitação de Centros Históricos: recomendam-se?”⁴⁷.

Na primeira conferência foram abordadas temáticas relacionadas com os desafios e as práticas que envolvem a reabilitação de centros históricos e se esta atividade tem futuro ou não nas cidades; este evento reuniu seis casos diferentes de cinco cidades portuguesas e uma espanhola, as quais foram classificadas pela UNESCO, e de especialistas com a experiência relevante em relação ao processo das suas cidades. A arquiteta Alexandra Gesta falou sobre o caso da Cidade de Guimarães, defendendo que não será possível ocupar todas as habitações do centro histórico, por mais que este esteja reabilitado, por não haver população suficiente que habite quer os edifícios históricos quer as novas construções, sendo que estas apelam mais a serem habitadas, porque se no século XX, o centro histórico não era um bom sítio para habitar, como atualmente poderá o ser; esta arquiteta ainda afirmou que em relação à classificação, é necessário ter cuidado com esta, pois é preciso saber a área da classificação e o peso que o turismo vai ter na cidade e na sua sociedade, pois “a classificação da UNESCO é uma medalha, mas é uma medalha que pode rasgar o vestido”, cabendo aos cidadãos da cidade defenderem o seu lugar. De seguida, foi abordada a classificação do Alto Douro Vinhateiro pelo engenheiro Luís Braga da Cruz onde explicou o seu processo e recomendou certas estratégias iniciais para a candidatura como a necessidade de reforçar a identidade da população e da cidade, de estabelecer uma relação entre as pessoas e as entidades locais (o município), de desenvolver a economia e a cultura local, de ter em consideração as áreas de intervenção mas também as envolventes e de aumentar o conhecimento da cidade em relação a esta questão. Para explicar o processo inicial da Cidade de Coimbra, o engenheiro Raimundo Mendes da Silva referiu como no seu caso uma universidade/centro histórico ajudou a criar a cidade, a desenvolvê-la, e que o património não é apenas o que se vê, mas também o que se está por descobrir, sendo que a cultura material (os edifícios) depende da cultural imaterial (a história, a cultura), as quais devem ser melhoradas consoante os projetos criados para melhorar a qualidade de vida da cidade. Em relação à cidade de Angra do Heroísmo, o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes exprimiu que os arquitetos tendem a destruir as cidades antigas em vez de reabilitá-las quando não entendem a memória delas, tendo esta cidade dos

⁴⁷ VISEU debate práticas de reabilitação urbanas do país, a 17 de Abril. Artigo da Câmara Municipal de Viseu. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/index.php/component/content/article/82-noticia/2364-viseu-debate-praticas-de-reabilitacao-urbanas-do-pais-a-17-de-abril>.



Figura 90 || Conferência *As Práticas de Reabilitação de Centros Históricos: Recomendam-se?*, em Viseu, em Abril de 2015.

Açores sofrido uma reabilitação de imitação, onde está presente a mistura de culturas, as cores e as varandas tradicionais, mas que tendo sido reabilitada, não é habitada, porque as pessoas preferem viver nas periferias da cidade. Este arquiteto ainda afirmou que depois de se receber a classificação, não pode haver falta de interesse pela cidade que se pretende reabilitar, não entendendo porque se construi infraestruturas novas, quando temos as antigas por resolver, e que se deve promover os eventos culturais da cidade de forma a convidar os turistas, mas mais importante, os habitantes, tendo sempre que existir um diálogo, um debate entre a sociedade da cidade. O sociólogo Nuno Domingues demonstrou a sua experiência da classificação da Cidade de Évora, explicando que apesar de receberem esta designação, houve menos de tudo: ocupação de população quer em termos de habitação quer em relação ao comércio e à cultura. E por último, o arquiteto espanhol Roberto Ayuso que deixou a sua opinião através da experiência que teve com a Cidade de Salamanca, defendendo que não basta a cidade estar/ser bonita, deve existir um plano estratégico para esta, onde a participação social é muito importante, pois são as pessoas que tornam vivos os edifícios, a história, sendo necessário pensar no programa que se vai aplicar no centro histórico e como os espaços públicos deste podem ser usados de maneira a atrair mais pessoas. Nesta conferência expôs-se diversas opiniões, maioritariamente negativas, afirmando-se que existe uma ilusão do antigo que causa os problemas após classificação, sendo muito importante que depois da atribuição da classificação à cidade, é preciso pensar não só no património, mas também na sociedade, na cultura e na identidade da cidade (como esta é e o que queremos dela); e mais fundamental do que a participação dos arquitetos, engenheiros, etc., é a da população constituinte da cidade, pois é ela que a vive, sendo preciso perceber se a própria cidade quer essa classificação.

Na segunda conferência, as questões propostas para as apresentações dos vários especialistas eram: “As práticas de reabilitação de Centros Históricos em Portugal recomendam-se? Que novos desafios se colocam aos centros urbanos antigos – de proteção de património, construção sustentável ou valorização turística? Que boas práticas ou exemplos inspiradores podemos seguir? O que dizem especialistas e responsáveis?”. O arquiteto Vítor Mestre foi o primeiro a exprimir a sua opinião, começando por afirmar que não existem cidades/centros históricos sem pessoas, sendo necessário pensar nestas primeiro, o que elas querem para os seus lugares, sejam estes urbanos ou rurais, porque o que muita das vezes é bom para o turismo, não é bom para a



Figura 91 || Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, Património Mundial, em 2013.

Figura 92 || Centro Histórico da Cidade do Porto, Património Mundial, em 1996.

Figura 93 || Bairros da Cidade de Lisboa, em processo de reabilitação urbana.

sociedade, e que os centros históricos, numa maneira geral, têm dificuldade em “respirar”, por serem rodeados pelos subúrbios, mas que na sua opinião isto não acontece com a cidade de Viseu; ainda explica que hoje em dia, todas as cidades querem ser iguais em que o património é valorizado pelas suas atividades, observando-se nos centros históricos apenas o que se quer, sendo preciso estabilizar o património, de maneira a justificar o porquê das intervenções, sendo uma obrigação dos arquitetos evitar que esse património se degrade mais. O engenheiro Raimundo Mendes da Silva, que esteve presente na conferência anterior, veio mais uma vez mostrar a sua experiência, a qual está a desenvolver na cidade de Coimbra, afirmando que a questão da identidade é um assunto que deve ser a preocupação-chave nas intervenções dos edifícios, sendo que a dimensão dos problemas, o tempo, a ignorância e a qualidade de vida são problemas da reabilitação, e para os resolver é preciso entender e conhecer bem a cidade que se tem, qual é a memória e a cor da cidade, e como é e vive a sociedade da cidade. Nesta edição também esteve presente o sociólogo Carlos Fortuna que comunicou mais sobre a cultura, sendo necessário saber como esta é, porque ela se reflete nas cidades; na sua opinião, as cidades vão ficando cada vez mais semelhantes tal como as suas culturas, o que leva a que estas descubram as características que as diferenciam das outras cidades, tornando-se numa estratégia; este sociólogo afirma também que é importante saber o que não se quer para as cidades, e como e para quem se quer a cidade (turística, histórica, gastronómica), sendo preciso educar a população sobre o património, o seu significado e a identidade da cidade. De seguida, para mostrar o caso da Cidade do Porto, o arquiteto Rui Loza explicou o processo de desenvolvimento da cidade, como esta mudou, sendo que quando a cidade muda, será que a sua identidade se modifica também, afirmando que existe uma cidade em cada tempo e que a cidade faz-se com tempo também, estando a cidade em constante reabilitação, pois quando se reabilita um sítio e se passa para outro, passado 20 ou 40 anos é necessário regressar a esses lugares para se reabilitar de novo. Por fim, a arquiteta Teresa Duarte explicou o processo de reabilitação urbana da cidade de Lisboa, nomeadamente a reabilitação dos bairros lisboetas, e de que forma esta estabelecia as pessoas nos edifícios desses bairros, reabilitando também alguns monumentos que trouxeram economia, cultura, comércio, etc. à cidade; e como certas e pequenas mudanças nos espaços públicos da cidade antiga podem mudar os hábitos, os usos, as mentalidades da sua sociedade que passaram a viver mais estes espaços.

2. A IDENTIDADE DA CIDADE - O CASO DA CIDADE DE VISEU ||

A segunda parte da presente dissertação tem como objetivo perceber o tema da identidade das cidades através do estudo da Cidade de Viseu; primeiramente, será desenvolvido o conceito de cidade e o de identidade, e seguidamente formular questões relacionadas com estes conceitos, por forma a perceber o processo de criação da identidade que as cidades e os observadores tanto querem conhecer; estes estabelecem uma relação com os espaços históricos e turísticos, onde criam imagens, as quais devem ser visualmente evidentes pela cidade e pela sua sociedade, sendo necessário uma educação visual dos sentidos do lugar. Apesar de muitas das cidades saberem qual a sua identidade, por vezes esta não é a mais atual e nítida para os observadores, sendo essencial construir a identidade da cidade ao longo dos tempos e das sociedades, pois os fatores que ajudam a determinar essa identidade estão em constante mudança, modificando-se também o observador, por conseguinte a construção da imagem da cidade e os elementos marcantes caracterizadores dessa identidade urbana; é importante compreender estas temáticas de maneira a se perceber como são partes integrantes do mundo complexo que é a construção da identidade da cidade. Estes conceitos são analisados no caso de estudo, de modo a identificar as particularidades identitárias da Cidade de Viseu, concluindo-se que o seu Centro Histórico é um elemento marcante e muito importante para a construção e definição da sua identidade urbana, o que leva a cidade a querer reabilitar este lugar histórico com o objetivo de melhorar os espaços, mas também de aumentar o fluxo turístico, económico, social e cultural da cidade.

2.1 Conceito de Cidade e de Identidade

Cidade é uma palavra derivada do latim (*civitas*, - *atis*), que significa *meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços (administrativos, comerciais, profissionais, educacionais e culturais);... tipo de vida e de hábitos socioculturais do meio urbano, por oposição ao campo; conjunto de habitantes daquele meio*⁴⁸. Para o urbanista Kevin Lynch, “(...) a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala, algo apenas perceptível no decurso de longos períodos de tempo.”⁴⁹

Identidade é uma palavra também proveniente do latim (*identitas*, - *atis*), a qual se refere à *qualidade de idêntico; paridade ou igualdade absoluta; conjunto de características (físicas e psicológicas) essenciais e distintas de alguém, de um grupo social ou de alguma coisa (...)*⁵⁰. Em arquitetura, a *identidade* está presente em todos os projetos, através de um só elemento ou de vários, que quando se juntam formam um conjunto, tornando-se este mais reconhecível, como o autor Kevin Lynch afirma “A identidade de uma janela pode ser estruturada num conjunto de janelas, que é a pista para a identificação de um edifício. Os edifícios, por sua vez, estão interligados de tal modo que constituem um espaço identificável e assim sucessivamente.”⁵¹

As Cidades têm a sua identidade, pois cada uma tem algo que as identifica, cada uma tem a sua própria essência, um ou vários elementos únicos, que a tornam especial para se visitar, para se habitar, para se viver. Se não for o caso, dificilmente se conseguem diferenciar umas das outras. Assim sendo, é necessário conhecer bem as cidades e, com esse conhecimento, poder-se-á divulgá-las de maneira a que sejam (re)conhecidas pelas suas características singulares, sendo importante saber responder às seguintes questões: o que identifica a cidade?; que pessoas habitam a cidade?; que cidade temos?; e qual é a memória da cidade?. Todas estas perguntas devem ser respondidas de maneira a entender a definição da cidade que visitamos, habitamos ou vivemos, porque a cidade que não tenha identidade está perdida, esquecida e, como o próprio Kevin Lynch afirma, “A própria palavra «perdido», na nossa língua, significa muito mais do que a incerteza geográfica, acumulam-se nela cargas de extrema

⁴⁸ DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. (2009). Porto. Porto Editora. Edição 2009, p. 354.

⁴⁹ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 9.

⁵⁰ DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. (2009). Porto. Porto Editora. Edição 2009, p. 869.

⁵¹ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 87.

desventura.”⁵² Neste caso, o que poderia dizer-se que identifica a cidade, será a interação que deve existir entre os seus espaços e a sua população, pois, como é afirmado em cima, uma cidade é um conjunto de pessoas e de infraestruturas, mas se estas não se comunicam entre si, como poderá uma cidade funcionar? Não funcionando, a cidade terá de criar “meios e ferramentas” que consigam “desenvolver uma mentalidade, uma cultura” que faça com que a sua população e os seus espaços se relacionem.

Uma cidade faz-se de pessoas e as pessoas fazem essa mesma cidade, pois “Todo o cidadão possui muitas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações.”⁵³ Logo, é importante saber como são as pessoas que habitam a cidade, como estas utilizam ou não os seus espaços públicos e privados, e como podemos melhorar esses espaços, não só a nível arquitetónico, mas também a nível sociocultural e a nível económico; numa cidade “ (...) a sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas como objeto da perceção dos seus habitantes.”⁵⁴ Por outro lado, também é importante perceber como são as pessoas que visitam a cidade, os ditos turistas, que quer queiramos quer não, atualmente, são uma “população” fundamental para uma cidade, porque são eles que elevam o nível económico de uma região, que vivem os lugares e contemplam a cidade pela primeira vez, com um olhar que deteta o que a cidade tem de melhor e de pior. “No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem do meio ambiente, a imagem mental generalizada do mundo exterior que o individuo retém. Esta imagem é o produto da perceção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e a comandar ações.”⁵⁵ As cidades, que tenham um meio de ambiente específico e claro, oferecem às pessoas uma certa segurança, mas também experiências humanas mais intensas e profundas. Uma sociedade complexa pode ser representada por uma cidade, e vice-versa, mas tem de se desenvolver bem esta representação de uma maneira visual, podendo-se criar fortes significados expressivos. As condições fundamentais para a satisfação e função de uma cidade são a sua

⁵² LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 11.

⁵³ *Ibidem*, p. 9.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 11.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 12.

vivacidade e a sua coerência de imagem ambiental. O meio ambiente precisa não só de ser bem organizado, mas também tem de ser emblemático e inspirador; isto quer dizer que deve exprimir a sua sociedade e os seus habitantes, as suas ambições e heranças históricas, a sua natureza, as suas funções e os seus movimentos do dia-a-dia.

Para a identidade de uma cidade é importante criar símbolos fortes, mas para isso é preciso que exista uma estrutura clara e uma identidade expressamente viva, que seja um lugar destacado e bem conectado, um espaço reunido e organizado por esses significados e coletividades; este sentido de lugar irá intensificar as atividades da sociedade já desenvolvidas e estimular a memorização dessa essência única. Assim, é importante primeiro perceber o observador, e quais os elementos chave que para este são os pontos marcantes na construção de uma imagem coerente que identifique a cidade. A identidade da cidade desenvolve-se também a partir das imagens que criamos desta, logo é necessário que haja uma educação visual dos seus observadores e, ao mesmo tempo, uma modelação do que é visto, pois a educação visual leva a sociedade a intervir sobre o espaço que vê, o que provoca nela, a possibilidade de ver de uma maneira mais nítida, o que se torna favorável para as cidades.

2.2 A Construção da Identidade da Cidade

Como o Homem, as cidades têm necessidade e interesse em saber e conhecer qual a identidade que as caracteriza e como a caracterizam, tentando perceber quais os elementos que a identificam. Mas quando se pretende elaborar uma estratégia de desenvolvimento das cidades, deve-se começar por identificar o que torna a cidade particular em relação a outras, de forma a se poder também desenvolver essas particularidades, aumentando não só a sua importância local, mas também a sua importância global; para isto é preciso planear o modo como se processa a construção da *Identidade da Cidade*. Para se perceber este processo é essencial saber como este se desenvolve através de diversos fatores como sejam: o *observador*, percebendo-se quem é este, o que a cidade significa para ele e como cria imagens urbanas identitárias e simbólicas; a construção de imagem, onde se determina qual o objeto que torna a cidade particular, a qual crie um impacto interior e exterior, seja através da sua estética, tempo, forma e/ou perfil; e os centros históricos, os quais têm, cada vez mais, influência na metodologia elaborada para a construção da *identidade da cidade*; sendo estas temáticas analisadas em cada um dos seus aspetos no caso de estudo, a cidade de Viseu e o seu *centro histórico*.

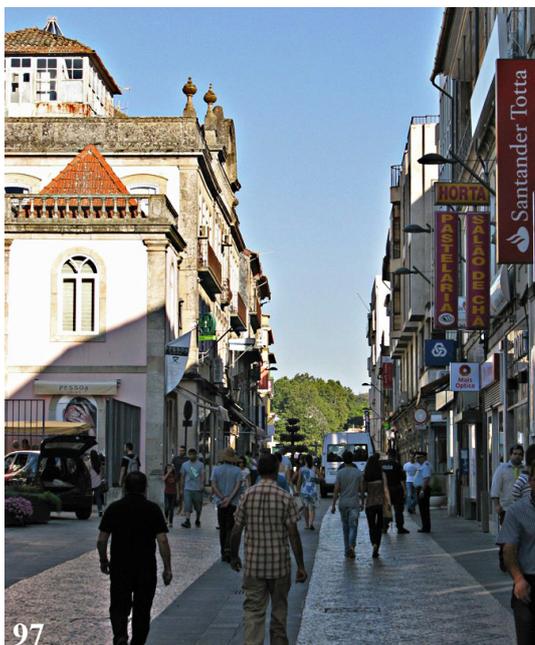
2.2.1 Através do Observador

De um certo modo, o *observador* está ligado à paisagem, ao meio ambiente que habita, que visita e que o rodeia, diferenciando e selecionando as suas partes menos importantes; e este *observador* é o habitante, o visitante nacional e internacional, é a sociedade. O meio ambiente faz parte da cultura das pessoas, estas funcionam, elaboram e divertem-se em conformidade com a paisagem envolvente, sentindo-se plenamente identificadas com essa paisagem, muitas das vezes, não desejando deixá-la, pois ela significa uma continuidade e estabilidade nas suas vidas. Para estas pessoas, estes ambientes são abundantes em simbologia, possuindo assim uma imagem viva, que faz parte do seu conhecimento, sendo este ordenado pela diferença e estrutura do meio ambiente em que se inserem.

Por vezes, o problema das cidades perderem a sua *identidade* deve-se ao fato da sociedade não apreciar as suas cidades ou outras cidades de uma maneira geral, porque “O próprio observador deveria desempenhar um papel ativo na perceção do mundo e participar criativamente no desenvolvimento da sua imagem.”⁵⁶ A sociedade deveria conseguir modificar a imagem, consoante a mudança das necessidades que acontece ao longo dos tempos, porque um meio estruturado com características precisas e claras, poderá impedir novas atividades, e a existência de um forte símbolo, poderá tornar difícil a conceção de novos símbolos. Quando se procura uma resposta às dúvidas, não se pode tomar tudo como definitivo, há sempre um desenvolvimento contínuo, sendo isso o que acontece na procura da *identidade das cidades*, não se podendo dar como garantido e decisivo, nomeadamente porque “Cada indivíduo cria e sustenta a sua própria imagem (...).”⁵⁷ Para se criar uma imagem mental de qualidade, é necessário treinar o *observador*, educando-o a *olhar*, primeiro para a sua cidade, observando as suas diversas formas e como estas se envolvem umas com as outras, e depois para as outras cidades. Esta “educação” pode ser através de algumas ações como: estar nos ambientes mais vezes, tornando-os familiares e assumindo-os como um caráter de lugar; possuir uma orientação direcional inconsciente; constatar singularidades observadas por outro indivíduo; e estimular o *observador* para uma aprendizagem de perceção através da persistência de imagens ilusórias e de imagens de formas hipotéticas e antigas, sendo estas testadas pela experiência pessoal do indivíduo. A educação serve para desenvolver

⁵⁶ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 13.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 15.



Diferenças do tempo e do espaço, entre o passado e o presente nos mesmos lugares.

Figura 94 || Porta do Soar no ano de 1967, na época local da feira semanal da cidade.

Figura 95 || Porta do Soar, atualmente, onde já não se pratica tal atividade comercial, apenas se usufrui do espaço.

Figura 96 || Rua Formosa nos anos 30 do século XX, onde se verifica a atividade comercial que ali existia e como era, na altura, o Mercado 2 de Maio.

Figura 97 || Rua Formosa, atualmente, onde continua a existir uma atividade comercial, mas onde o mercado já não é utilizado com tal função.

a imagem da cidade, mas também para a reorientar, após a existência de possíveis mudanças, sendo estas parte de um processo contínuo juntamente com a educação. Outro problema da perda da *identidade* das cidades relaciona-se com o pouco poder económico e cultural que elas possuem, o que complica a preservação dos símbolos que identificam o lugar.

A identidade de uma cidade depende também da identidade social presente nessa cidade; se as identidades sociais são caracterizadas pelas mudanças socioculturais, a identidade da cidade também será representada por estas modificações. Logo, a sociedade muda consoante os tempos, mudando também a identidade da cidade que ela representa. Numa (re)criação das identidades existirá sempre um dinâmico e contínuo confronto entre o velho e o novo. As relações entre o espaço e o tempo influenciam o quotidiano dos observadores, transformando também os sentidos e significados do património histórico e cultural das cidades, pelo que só através do desenvolvimento do pensamento é que se privilegia, ou o espaço, ou o tempo, como foco principal onde se realiza a criação da identidade. O tempo e os seus conceitos não são definitivos e controlados de maneira a que estejam completamente ausentes ou presentes. Por sua vez, o espaço é que conduz efeitos políticos para a sociedade; é o espaço que determina as diferenças, incorpora elementos imateriais e estabelece comunicações. Mas sem se conseguir organizar, quer o tempo quer o espaço, a sociedade perde as suas orientações, desafiando-se a desaprender a história e a geografia para que conheça novamente a cidade, mas de uma maneira diferente, criando-se assim uma nova identidade. Na sociedade, o tempo e o espaço estão inseridos num mundo de imagens e representações diversas que intervêm com a sua perceção da realidade. O ato de observar um objeto é torná-lo algo com sentido, exercendo influências sobre ele, transformando-o e consumindo-o, pois a mudança do objeto é também a mudança do *observador*, e é este que se altera quando observa o mundo exterior. O que a cidade aparenta, representa e proporciona aos sentidos dos observadores define a imagem da cidade.

Em relação à cidade de Viseu, numa generalidade, o *observador* deteta esta cidade, um pouco através do seu centro histórico, pois este consegue-se ver em diversos pontos de vista da cidade, sendo o mais óbvio pela zona nascente da cidade, onde logo se observa monumentos históricos e religiosos de um outro tempo, situados num espaço mais elevado em comparação com os edifícios em seu redor. Quando a ação do *observador* é caminhar pelo centro da cidade, ruas como a Rua Direita, a Rua Formosa

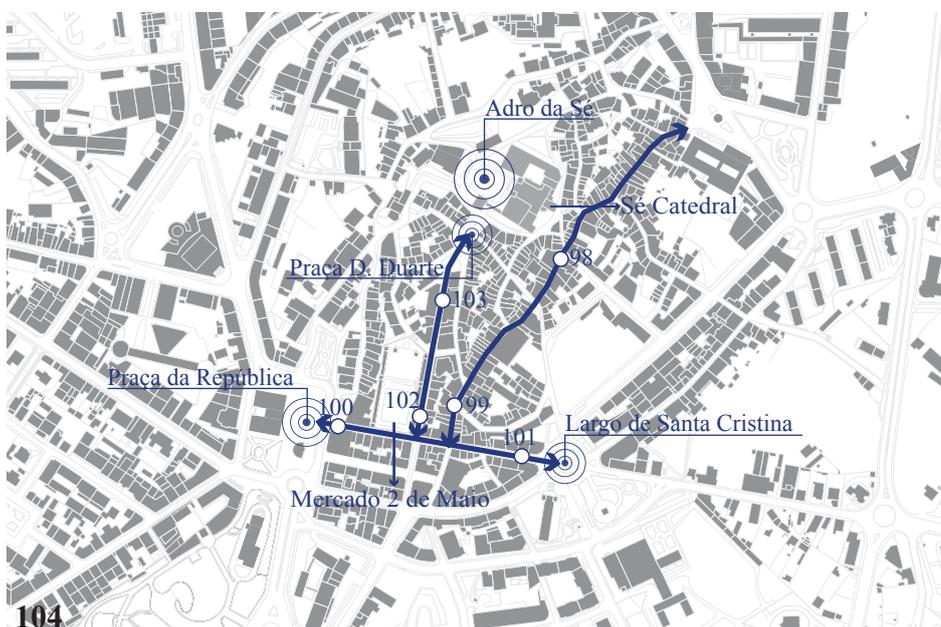


Figura 98 || Rua Direita com a sua diversidade cultural e comercial, onde se observa também desenhos no pavimento; ponto de vista no cruzamento desta rua com a Rua da Prebenda.

Figura 99 || Início da Rua Direita, onde se verifica ser mais larga do que no resto da mesma.

Figura 100 || Início da Rua Formosa com a sua arquitetura do século XIX, onde se verifica a “avenida” larga e direta criada num só gesto; ponto de vista da zona da Praça da República.

Figura 101 || Rua Formosa desenhada num único gesto, onde o ponto de vista da imagem é apartir da zona do Largo de Santa Cristina.

Figura 102 || Início da Rua do Comércio, onde se analisa a fachada lateral do Mercado 2 de Maio e a arquitetura do século XIX; ponto de vista no cruzamento desta rua com a Rua Formosa.

Figura 103 || Rua do Comércio, onde se percebe uma leve descida até à Rua Formosa e com uma diversidade de fachadas que desenharam a frente da rua, ponto de vista da zona inicial da Praça D. Duarte.

Figura 104 || Mapa da Cidade atual de Viseu (orientado a Norte), onde se assinala as três ruas indispensáveis num percurso turístico pelo centro histórico viseense e os seus respetivos elementos caracterizadores.

ou a Rua do Comércio são sempre as vias utilizadas para um caminho traçado, pois podem-se considerar as ruas mais importantes do centro histórico. A Rua Direita é considerada a rua mais característica da cidade por existir muitas particularidades do passado, presentes em cada esquina, descida ou cruzamento, como edifícios históricos, com um certo carácter medieval, ou com janelas manuelinas desenhadas nas suas fachadas, existindo uma tipologia mista, onde edifícios se dividem entre habitação e comércio, ou a existência de solares com uma atividade interior mais contemporânea, ou infraestruturas dedicadas à cultura e ao conhecimento sobre a região, sendo que esta rua ainda continua a ser, como referido no capítulo anterior, o *cardo* do considerado *centro histórico*, ligando a zona do Mercado 2 de Maio ao Largo de Santo António (perto da Feira de São Mateus) e distribuindo de uma forma concêntrica as outras ruas pertencentes à estrutura viária do *centro histórico*. A Rua Formosa é uma via mais recente, dos meados do século XIX, tendo sido criada aquando do novo plano de melhoramentos da cidade, de modo a que interligasse dois espaços públicos importantes da cidade, a Praça da República (e o também Jardim Tomás Ribeiro) com o Largo de Santa Cristina, sendo esta via direta, larga e estruturada pelo importante Mercado 2 de Maio e por edifícios mais modernos, onde o comércio e os serviços prevalecem à atividade habitacional. A Rua do Comércio, nome pelo qual é conhecida, sendo o seu nome original Rua Dr. Luís Ferreira, é uma rua paralela ao Mercado 2 de Maio, tendo uma das suas fachadas frente para a rua, liga a zona do mercado à Praça D. Duarte, e, continuamente, ao Adro da Sé, tornando-se assim numa via muito importante para a cidade, sendo a linha mais objetiva para esses espaços históricos tão fulcrais e reconhecíveis dos diversos pontos de vista; ao longo desta rua verifica-se a existência de um leque de atividades, sejam de comércio, serviços, residência ou de hotelaria, até se chegar à já referida Praça, transportando o *observador* de uma rua estreita para um espaço amplo e fresco que liberta o *olhar* sob um misterioso enquadramento do qual se descobrirá que é a Sé Catedral, deixando o observador curioso, querendo explorar as ruas envolventes à praça e onde estas o levarão, sendo esses espaços o Adro da Sé, o redor da Sé, a Rua Direita e o Largo Pintor Gata. Estes são alguns exemplos dos percursos turísticos que os observadores podem experimentar, observando também o pavimento desenhado na estrutura viária antiga, e a diversidade temporal e espacial das fachadas aquando caminham pelo *centro histórico* da cidade de Viseu.

2.2.2 Através da Construção da Imagem

Para se saber *a identidade* de uma cidade, deve-se construir uma imagem do ambiente da cidade, um perfil, e esta “ (...) pode ser analisada em três componentes: identidade, estrutura e significado.”⁵⁸ Para este processo é importante a relação entre o meio ambiente dos espaços da cidade e o *observador*, já referido em cima; esse processo é determinado através, por um lado, da capacidade de estimular os sentidos para com o meio ambiente e, por outro, do conhecimento, da memória, da formação cultural e da habilidade de percepção que cada *observador* tem. “O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador – com grande adaptação e à luz dos seus objetivos próprios – seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê.”⁵⁹ O problema é a imagem da cidade poder variar muito entre os distintos observadores, pois há uma interação e, ao mesmo tempo, um confronto entre a imagem criada, que limita e dá importância a um ponto, e a própria imagem, que é testada pela capacidade da percepção. Assim, para haver uma coerência na definição da imagem, deve-se fazer uma seleção das observações e verificar qual delas é a mais forte e “familiar”, qual delas adquiriu mais estrutura e *identidade*, pelas suas características; a primeira análise que o *observador* faz do lugar pode ser identificável e descritível, não porque o conhece, mas porque coincide com um “padrão” que o *observador* já conheceu, como acontece com algumas cidades portuguesas que têm uma estrutura urbana medieval e um estilo arquitetónico muito semelhante. Mas quando existe uma nomeação e distinção do meio ambiente, este torna-se muito mais vivo e amplia a vida humana e urbana, profunda e poeticamente. A cidade pode ter diferentes espaços ou meios ambientes que podem dificultar ou simplificar o processo de formação da sua *imagem*, da sua *identidade*, existindo ambientes que convidam a olhar, mas outros a ignorar, que simplificam a orientação e a organização ou o contrário, apesar da versatilidade da compreensão humana.

Para a criação de uma imagem exequível, é necessário identificar o objeto, que seja diferente de outros e que seja reconhecido como entidade distinta; isto entende-se por *identidade*, no sentido de singularidade desse mesmo objeto; também é preciso abranger a estrutura, o espaço do objeto com o *observador* e com os outros objetos; e, por fim, é fundamental que o objeto tenha para o *observador* uma importância prática e

⁵⁸ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 15.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 14.

afetiva. Podem existir dois tipos de imagens das cidades, as *modernistas*⁶⁰ e as *patrimonialistas*⁶¹; as primeiras interessam-se mais por realçar a competitividade, a técnica, a cultura de consumo e a universalidade da cidade, estimulando uma administração de recursos empresariais, sendo que a cultura que as compõe é expansiva de maneira que a imagem se estende para lá dos seus limites de cidade, ganhando significado nacional e internacional; já as segundas imagens valorizam não só as manifestações, opiniões da sua sociedade local, das suas tradições, eventos, hábitos e as suas sucessivas cerimónias, mas também a arquitetura e as características do meio espacial, desenvolvendo uma administração de recursos simbólicos. Em relação ao caso de estudo abordado neste trabalho, a Cidade de Viseu terá um imagem mais “patrimonialista”, pois é uma cidade que pretende sempre dar valor às suas tradições, sejam estas culturais, sociais, históricas ou artísticas, e ao interesse da sua sociedade, como também às particularidades do seu *centro histórico*, sendo este o coração mais antigo e vivo desta cidade, logo a sua *identidade*. O desenvolvimento de qualquer imagem da cidade acaba sempre por servir como estratégia promocional desta, constituindo elementos sensíveis tais como o património histórico, o passado e a memória. O domínio de uma imagem está relacionado com o impacto do seu significado, podendo este ser uma imagem sensorial e visual, com forma e cor, ou uma imagem abstrata e imaterial sem o tal sentido, mas que consegue figurar as estruturas urbanas da cidade.

Na cidade, o tema do significado é muito complexo, pois as imagens deste são menos firmes do que as perceções de entidade e de relações, estas são mais manipuláveis por influência física do que o significado o é. Este varia consoante os tempos, os espaços e as pessoas que neles vivem. O significado pode desenvolver-se através da clareza de imagem segundo certos propósitos: o da construção de cidades para “a felicidade” de uma sociedade com uma variedade de antepassados “ricos”, o da adaptação das cidades a intenções futuras, à mudança, e ainda, a existência da interação dessa imagem a outros indivíduos, pois como Kevin Lynch afirma “A cidade não está construída apenas para um indivíduo, mas para grandes quantidades de pessoas, com antecedentes altamente variados, com temperamentos diversos, de diferentes classes,

⁶⁰ FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, nº 91, p. 4.

⁶¹ *Ibidem*, p. 4.

com diferentes ocupações.”⁶² A importância destes fatores para a criação de uma boa imagem vai variar consoante as pessoas e diversas situações, pois haverá uns que estimarão uma ideologia económica e satisfatória, e outros, uma ideologia acessível e interativa. No início da análise da imagem da cidade, os significados individuais desta são tantos e diferentes, até quando a sua forma é “comunicável”, aparentando ser possível desagregar a forma do significado. No sentido de formar uma relação social-afetiva entre os espaços urbanos e os observadores, a representação desses lugares é o ponto de partida, onde o *observador* constrói, a partir dessa imagem, significados representativos das suas experiências reflexivas. Por isto, essa análise focar-se-á na identidade e estrutura das imagens da cidade que se pode definir como o autor Kevin Lynch lhe designa, de “ (...) *imaginabilidade*: àquela qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado *observador*. É essa forma, cor, disposição, que facilita a produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e muito úteis no meio ambiente.”⁶³ Assim, pode-se reconhecer que o conceito de *imaginabilidade* serve como uma das estratégias que o turismo utilizou para atrair os seus observadores. No entanto, a ideia de *imaginabilidade* pode não ter conexão com o que seja permanente, restrito, determinado, consolidado ou habitualmente ordenado, mas isso não significa que não possa ter estas qualidades, ou que inclusive seja claro, visível, perceptível e evidente. A consciente transformação e reorganização dos espaços da cidade e dos meios ambientes físicos é um dos problemas da *imaginabilidade*; o que leva a pensar se a reabilitação das cidades, nomeadamente dos centros históricos, se poderá tornar num problema na definição da *identidade* das cidades.

Uma cidade que seja claramente pensada, sendo evidente ou perceptível ao *observador*, pareceria ter sido muito bem planeada, diferenciada e distinta das outras, como que de uma certa maneira se pedisse aos olhos e aos ouvidos uma máxima atenção e participação. Estas serão mais profundas, ampliadas e simples, se a cidade for predominantemente estética. Se assim acontecer, a cidade será considerada um modelo a seguir, superior ao tempo e com muitos fragmentos particulares nitidamente relacionados. Os outros atributos do meio ambiente que se pretende “bonito” são a importância da habilidade de expressão, da satisfação estética, do ritmo, do estímulo e

⁶² LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 114.

⁶³ *Ibidem*, p. 17.

de opção. Os patrimónios “industrializados” convertem a imagem num vínculo para um mundo estético e imaginário, formado por características cativantes, tendo a capacidade de originar uma ligação intensa e instantânea no *observador*. Na elaboração da imagem é possível fortalecer esta, seja através de projetos emblemáticos, seja através do desempenho constante do recetor, seja através da renovação do ambiente de cada um, “Uma vez que o desenvolvimento da imagem é um processo duplo entre o *observador* e o observado (...)”.⁶⁴ Uma outra particularidade na criação da imagem das cidades é o modo como os edifícios e os espaços simbolizam “o passar do tempo”, e este é referido pelos observadores que reparam no confronto entre as épocas e a identidade que está por detrás delas, que representam as pessoas, as vivências, as histórias passadas. Estes confrontos espaciais ganham uma importância pela sua situação geral, o que leva a refletir sobre como as mudanças dos espaços temporais, neste caso através do processo da reabilitação, poderão levar a uma incompreensão dos seus observadores, e também a uma alteração da *identidade* de tal maneira que esta se torne inexistente, pois esta modifica-se e, por vezes, perde-se, face às mudanças económicas, sociais, culturais e arquitetónicas da cidade. Esta circunstância é uma das preocupações presentes no plano de reabilitação para o *centro histórico* da cidade de Viseu, tendo uma história que se mistura um pouco com a própria *identidade* portuguesa, e a qual contém recursos patrimoniais, significativos, territoriais, sociais e culturais.

A categorização das cidades é ambígua, pois estas, com o passar do tempo, sofrem transformações relativamente excessivas e a sua identidade depende de processos de restauro contínuo; a ambiguidade da identidade das cidades passa pelo fato de ser inautêntico espacialmente, mas também está submetida ao reconhecimento social do exterior onde se estabelece tendencialmente, quer num ponto de vista sincronizado e de confronto, quer num estudo desenvolvido e progressivo. A inexistência de uma coincidência da identidade espacialmente definida, usualmente de acordo com a sua materialidade, poucas vezes tem o idêntico reconhecimento social no exterior. A imagem comum da cidade é progressivamente uma imagem composta por critérios geográficos, locais, produtivos, funcionais, e ainda por características abstratas, perspetivas estéticas e bens simbólicos, que não deixam de fazer parte da definição do seu carácter. Logo a cidade não é só a sua produtividade e funcionalidade, nem a sua identidade está sujeita a passar a ser também o que aparenta, representa e concede aos

⁶⁴ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição p. 18.

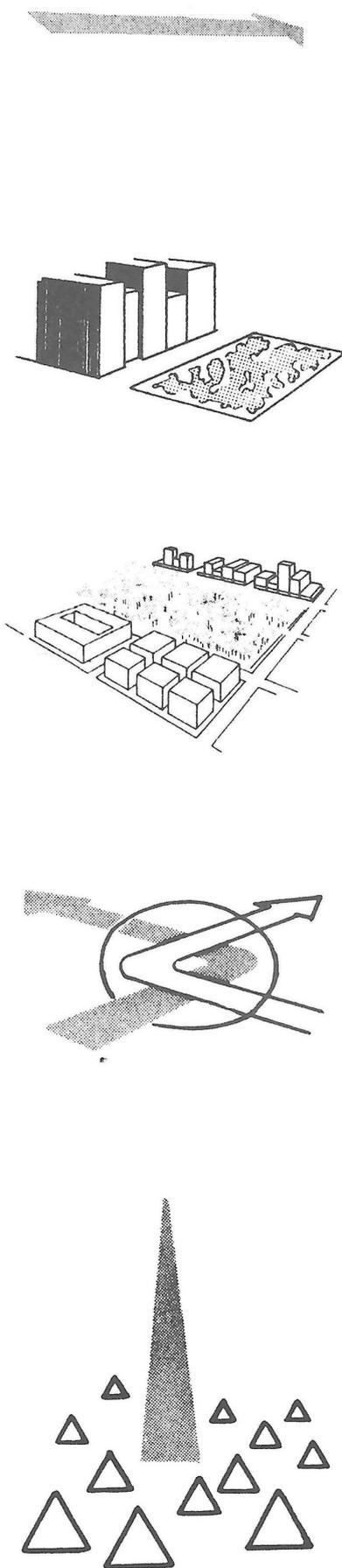
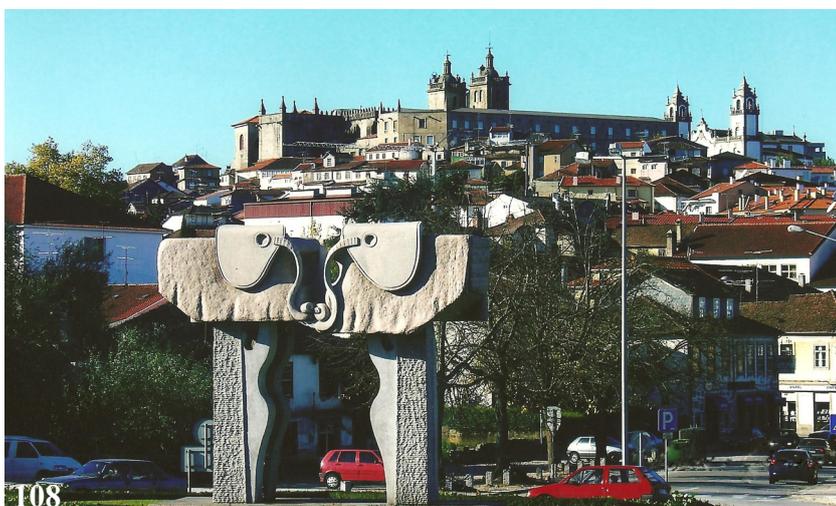


Figura 105 || Ilustração dos conceitos, respectivamente: Vias, Limites, Bairros, Cruzamentos e Elementos Marcantes, presentes no livro de Kevin Lynch, *A Imagem da Cidade* (pp. 52 e 53).

sentidos da sociedade. A imagem da cidade cria-se e reproduz-se na conexão de princípios naturais e propósitos provavelmente diferentes, mas esta ligação não acontece no vazio e a cidade de atividades culturais importa-se igualmente com o seu presente como com o seu passado, com a sua economia como com o seu olhar político, social e cultural.

Geralmente, uma cidade é formada por vias, limites, bairros, cruzamentos e por elementos marcantes, sendo todos estes componentes integrantes para o *observador*, que depois ajudam a criar a imagem e a *identidade* da cidade. Os elementos marcantes são de um certo modo o ponto-chave da identificação das cidades, eles são muitas das vezes os pontos de referência do *observador*, sendo físicos, diferentes em tamanho, indicadores dos caminhos a seguir, especializados e originais, memoráveis; e se esses elementos forem claros, serão mais fáceis de identificar, principalmente se contrastarem com o cenário de fundo ou se situarem num espaço predominante. Os elementos marcantes surgem também, através do domínio espacial, de duas maneiras: fazendo com que um “objeto” seja visível de muitos e diferentes pontos de vista, ou criando um contraste local com os “objetos” envolventes, por forma a que sejam distintos em altura e/ou composição. Quanto maior for o contraste de elementos, mais nítido e concebível serão as suas formas diferentes, aumentando assim o caráter próprio de cada elemento. Como o autor Kevin Lynch refere “A partir do momento em que uma história, um sinal ou um significado se liga a um objeto, o seu valor como elemento marcante aumenta.”⁶⁵ Quando existe uma sequência de elementos marcantes, em que uma particularidade fomenta a previsão da seguinte e onde essas particularidades originam movimentos próprios por parte do *observador*, esta aparenta ser uma “forma-modelo” de como as pessoas se movimentam na cidade e tomam decisões sobre qual movimento devem fazer. Apesar de poder existir uma intensidade de pormenores nas interseções, as sequências devem ser contínuas, sem muitas interrupções para ser mais perceptível o encontro de pontos intermédios ou do destino final; e se assim acontecer, isto poderá facilitar o reconhecimento e a memorização de imagens por parte do *observador*, o que leva à criação da *identidade da cidade*. Esta pode ser destruída se a sequência for transformada ou invertida, mudando assim as imagens concebidas outrora pelo *observador*. Ao mesmo tempo que a imagem da cidade fica mais densa, começa-se a obter características de um todo que torna possível a relação do espaço com o

⁶⁵ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 84.



Diversos pontos de vista do Centro Histórico de Viseu, em diferentes alturas do dia e dinâmica.

Figura 106 || Vista, a sudoeste da cidade, sob o Centro Histórico da Cidade de Viseu, onde se visualiza a Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia e edifícios pertencentes à cidade histórica.

Figura 107 || Vista, a sudeste, sob o Centro Histórico da Cidade de Viseu, onde se visualiza a fachada sul da Sé Catedral e o edifício histórico a formar a cidade antiga.

Figura 108 || Vista, a nordeste, sob o Centro Histórico da Cidade de Viseu, onde se visualiza a cidade histórica e a sua estrutura territorial, num planalto a Sé Catedral e a ocupar a “colina” os edifícios históricos.

Figura 109 || Vista, a noroeste, sob o Centro Histórico da Cidade de Viseu, onde se visualiza a cidade histórica de noite, numa das entradas da cidade (Avenida Europa).

observador, em qualquer direção ou distância. Mas o meio ambiente não se desenvolve como um todo, mas sim como um conjunto de sequências, organizadas de forma que não interfiram umas com as outras. O ideal seria uma sequência que se encaixasse na seguinte, havendo assim uma continuidade sequencial, uma inter-relação num sentido, numa categoria, mas “Talvez este modelo de um todo não possa existir.”⁶⁶ Tudo isto muda a forma como o *observador* se comporta numa cidade desconhecida, e, por vezes, conhecida, sendo necessário orientações para não se perder. Mas, por vezes, mais importante do que conhecer bem a cidade, é saber como se perder nela, sem mapas, orientações ou caminhos estabelecidos, levando o *observador* a olhar mais para a cidade, sem que esta se torne previsível.

A identidade de uma cidade é o seu perfil e a sua forma. O perfil da cidade caracteriza-se pela sua morfologia e pelo movimento dos seus observadores, sejam estes permanentes ou provisórios. A forma fundamenta aquilo que se vê, mas a interpretação, a organização e a atenção liderada pela forma, influencia o que é visto. Se uma cidade tiver uma forma simples, esta seria excepcional, pois teria uma continuidade no tipo de edificado e de cultura, com limites claros, interligada à cidade mais próxima e com um fundo visualmente nítido. Esta seria a descrição de uma cidade perfeita, mas para o *observador* e, principalmente, para o arquiteto não existem cidades perfeitas. As formas poderão ser manuseadas de maneira que haja uma continuidade nas muitas imagens que uma cidade poderá ter, as quais deverão ser reconhecidas seja em qualquer estação do ano, com luz ou no escuro, a qualquer distância, estática ou dinamicamente, com concentração ou desatenção. Assim sendo, as cidades deverão ser pensadas de modo a que apareça não só uma, mas mais qualidades de forma (vias, limites, bairros, cruzamentos, elementos marcantes), pois o fato de se dar forma a algo, aumentará a atenção do *observador* e enriquecerá a sua experiência como tal. O perfil que se observa na cidade de Viseu é a linha de contorno do seu centro histórico, que é visível de diversos pontos de vista da cidade, onde se reconhece nitidamente as torres constituintes da Igreja da Sé Catedral e da Igreja da Misericórdia, por estes se situarem no ponto mais elevado do planalto da cidade, e, continuamente a estes, a estrutura do edificado que é parte também integrante do seu centro histórico; em relação à forma da cidade viseense tem uma continuidade de imagem, mesmo mudando de ponto de vista, o que leva a determinar, de um modo claro, que os já referidos monumentos históricos pertencentes

⁶⁶ LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição, p. 118.



Figura 110 || Cartaz da *Festa das Vindimas e do Vinho Dão*, do ano de 2014, na Cidade de Viseu; apesar de ser uma festividade recente (promovida pela câmara municipal), esta já caracteriza a cidade.

Figura 111 || Imagem de promoção deste evento, *Viseu & Vinho - Dão Festa*, ao longo do ano de 2015, sendo que em Maio realizou-se o *Tons de Primavera*, em Setembro irá se realizar a *Festa das Vindimas*, e em Dezembro irá decorrer o tema *Vinhos de Inverno* (um pouco como aconteceu no ano de 2014); esta festividade está a ganhar cada vez mais importância regional e cultural na cidade de Viseu, tornando-se assim numa tradição contemporânea.

ao Adro da Sé sejam os elementos marcantes da cidade, observando-se também a diferença de limites, entre estes e as infraestruturas em seu redor e a variedade de cruzamentos de vias e edifícios existentes na cidade histórica; sendo esta aparência urbana e histórica reconhecida em qualquer altura do dia, em diversos lugares, mesmo que se esteja em movimento ou distraído, percebendo-se sempre a forma e o perfil, tão perceptíveis e sublinhados, do centro histórico da cidade de Viseu. Estes fatores ajudam a criar uma memória visual, nos observadores que vivem e visitam esta cidade, que consequentemente, contribui para a construção da imagem da cidade.

Se a *identidade da cidade* tiver mais características, mais facilmente os diferentes observadores, com o modo de olhar distinto de cada um, detetarão os elementos mais memoráveis. O mais importante para a *identidade* é manter as principais e usuais formas da cidade, existindo uma flexibilidade e uma abundância de estruturas e de orientações, com a finalidade do *observador* poder criar a sua própria imagem da cidade, que seja transmissível, firme, satisfatória e de acordo com as suas necessidades. As cidades devem ter sempre incentivos, que provoquem comportamentos na sociedade, experiências que surjam de ações como passear, caminhar, descobrir a cidade, conferenciando-se com ela. O caráter de uma cidade segue uma associação entre a proposta arquitetónica, cultural ou religiosa e a singularidade da sua sociedade, pois esta defronta-se com muitos incentivos de cada vez que se movimenta na cidade, e estes aperfeiçoam os seus sentidos, estimulando vivências, sentimentos e pensamentos, que se remetem para um caráter mais sentimental, racional e sonhador da uma cidade. A cidade de Viseu sentiu a necessidade de definir uma marca que representasse e promovesse a sua *identidade* como cidade, pois apesar de esta ter uma identidade própria, regionalmente, não existia uma marca ou um *slogan* que a caracterizasse, um traço personalizador que a tornaria reconhecida por todos os observadores, sejam estes locais, nacionais ou internacionais; apesar de esta ideia transmitir uma posição de redução da expressão do lugar, inserindo-se no mesmo lema, todas as diversidades e possibilidades da cidade. Para isto era necessário elaborar uma estratégia de pensamento de qual o *objeto identitário*, qual o “produto” que se quer relacionar à cidade e à sua sociedade, sendo a primeira ideia associada à gastronomia e ao Vinho Dão, tão característicos da região. Outra particularidade da cidade, que poderia ser o tal “produto” de promoção, é o fato do perfil da cidade histórica viseense, como referido acima, se observar de variados pontos da cidade, criando assim um certo caráter urbano. A cidade de Viseu é



112



113



Figura 112 || Mapa da Cava de Viriato , com o slogan de *Viseu - a Melhor Cidade para Viver*, onde existe uma história patrimonial variada e mistérios a envolverem a figura de Viriato (imagem ao lado).

Figura 113 || Slogan de *Viseu - a Melhor Cidade para Visitar*, sendo esta cidade, uma cidade jardim e rica em patrimónios históricos, culturais e sociais, os quais criam uma boa memória naqueles que a visitam e a vivem.

considerada uma “(...) cidade com cores vivas e contrastes fortes entre linhas retas e curvas. (...) «Um desenho que transmita bem-estar, simplicidade e alegria» será a forma de a promover, (...) Viseu como uma cidade do interior com tiques cosmopolitas que tem nas suas gentes a sua marca distintiva.”⁶⁷ Após esta reflexão sobre a cidade de Viseu, surgiu a ideia de que o *slogan* mais apropriado para esta cidade seria “Viseu – A Melhor Cidade para Viver”, pois é um lema pelo qual a cidade é conhecida, regional e nacionalmente, tendo sido eleita a melhor cidade portuguesa, num estudo de opinião realizado pela Associação de Defesa do Consumidor (DECO), em 2012, sobre a qualidade de vida nas cidades; já anteriormente, em 2007, Viseu tinha sido considerada a 17ª cidade europeia com melhor qualidade de vida, num estudo também realizado pela DECO. No estudo de 2012, concluiu-se que esta cidade tem o melhor sistema viário, os passeios urbanos mais limpos, sendo também a que tem os melhores espaços verdes e ciclovias. Estes fatores contribuíram para esta classificação de melhor cidade do país, definindo-lhe um carácter diferente, promovendo-a não só a nível nacional, mas também a nível internacional. A cidade de Viseu transmite uma imagem de uma cidade com uma identidade autêntica que se demonstra através da sua história e do seu património, presentes nos seus monumentos, os quais já foram referidos ao longo do trabalho, e também através dos mitos, lendas e mistérios, que descrevem um pouco a sociedade viseense e nos quais se integra a história da Cava do Viriato, sendo um monumento único e marcante de origem enigmática, dos meados do século I a.C., associado ao guerreiro lusitano Viriato apenas no século XVI e constituído por um campo octogonal, situado perto do Largo da Feira de São Mateus, sendo um espaço público considerado um emblema territorial da cidade, ajudando a conceder-lhe o “título” de cidade-jardim a Viseu.

⁶⁷ RODRIGUES, S. (2013). *Viseu quer afirmar a sua marca, mas primeiro tem de a definir*. Notícia do Público. Lisboa; Disponível em: <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/viseu-quer-afirmar-a-sua-marca-mas-primeiro-tem-de-a-definir-26080491>.

2.2.3 Através do Centro Histórico

A *identidade das cidades* é um tema muito diversificado, pois essa identidade depende de muitos fatores como se tem vindo a referir. Esta *identidade da cidade* é também conceituada pelo conjunto de formas e de espaços que caracterizam uma tipologia arquitetónica típica, com base numa determinada sociedade e cultura, promovendo, ao conseguir uma extensão histórica, a memória coletiva, a qual defende a identidade como concretização das muitas memórias que surgem dos processos de ampliação e de modificação urbana da cidade, onde os *centros históricos* aparecem relacionados com particularidades arquitetónicas que geram configurações próprias. O encantamento das cidades aparece ligado à sua temporalidade, sendo o *centro histórico*, atualmente, uma das principais atrações do turismo; sendo este considerado um dos fatores da *identidade das cidades*, senão, cada vez mais, o fator-chave destas, pois estes lugares contam a história da cidade desde a sua existência até ao seu abandono, sendo os elementos que sempre estiveram presentes na vida das sociedades e das suas memórias. O *centro histórico* e a história da cidade não só funcionam como bilhete de identidade, mas também como um significado importante para a cidade. Na maior parte das vezes, é considerado a “cara” da cidade, porque é onde se situam a maior parte dos elementos marcantes que, numa maneira geral, são identificados pelas pessoas de fora e pelas de dentro da cidade. Quando se pretende definir a identidade de uma cidade e relacioná-la com o património desta, que é o que a caracteriza atualmente, isso vai depender das experiências do *observador*, acima referido, em relação ao espaço onde se movimenta, ao conhecimento que ele tem da cidade, à sua educação e à sua cultura; daí ser importante existir uma certa educação e propaganda das cidades e das características que formam a sua identidade.

Os *centros históricos* fazem parte de um método de afirmação das cidades como meios de atração para maiores fontes de rendimento turístico das cidades, pois o turismo promove a identidade das cidades, usando os centros históricos como “objetos de venda” da cidade, criando cada vez mais competitividade entre elas: qual a que oferece mais atividades socioculturais interessantes para qualquer tipo de faixa etária, qual a mais bonita e mais fácil de se visitar, etc.. A exagerada exploração da identidade define-se pela excessiva preocupação das zonas históricas, que, sem a sua sociedade, se tornam em espaços históricos adulterados e direcionados para o turismo, acabando este por ser o culpado da perda de identidade com a sua apropriação das zonas históricas, levando



Figura 114 || Fotografia através do olhar da autora deste trabalho, onde se quis mostrar que a cidade de Viseu tem como património, não só as suas obras de arte, mas também os seus lugares e ambientes, como por exemplo o ambiente que o Rossio (Praça da República) transmite nesta imagem, onde se verifica uma “cidade consolidada”, viva dentro de uma cidade histórica.

ao afastamento dos seus habitantes, tudo com fins económicos; este abandono origina a desertificação desses espaços, tornando-os vazios de identidade. Este “capitalismo” explica a promoção nacional e internacional dos festivais, bienais, feiras de arte, etc., que procuram desenvolver a junção das culturas e o câmbio das vivências e do conhecimento, com um único objetivo: o da divulgação da sua individualidade, seja esta material ou imaterial, desde que represente a *identidade da cidade* através de um elemento exclusivo; como acontece com as cidades portuguesas que utilizam os seus centros históricos para promover as suas cidades e as suas atividades socioculturais, como já referido no capítulo anterior. A imagem da cidade pode influenciar o interesse dos investidores e dos observadores, o que leva as cidades a se preocuparem mais com as suas condições paisagísticas, as suas atividades culturais e o seu património natural, histórico e edificado, gerando assim novas maneiras de prazer do bem-estar e novos “objetos” se dedicam à *identidade da cidade*, passando a imagem desta estar associada à *paisagem urbana*, sendo a cidade histórica considerada como a *identidade urbana* de um lugar. “Para a nossa geração, património será tanto a *obra de arte*, o monumento clássico, digamos assim, como o *lugar* e o *ambiente*, a cidade histórica e a cidade consolidada.”⁶⁸ Logo, a linguagem da arquitetura relaciona-se com a cidade, através da explicação de como podemos analisar, planejar e projetar a *identidade de uma cidade*, mesmo que esta se considere “perdida”, mas pelo menos será renovada através da reabilitação do seu *centro histórico*.

A ideia de identidade de uma cidade faz-se através do conhecimento antecipado ao nível económico, social, cultural, geográfico, artístico, etc. O descobrimento das cidades está associado à observação comparativa relacionada com esse conhecimento de outros meios ambientes citadinos; é essa comparação, feita pelos observadores, que possibilita a conceção de uma identidade com base na expressão das diversidades e defende as singularidades culturais específicas de uma cidade em relação a outra. Esta autoconsciência da sociedade em relação ao seu lugar e a comparação com os outros, desenvolve uma compreensão de si própria e do lugar onde vive. Isto tudo, mais tarde, leva a outro paradigma que é o das autoridades políticas das cidades pretenderem tornar os seus centros históricos em Património Mundial da UNESCO ou Património da Humanidade ou até em Capitais Europeias da Cultura; atrás disto vem a necessidade de

⁶⁸ AGUIAR, José. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações, 1ª edição, p. 23.



Figura 115 || Rossio da Cidade de Viseu (Praça da República), a qual se tornou num espaço de lazer da cidade e do centro histórico viseense, por se inserir dentro deste; esta praça é muito frequentada e bem situada dentro da cidade, o que a leva a ser um lugar agradável para se estar.

restaurar a cidade e de identificar a sua imagem para aumentar ainda mais a afluência turística. Mas um dos problemas desta urgente reabilitação, não será a imediata preocupação com os seus habitantes e se estes vivem os centros ou não, ou a promoção de atividades socioculturais desses centros, mas sim recuperar os seus espaços e meios ambientes em prol do poder económico, que poderá crescer com o aumento de turismo da região, perdendo-se o “*bem cultural para bem económico*.”⁶⁹ Hoje em dia, o turismo é talvez a salvação do desgaste dos monumentos dos *centros históricos* presentes nas cidades, pois as administrações públicas e, por vezes, privadas são incapazes de manter conservado todo o património. Esta situação leva a pensar que as cidades são feitas de pessoas, as quais lhe dão vida, mas não se restaura as cidades consoante as necessidades da sociedade, mas sim para o “bem” do capitalismo. Apesar disto, existe também outro problema com o qual as cidades se deparam que é o aumento das construções em toda a área da cidade, não pensando sequer nas reconstruções dos possíveis elementos marcantes que se situam nos *centros históricos*, levando a que estes se degradem, causando, assim, uma criação de *não-lugar*.

A arquitetura histórica das cidades não é socialmente imparcial, apesar de ter deixado de estar associada à sociedade extravagante e socialmente exclusiva, também contribuiu para o aumento de um vasto número de pessoas que passou a ter acesso a esses espaços, criando-se assim “novos” locais de lazer da cidade. Os *centros históricos* podem ser compreendidos como espaços do passado no presente, representando os antigos modos de vida e incentivando a construção idealizada atualmente, a qual pretende representar a materialidade da estrutura do passado que outrora esteve perdida. Estas zonas históricas de um certo modo reconfortam a sociedade, quer individualmente quer coletivamente, e a referência ao passado fornece uma maior complexidade ao presente. Ainda existem vantagens nos centros históricos e em todos os conceitos envolvidos, como o significado de antiguidade, que aproxima as diferentes sociedades e as suas diversas culturas (passado e presente), equilibrando-as; a continuidade do passado, que ajuda a entender a sociedade existente e quais os seus antepassados, transmitindo uma estabilidade pessoal e social; o acabamento do passado, o qual tem a obra finalizada no caos existente nas cidades; e a existência de uma sequência que ajuda

⁶⁹ CARVALHO, S. M. S. (2004). “*Centro Histórico, Uma abordagem aos reflexos histórico-culturais no espaço arquitectónico da cidade contemporânea*”. Prova Final do curso de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra. P. 23.



Figura 116 || Espaço de lazer no *centro histórico* da cidade de Viseu, situado na Praça D. Duarte, onde se pode viver diversas sensações, visualmente através da vista do património histórico da cidade, espacialmente através do contacto com o meio ambiente por forma a se perceber melhor a cidade e culturalmente através de experiências sensoriais.

a compreender como é a cidade e como é que se foi formando. Não só importa o passado, mas também o modo como o passado pode ser escolhido, preservado, compreendido e promovido em vantagem do presente. Os lugares históricos são espaços importantes para uma cidade, porque fazem com que os observadores, os habitantes, a sociedade se desloquem e se estabilizem nesses determinados espaços, tornando-os assim em espaços de lazer. As cidades históricas são espaços privilegiados nos quais é permitido divagar pelo seu património, tornando a sociedade livre a imaginar, o que poderá, de uma certa forma, destruir a criação da identidade urbana.

O património, a cidade e a cultura das zonas históricas concebem um mundo fantástico de sensações. O sentido de tempo e da história está mais presente quando se trata das identidades das suas cidades, tornando-se assim globais, símbolos de uma sociedade, nação e civilização, criando uma história onde se une a criação artística do passado com a sua memorização de significado no presente e o desejo de um vestígio para o futuro. A busca de centros históricos autênticos e exclusivos é desordenada pelo mercado da autenticidade, pelos costumes e histórias inventadas pelos observadores e pelo próprio consumo da cultura. Os *centros históricos* são lugares cheios de sentidos, em relação às cidades, convertendo-se em elementos acolhedores que mostram ser únicos em relação aos outros. Cada vez mais as cidades têm a intenção de conquistar o *observador* através da aparência visual dos seus espaços e do que estes têm de pitoresco, de diferente e apelativo aos sentidos, particularmente ao sentido da visão, do olhar que pode observar a beleza, a organização e a coerência das formas e cores. Através da imagem criada, os *centros históricos* exprimem, uma imortalização das formas, sendo o lugar que toda a sociedade identifica como algo que foi construído pelos seus antepassados, estando habitado de sinais que é preciso compreender; nesse lugar está representado uma realidade cultural, cuja estrutura essencial e histórica dá uma “cara” à cidade e à sociedade que a habita. As cidades empenham-se em promover constantemente uma imagem delas próprias, comunicando as políticas urbanas por meio da sua arquitetura e consolidando as suas características, através dos seus *centros históricos*.

A cidade de Viseu não é exceção ao querer promover a sua cidade através do seu centro histórico, pois esta cidade sente-se numa posição vantajosa em relação aos desafios do desenvolvimento que pretende enfrentar, sendo uma cidade rica em história, cultura, tradição e potencial criativo e inovador em qualquer setor. O Centro Histórico



Figura 117|| Vista para o topo das torres da Sé Catedral de Viseu através do início da Rua Direita; podendo-se observar também a imensa diversidade que o centro histórico viseense tem, reparando nos variados cantos, com os seus edifícios caracterizadores, na pouco cor existente, mas que não deixa de ter vida e de transmitir sensações e significados.



Figura 118 || Vista, a sudeste da cidade, sob as sete torres caracterizadoras de edifícios históricos da cidade/centro histórico de Viseu (a Sé Catedral, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo no Largo de Santa Cristina e o atual Seminário de Nossa Senhora da Esperança); sendo esta uma das imagens mentais que o observador cria desta cidade e da sua identidade.

da Cidade de Viseu é considerado um pouco a alma e o coração da cidade, tornando-se assim importante a sua reabilitação, quer para os seus habitantes quer para os seus visitantes, pois apesar de Viseu estar numa posição de destaque a nível regional e a nível nacional, ainda é necessário desenvolver o seu potencial e a sua concretização urbana, económica, social, cultural e turística, neste caso através do desenvolvimento dos diversos recursos e oportunidades presentes no centro histórico da cidade. É neste lugar que se respira a identidade da cidade viseense, onde o seu carácter é visivelmente singular e emblemático, um pouco devido às características significativas do seu património cultural e artístico, e onde se desenvolvem diversas atividades e eventos também eles culturais e artísticos, levando a uma atratividade turística dos seus lugares, que inspiram a cidade a criar atividades contemporâneas relacionadas à criatividade e inovação da cidade. Como está descrito no já referido Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu, “A imagem mental que se forma no indivíduo que percorre o Centro Histórico de Viseu, é a representação de uma continuidade arquitetónica, uma construção no tempo, a cinzento e branco, onde são visíveis sucessivas fases de construção, sobretudo nos edifícios que se desenvolvem em altura, com os seus avançamentos medievais rematados por telhado com beiral sobressaliente. Os vãos, portas e janelas de épocas e formas diferentes, apresentam uma diversidade, que transmite harmonia, mas ausência de cor.”⁷⁰ Assim sendo, o centro histórico viseense tem muito potencial em ser a “face” de identidade desta cidade, porque é um lugar que representa a sua sociedade ao longo dos tempos, que oferece um meio ambiente acolhedor, apelando aos sentidos, que está a desenvolver a sua estética de modo a que exista uma promoção mais apelativa dos seus espaços e dos seus edifícios; fatores estes que criam uma grande diversidade aos seus observadores, proporcionando a estes, um espaço de lazer dentro da cidade através do seu *centro histórico*.

⁷⁰ AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu; Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiaareabcentrohistorico/capitulo4/index.php?pag=8>.

3. NOTAS CONCLUSIVAS ||

Esta dissertação de mestrado pretendeu refletir sobre a questão da *identidade* da *cidade*, através de um elemento tão presente e importante na estrutura urbana da mesma, o *centro histórico*, reconhecendo que esta questão depende de muitos critérios e está sempre em constante mudança, dependendo da época e da interpretação pessoal da sociedade que a representa, o que não possibilita uma definição verdadeira, concreta e objetiva. Mesmo assim, não deixa de ser pertinente e interessante tentar entender como se forma a *identidade* da *cidade* hoje em dia, percebendo como esta se desenvolve no caso de estudo abordado ao longo deste trabalho, o Centro Histórico da Cidade de Viseu.

Em relação aos assuntos relacionados com o *centro histórico*, serão sempre referidos conceitos como património, monumento e a ideia de nostalgia associada a estes, tornando-se importante conseguir definir o que se considera ou não património. Atualmente existe, cada vez mais, um aumento progressivo dessa categorização a diversos tipos de objetos, sendo necessário entender quem e como se atribui esse valor patrimonial, quase sempre relacionado com o valor histórico, sabendo-se que é a sociedade que concede esses valores, pois são as pessoas que vivem, visitam, olham e conhecem as cidades, conferindo-lhes, conscientemente ou não, o tal sentido de património; conclusão esta expressa no ponto inicial do primeiro capítulo do trabalho.

O *centro histórico* é uma componente existente nas cidades e, como tal, é preciso conhecer a sua história ao longo dos tempos, como evoluiu com a mudança das suas sociedades e que problemas se desenvolveram durante as épocas, para que não haja uma ignorância em relação a estes espaços urbanos, tornando-se gradualmente em elementos importantes e atrativos nas suas cidades. Assim, as cidades têm como preocupação a reabilitação destes espaços históricos, por serem espaços que transmitem a *identidade* de uma sociedade do passado mas também do presente, em que os meios ambientes antigos apresentam uma estética, espacial e arquitetónica, diferente e fantasiosa, fatores estes que suscitam a curiosidade nos seus observadores, tornando-se assim no espaço mais emblemático da *cidade*. Esta situação verifica-se um pouco por todo os lugares, nomeadamente em Portugal, onde as cidades portuguesas dão uma grande importância aos seus núcleos urbanos históricos, o que também foi analisado e confirmado em relação ao caso de estudo, a cidade de Viseu. Nesta verifica-se que o seu *centro histórico* está progressivamente a atingir um lugar de importância na *cidade*, quer para os observadores locais quer para os observadores exteriores, pois, como os

seus espaços históricos transmitem uma *energia* diversificada, seja visual ou espacialmente, tornando-se necessário ter uma atenção e um cuidado com o *centro histórico* da cidade, local onde se concentra a maior parte dessa *energia ambiental*.

Hoje em dia, também se constata que os centros históricos provocam emoções nos seus observadores, como foi explanado no terceiro ponto do primeiro capítulo, através das suas particularidades autênticas, o que leva a determinar que este conjunto histórico é um fator fundamental para o aumento do turismo urbano local, tendo em conta que a atividade turística está a ganhar muita relevância contemporaneamente, quer a nível internacional quer a nível nacional, o que acresce uma competitividade entre as cidades de hoje em dia. Esta competição provoca nas cidades uma necessidade de procurar a sua imagem de marca e de definir as suas tradições mais características, desenvolvendo-se através de eventos sociais e/ou culturais, como, por exemplo, as conhecidas feiras medievais ou exposições, ou de um “teatro urbano” onde o *centro histórico* é o cenário perfeito de misticismo relacionado com o passado, o que o torna numa atração turístico-cultural. Esta situação provoca uma indústria turística em redor das cidades históricas, o que, por um lado, pode ser positivo porque as cidades querem proteger e conservar os seus espaços históricos através de um processo de reabilitação, mas, por outro, estes espaços tornam-se objetos de consumo, o que leva à ilusão das cidades de que basta existir este meio para obterem poder económico; no entanto, as cidades não devem depender, única e exclusivamente, da atividade turística. As cidades elaboraram um marketing urbano, onde determinam a sua noção de *lugar*, de *cidade*, as suas características, o seu significado histórico, com o objetivo de criar uma “fotografia” que seja o cartão de *identidade* da *cidade*. Em relação à cidade de Viseu, esta procura uma imagem marcante através das suas atividades socioculturais, ocupando o seu *centro histórico* como o espaço onde se expõe as suas culturas passadas e contemporâneas, por forma a conseguir determinar e definir a sua *identidade urbana*.

Atualmente, quando se reflete sobre os centros históricos das cidades, associa-se a estes, a questão da reabilitação das suas estruturas, tentando-se perceber qual o método mais eficaz e exequível para se proteger e conservar os patrimónios históricos que os compõem, onde estes são “as peças de exposição” de um museu urbano, representado pelo *centro histórico*. Como se refere no quinto ponto do primeiro capítulo, o processo de reabilitação foi evoluindo e modificando consoante os tempos, os espaços, as pessoas, as culturas, etc., mas onde os métodos como o *fachadismo* ainda

continuam a ser usados nos projetos de intervenção, como forma mais rápida de reabilitar e de comercializar o património como forma de venda da cidade, que leva, por um ponto de vista, a uma preocupação em preservar e utilizar o património, mas sob outra perspetiva, leva a uma alteração da tradição deste, podendo ser considerado como o único recurso económico da cidade. Os métodos utilizados na reabilitação dos centros históricos, onde a histórica e o consumo destes estão em constante confronto, podem interferir na *identidade da cidade*, fazendo mesmo com que provoque uma perda desta nos espaços históricos. Em relação ao caso de estudo, a cidade de Viseu ainda está a desenvolver um processo de reabilitação para o seu *centro histórico*, o qual se encontra muito no princípio, não se conseguindo ainda tirar conclusões em relação à metodologia desta cidade, mas apercebe-se que o método do *fachadismo* é um dos mais utilizados nas intervenções existentes nas infraestruturas do seu *centro histórico*.

Como referido no quinto ponto do primeiro capítulo, para uma definição clara e verdadeira da *identidade da cidade*, é importante também saber a opinião das pessoas em relação à sua *cidade*, tentando entender quais as particularidades que a identificam, estejam estas presentes ou não nos centros históricos, de forma a se redescobrir a *identidade da cidade* mas também da sua sociedade, isto através das tradições que a caracterizam, sendo necessário, no processo de reabilitação, uma inovação contemporânea nas suas tradições, que representam o passado, os hábitos e os patrimónios urbanos. Esta questão está, por sua vez, relacionada com as cidades que pretendem que os seus centros históricos sejam considerados Património da Humanidade, sendo sempre importante perceber o processo associado a esta candidatura, onde se analisa os prós e contras da mesma; esta temática é um assunto atual, porque, com a competitividade existente entre as cidades, estas pretendem ser Património Mundial, por ser um “título” que poderá tornar as cidades mais conhecidas e trazer mais observadores à cidade, sendo preciso ter em atenção se as pessoas dessas cidades querem ser esse património e se este irá corresponder às suas necessidades urbanas. Neste tema não se consegue obter uma única opinião, pois esta varia consoante as cidades, as suas experiências, as suas histórias, as suas pessoas e as suas culturas.

A *identidade* de uma *memória*, aqui representada pelo *centro histórico*, deve ter em atenção a interação que existe entre a *cidade* e as pessoas que a formam, pois estas são as responsáveis pela expressão que o meio ambiente emite, tal como a expressão deste apela aos sentidos dos seus observadores; sabendo que o *observador* são todas as

peças que vivem, visitam, observam e conhecem a *cidade*, e que é através de uma educação visual, onde os espaços e os tempos presentes nesta invocam ao *observador* certas sensações, certos sentidos e significados, os quais só ele os pode entender e interpretar; o *observador* também é o elemento que cria a imagem/a *identidade* da *cidade*; por este motivo, se percebe a importância que as opiniões sociais têm no quadro geral representativo das cidades, como se conclui no início do segundo capítulo.

Outra conclusão que se pode tirar deste trabalho é que para uma determinação da *identidade* urbana, é necessário que exista uma construção da imagem que a *cidade* divulga ou pretende divulgar, tendo que existir primeiro um domínio sobre esta, conhecendo as suas categorias, como se forma, o que a determina, o que é importante para ela e para a sua sociedade, os elementos marcantes que a identificam e a convidam a *olhar*, e o desenho que facilmente traça o perfil e a forma caracterizadora da própria, os quais invadem e se instalam nas memórias dos seus observadores; serão estes fatores que servem como incentivos turísticos da estratégia local das cidades. Apesar das cidades serem todas diferentes, tendo, cada uma, as suas particularidades, pode-se afirmar que são um pouco semelhantes no que diz respeito aos seus elementos marcantes, pois os mais comuns são os seus centros históricos, os quais são considerados a “cara” da *cidade*, sendo identificáveis ao olhar do *observador*, por causa dos tais sentimentos que lhe foram transmitidos, como se verifica ao longo do segundo capítulo. Como já referido, independentemente dos centros históricos serem ponderados como objetos de consumo, não deixam de ser espaços de lazer, onde se pode conhecer e aprender sobre uma cultura e um povo, utilizando-se um mundo imaginário aquando se observa o lugar, podendo-se criar assim uma outra *identidade*.

Quanto à cidade de Viseu, esta enquadra-se plenamente nos conceitos explanados, apresentando uma *identidade* baseada no seu *centro histórico*, o qual tem vindo a ser reabilitado, com a preocupação de ir ao encontro aos anseios da população que ainda habita e de chamar novos frequentadores, sem esquecer o quanto importante é “educar” as pessoas por forma a serem observadores e a quererem conhecer a sua própria *cidade*; por outro lado, também se interessa pelo turista interno e externo com o reformular de atrativos culturais (renovação da secular Feira de São Mateus) e históricos (renovação de espaços, como o Museu de Grão Vasco), bem como criando outros atrativos mais contemporâneos (o evento dos Jardins Efêmeros), por forma a captar a atenção de uma população mais diversificada e mais jovem. Tudo isto pode ou não vir a

culminar numa candidatura do Centro Histórico da Cidade de Viseu a Património da Humanidade, a qual se situa numa fase primária, mas este processo leva a que as entidades locais da cidade se preocupem, cada vez mais, com o seu património, com a sua cultura e com a sua sociedade, os quais são elementos importantes, marcantes e identificadores da cidade de Viseu.

A identidade da cidade, seja através de uma memória ou de uma paisagem, é uma responsabilidade de todas as pessoas, dos habitantes, dos turistas, dos arquitetos, de todos os observadores de uma maneira geral, variando a definição desta consoante a leitura que cada uma das pessoas faz do passado, do presente e do futuro.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ||

- AA.VV. (2014). *Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu. Viseu. [Consult. 18 Mar. 2015]. Disponível em: <http://www.cm-viseu.pt/doc/CentroHistorico/centrohistorico.pdf>.
- AA.VV. (2010). *Guia para a Reabilitação do Centro Histórico de Viseu*. Câmara Municipal de Viseu e Universidade Católica Portuguesa. Viseu. [Consult. 28 Mai. 2015]. Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiaareabcentrohistorico/capitulo1/index.php?pag=1>.
- A Feira de São Mateus*. (2015). Câmara Municipal de Viseu. Viseu. [Consult. 30 Jun. 2015]. Disponível em: <http://www.feirasaomateus.pt/feirasaomateus.php>.
- A MINHA Cidade é o Meu Jardim*. PPL – Crowdfunding Portugal (2011 – 2015), Orange Bird, Lda. Lisboa. [Consult. 08 Jul. 2015]. Disponível em: <http://ppl.com.pt/pt/prj/minha-cidade-meu-jardim>.
- AGUIAR, José. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP Publicações, 1ª edição.
- ÁLVARES, R. (2009). *A Bilhardice: projeto de intervenção estético-artística para a cidade do Funchal*. Dissertação de Mestrado em Arte e Património: no Contemporâneo e no Atual do Departamento de Arte e Design da Universidade da Madeira. Madeira.
- CÂMARA Municipal de Viseu. (2014). *Conhecer Viseu, História e Monumentos*. [Consult. 19 Abr. 2015]. Disponível em: <http://www.cm-viseu.pt/index.php/conhecer-viseu>.
- CARONA, L. *Feira de São Mateus revitalizada. Mas quem lá foi pode dizer mal*. Rádio Renascença, (12-06-2015). Lisboa. [Consult. 09 Jul. 2015]. Disponível em: http://tr.sapo.pt/informacao_detalle.aspx?did=190356.
- CARVALHO, S. M. S. (2004). *Centro Histórico, Uma abordagem aos reflexos histórico-culturais no espaço arquitectónico da cidade contemporânea*. Prova Final do curso de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- CASTILHO, L. A. M. (2004). *O Centro Histórico de Viseu*. Revista Beira Alta, Volume LXIII, Assembleia Distrital de Viseu, pp.307-357.
- CHOAY, F. (2006). *A Alegoria do Património (L'allégorie du patrimoine, 1992)*, tradução de Teresa Castro. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição.

- CHOAY, F. (2011). *As Questões do Património: antologia para um combate (Le patrimoine en questions – anthologie pour un combat, 2009)*, tradução de Luís Filipe Sarmiento. Lisboa. Edições 70.
- CONFERÊNCIA do Património da Humanidade. Câmara Municipal de Viseu. Viseu. [Consult. 03 Jun. 2015]. Disponível em: <http://cm-viseu.pt/index.php/diretorio/eventos/conferencia-patrimonio-humanidade>.
- CONSCIÊNCIA, A. (2009). *Postal de PARATY. Reflexão sobre a ideia de património*. Prova Final de Licenciatura de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- CORREIA, Alberto. (1989). *Viseu*. Lisboa: Presença, 1ª edição.
- CORREIA, S. M. *Jardins Efêmeros em Viseu* (2014). Viseu. [Consult. 08 Jul. 2015]. Disponível em: <http://noctulachannel.com/jardins-efemeros-festival-viseu/>.
- CULLEN, Gordon. (1988). *Paisagem Urbana (Townscape, 1961)*, tradução de Isabel Correia e Carlos Macedo. Lisboa: Edições 70.
- DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. (2009). Porto. Porto Editora. Edição 2009.
- FONSECA, J. R. R. (2006). *HISTORI[CIDADES]. Reflexão Sobre Novas Intervenções Em Contextos Urbanos Históricos*. Prova Final de Licenciatura de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- FORTUNA, C. (2006). *Centros Históricos e Patrimónios Culturais Urbanos. Uma avaliação e duas propostas para Coimbra*. Coimbra. Oficina do CES, nº 254. [Consult. 20 Jan. 2015]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/254.pdf>.
- FORTUNA, C. (1997). *Évora: Um Caso de Destradicionalização da Imagem de Cidade*. Coimbra. Oficina do CES, nº 91. [Consult. 20 Jan. 2015]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/91.pdf>.
- FORTUNA, C. (1995). *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra. Oficina do CES, nº 62. [Consult. 20 Jan. 2015]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/62.pdf>.
- FORTUNA, C. (2012). Património, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 97: pg. 23-40; [Consult. 28 Mai. 2015]. Disponível em: <http://rccs.revues.org/4898>;

- FORTUNA, C. (1995). *Por entre as Ruínas da Cidade: O Património e a Memória na Construção das Identidades Sociais*. Coimbra. Oficina do CES, nº 61. [Consult. 15 Mai. 2015]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/61.pdf>.
- JACOBS, J. (2003). *Morte e vida de grandes cidades (The death and life of great American cities, 1961)*; tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes.
- LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade (The image of the city, 1960)*, tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição.
- OLIVA, J. L. (2015). *A Luz da Cidade*. Evento dos *Jardins Efêmeros*. Viseu. [Consult. 08 Jul. 2015]. Disponível em: <http://jardinsfemeros.pt/v-15/>.
- PARQUE EXPO 98, S.A. (2008). *Viseu: Estudo de Enquadramento Estratégico da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística*. Viseu: Viseu Novo, D.L.
- PEIXOTO, P. (2003). *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*. In Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 13, pp. 211-226. Porto. [Consult. 26 Fev. 2015]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8511.pdf>.
- PEIXOTO, P. J. M. (1997). *Imagens e Usos do Património no contexto da globalização*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- PEIXOTO, P. (2000). *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, nº 155. Coimbra. [Consult. 04 Fev. 2015]. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/155.pdf>.
- PEREIRA, Pedro Nuno de Oliveira. (2000). *Viseu e a ideia de cidade*. Prova Final de Licenciatura, apresentada ao Departamento de Arquitetura da F.C.T.U.C., sob a orientação do Prof. Doutor Gonçalo Bryne. Coimbra.
- RIEGL, A. (2013). *O Culto Moderno Dos Monumentos e outros ensaios estéticos (Der moderne Denkmalkultus, sein Wesen, seine Entstehung, 1903)*, tradução de João Tiago Proença e Edições 70. Lisboa. Edições 70.
- RODRIGUES, S. *Viseu quer afirmar a sua marca, mas primeiro tem de a definir*. Público, (18-02-2013). Lisboa. [Consult. 09 Jul. 2015]. Disponível em: <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/viseu-quer-afirmar-a-sua-marca-mas-primeiro-tem-de-a-definir-26080491>.

- SANTOS, C. P. T. (2013). *O Turismo como Forma de Regeneração Urbana dos Centros Históricos: Caso de Viseu*. Trabalho de Projeto para a obtenção de grau mestre em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras. Viseu.
- TÁVORA, F. (2006). *Da Organização do Espaço*. (1962). Porto: FAUP Publicações, 6ª edição.
- TÁVORA, F. (1947). *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa. Cadernos de Arquitectura, nº 1.
- VISEU debate práticas de reabilitação urbanas do país, a 17 de Abril*. Câmara Municipal de Viseu. Viseu. [Consult. 03 Jun. 2015]. Disponível em: <http://cm-viseu.pt/index.php/component/content/article/82-noticia/2364-viseu-debate-praticas-de-reabilitacao-urbanas-do-pais-a-17-de-abril>.
- VISEU organiza conferência “Para que serve um sítio Património da Humanidade?”*. Câmara Municipal de Viseu. Viseu. [Consult. 03 Jun. 2015]. Disponível em: <http://cm-viseu.pt/index.php/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/2360-patrimoniohumanidade-2>;
- VISEU a melhor cidade para viver*. [Registo vídeo, 2014]. Câmara Municipal de Viseu. [Consult. 12 Jul. 2015]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GOKCA8rgGrc>.

5. FONTE DAS IMAGENS ||

Figura 1 || <https://www.youtube.com/watch?v=GOKCA8rgGrc>.

Figura 2 || Vector feito pelo autor.

Figura 3 || http://static.minilua.com/wp-content/uploads/2013/03/atenas_full.jpg.

Figura 4 || <http://divinaitaliapraia.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2012/04/Coliseu-Roma.jpg>.

Figura 5 || <http://www.fayeandsteve.com/Porto/Torre-dos-Clerigos.jpg>.

Figura 6 || <http://rede-social.cm-feira.pt/imagens/7A2B4E222191741C4850F0ABFCE91E.jpg>.

Figura 7 || http://www.cinema7arte.com/site/wp-content/uploads/2015/07/CNC15_ficheiroPNG.png.

Figura 8 || <http://cacho.pt/wp-content/uploads/2015/06/cmv.png>.

Figura 9 || Perfil feito pelo autor, através da imagem situada em: <http://tour-pragenses.com/userfiles/Lisbon22222panorama.jpg>.

Figura 10 || Perfil feito pelo autor, através da imagem situada em: http://4.bp.blogspot.com/_TeAVjhqpoVE/THzs_pLr90I/AAAAAAAAAGg/nGvna9eOGWs/s1600/33.jpg.

Figura 11 || Perfil feito pelo autor, através da imagem situada em: http://3.bp.blogspot.com/-wFUhPVGW-og/UzWPZSZInwI/AAAAAAAAAENI/8A43PUinbDE/s1600/cais_ribeira_1.jpeg.

Figura 12 || Perfil feito pelo autor, através da imagem situada em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/38/Almedina-CCBY.jpg>.

Figura 13 || Fotografia de autor.

Figura 14 || Fotografia de autor.

Figura 15 || Fotografia de autor.

Figura 16 || http://4.bp.blogspot.com/-WOMoF7Hn0E4/VDVOqCai_mI/AAAAAAAAAC3k/_m-J8oq7rWs/s1600/IV%2B14.jpg.

Figura 17 || http://2.bp.blogspot.com/-cWPk8orSmBY/T_hqNqYBvuI/AAAAAAAAAJ5Q/3MUh3-2XFq8/s1600/VISEU%2BANTIGO%2BCOM%2BZ.jpg.

Figura 18 || Mapa de autor.

Figura 19 || <http://4.bp.blogspot.com/-gTgbPhglaBo/VDVMiwCz92I/AAAAAAAAAC2s/81RLcCnIEjI/s1600/IV%2B07.jpg>.

Figura 20 || http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Postais2/ViseuPostais/014_Viseu.jpg.

Figura 21 || Mapa de autor.

Figura 22 || http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Postais2/ViseuPostais/008_Viseu.jpg.

Figura 23 || <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/images/image016.jpg>.

Figura 24 || <http://s93.photobucket.com/user/mynuster/media/paosdoconcelho2.jpg.html>.

Figura 25 || http://3.bp.blogspot.com/-FZtCpL1sfvA/UGciXeAo84I/AAAAAAAK9c/V37KB6_J06k/s1600/WISEU+ANTIGO+-++SANTA+CRISTINA.jpg.

Figura 26 || Mapa de autor.

Figura 27 || http://geneall.net/images/album/title/t_4804_1.jpg.

Figura 28 || <http://visoeu.blogspot.pt/2005/09/viseu-monumental-e-artstico-611.html>.

Figura 29 || <http://photos1.blogger.com/img/86/1825/480/V15.jpg>.

Figura 30 || <http://www.portugalvia.com/vp/wp-content/uploads/2012/01/Hotel-Pal%C3%A1cio-dos-Melos1.jpg>.

Figura 31 || Mapa de autor.

Figura 32 || http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Postais2/ViseuPostais/055_Viseu.jpg.

Figura 33 || <http://1.bp.blogspot.com/-C1EH3FHmNmE/Ttt6kJKJ6-I/AAAAAAAI18/oMetsqU1UnQ/s1600/WISEU%2BANTIGO%2B-%2BCAMPO%2BDE%2BVIRIATO%2B-%2BFEIRA.jpg>.

Figura 34 || <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/images/image017.jpg>

Figura 35 || http://1.bp.blogspot.com/-2ul9zpU_FiU/UGcvqSZ-rEI/AAAAAAALAc/x9DEgen5hM/s1600/WISEU+ANTIGO+-++ROSSIO+4.jpg.

Figura 36 || Mapa de autor.

Figura 37 || <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=15>.

Figura 38 || <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo3/index.php?pag=15>.

Figura 39 || *Viseu, Revista Municipal*. Município de Viseu. Periodicidade trimestral, 2ª edição, Julho – Setembro 2015.

Figura 40 || Mapa de autor.

Figura 41 || http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Postais2/ViseuPostais/029_Viseu.jpg.

Figura 42 || Fotografia de autor.

Figura 43 || <http://fscomps.fotosearch.com/compc/CLT/CLT006/r19827.jpg>.

Figura 44 || Fotografia de autor.

Figura 45 || Diagrama feito pelo autor, através de:

http://www.runportugal.com/sites/default/files/meiamaratonadodao_15.jpg.

Figura 46 ||

http://s3.amazonaws.com/rapgenius/sPqsPePQ0aLVqhbKTRcb_tumblr_lmr8b55nHR1qkyme601_500.jpg.

Figura 47 || http://payload9.cargocollective.com/1/3/100927/2487767/paris-jhobbs1_705.jpg.

Figura 48 || <http://www.emotionarts.org/wp-content/uploads/2015/05/lisboa-960.jpg>.

Figura 49 || http://www.jornaldocentro.pt/wp-content/uploads/2015/05/18431969_rdrZq-1.png.

Figura 50 || <http://followthecolours.com.br/wp-content/uploads/2013/11/followthecolours-o-turista-casa-real-de-leitura-portuguesa-rio-de-janeiro.jpg>.

Figura 51 || <http://imagens1.publico.pt/imagens.aspx/867941?tp=UH&db=IMAGENS>.

Figura 52 || <http://cidade.iol.pt/upload/V/videomapping.jpg>.

Figura 53 ||

http://thumbs.web.sapo.io/?epic=R+Xe1urnB6G1QmyUciZMBGkWUzmXluW4XqpHX277Zn7dweiMEo0Lwuj/iyvb7sicL7ll0M1KEtel1L8zDTiAvt7wexlzNi5z/s6K9SakwJ7G+ok=&W=596&H=335&crop=center&errorpic=transparent&delay_optim=1&tv=2.

Figura 54 || <http://www.ruadireita.pt/wp-content/uploads/2014/01/videomapping.jpg>.

Figura 55 || <http://ppl.com.pt/pt/prj/minha-cidade-meu-jardim>.

Figura 56 || Fotografia de autor.

Figura 57 || <http://ppl.com.pt/pt/prj/minha-cidade-meu-jardim>.

Figura 58 || <http://www.feirasaomateus.pt/>.

Figura 59 || <https://www.facebook.com/feirasaomateusviseu>.

Figura 60 ||

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/9b/Entrada_Feira_de_S%C3%A3o_Mateus_-_2015.png/468px-Entrada_Feira_de_S%C3%A3o_Mateus_-_2015.png.

Figura 61 || <http://www.acert.pt/aviagemdoelefante/site/assets/files/1395/dsc05663.jpg>.

Figura 62 || Fotografia de autor.

Figura 63 || <http://static.panoramio.com/photos/large/1649220.jpg>.

Figura 64 ||

http://s1289.photobucket.com/user/luisaguiarsilvaluis/media/IMG_1594_zps09d59f79.jpg.html.

Figura 65 || <http://ovoodocorvo.blogspot.pt/2014/05/aviso-navegacao-futura-para-rui-moreira.html>.

Figura 66 || PARQUE EXPO 98, S.A. (2008). *Viseu: Estudo de Enquadramento Estratégico da Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística*. Viseu: Viseu Novo, D.L., p.23.

Figura 67 || <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capa/index.php>.

Figura 68 || Fotografia de autor.

Figura 69 ||

[http://www.viseunovo.pt/Mediateca/images/Projectos/Rua%20da%20Arvore%203%20\(Sinagoga\)/Depois/16.JPG](http://www.viseunovo.pt/Mediateca/images/Projectos/Rua%20da%20Arvore%203%20(Sinagoga)/Depois/16.JPG).

Figura 70 || Fotografia de autor.

Figura 71 || Fotografia de autor.

Figura 72 ||

<http://www.viseunovo.pt/Mediateca/images/Projectos/Casa%20do%20Miradouro/Depois/P6200125.JPG>.

Figura 73 || Fotografia de autor.

Figura 74 || Fotografia de autor.

Figura 75 || http://www.prof2000.pt/users/avcultur/Postais2/ViseuPostais/015_Viseu.jpg.

Figura 76 || Fotografia de autor.

Figura 77 || http://images.delcampe.com/img_large/auction/000/312/470/170_001.jpg?v=1.

Figura 78 || http://c8.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/B2307d0fa/9154166_PvES0.jpeg.

Figura 79 || http://c1.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/B7d071d9a/8903601_r76EZ.jpeg.

Figura 80 || http://1.bp.blogspot.com/-MgatopBC_E4/T_jAEHPOMXI/AAAAAAAAAJ6Q/t27BZBS1DEE/s1600/VIISEU%2BANTIGO%2B-%2B33.jpg.

Figura 81 || Fotografia de autor.

Figura 82 || Fotografia de autor.

Figura 83 || <http://edomexinforma.com/wp-content/uploads/2013/11/unesco.jpg>.

Figura 84 ||

http://www.visitalentejo.pt/fotos/galerias/templo_romano_evora_rui_cunha_15033800464ed8e34e9e93c.jpg.

Figura 85 || <http://www.cm-viseu.pt/images/programa17abr2014.pdf>.

Figura 86 || <http://www.mariafernandabraga.com/guimaraes.jpg>.

Figura 87 || http://www.dourovalley.eu/Multimedia/7/74/foto1_1024x768.jpg.

Figura 88 || <http://luiscfhenriques.com/wp-content/uploads/2012/11/Angra-do-Hero%C3%ADsmo.jpg>.

Figura 89 || <http://bna-art.s3.amazonaws.com/www.bootsnall.com/articles/wp-content/uploads/2011/09/spainsaieb.jpg>.

Figura 90 || <http://www.cm-viseu.pt/images/programa17abr2014.pdf>.

Figura 91 || http://coimbrajornal.com/entrada/wp-content/uploads/2013/12/Coimbra_Alta_Universidade.jpg.

Figura 92 || http://3.bp.blogspot.com/-wFUhPVGW-og/UzWPZSZInwI/AAAAAAAAAENI/8A43PUinbDE/s1600/cais_ribeira_1.jpeg.

Figura 93 || <http://www.status-home.com/upload/medialibrary/04f/bairro-alto-lisbon.jpeg>.

Figura 94 || <http://viseu.no.sapo.pt/fotos/34.jpg>.

Figura 95 || <https://www.google.pt/maps/@40.6595901,-7.9124563,3a,90y,237.49h,92.71t/data=!3m6!1e1!3m4!1sWgS315xDzDLVWk53hXrVbw!2e0!7i13312!8i6656!6m1!1e1>.

Figura 96 || <http://2.bp.blogspot.com/-Z2LQod4lQs0/UGcnXiZndEI/AAAAAAAK-s/rNYmIEGO6nk/s1600/WISEU+ANTIGO+18.jpg>.

Figura 97 || <http://i.imgur.com/1irum.jpg>.

Figura 98 || Fotografia de autor.

Figura 99 || Fotografia de autor.

Figura 100 || Fotografia de autor.

Figura 101 || Fotografia de autor.

Figura 102 || Fotografia de autor.

Figura 103 || Fotografia de autor.

Figura 104 || Mapa de autor.

Figura 105 || LYNCH, K. (2008). *A Imagem da Cidade (The image of the city, 1960)*, tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa. Edições 70. 1ª Edição.

Figura 106 || <http://jaimegamafotos.blogspot.pt/2010/08/fotos-de-viseu.html>.

Figura 107 || <http://imagens0.publico.pt/imagens.aspx/828780?tp=UH&db=IMAGENS>.

Figura 108 || <http://jaimegamafotos.blogspot.pt/2010/08/fotos-de-viseu.html>.

Figura 109 || <http://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/01/ae/4b/81/viseu-einfach-schon.jpg>.

Figura 110 || <http://degostar.net/wp-content/uploads/2014/09/viseu-dao.jpg>.

Figura 111 || <http://www.vindimasviseu.pt/>.

Figura 112 || <https://www.youtube.com/watch?v=GOKCA8rgGrc>; http://3.bp.blogspot.com/-TgJxQ1YlzaY/UOYZQjB6nmI/AAAAAAAAAJA/GHGE_rCf48c/s1600/DSCF1875.JPG.

Figura 113 || Panfleto do turismo de Viseu; <http://3.bp.blogspot.com/-HGtjUQeR9Y/U8LZBm4qjFI/AAAAAAAAEHg/OJid4LFuvKo/s1600/CIMG6417.JPG>.

Figura 114 || Fotografia de autor.

Figura 115 || Fotografia de autor.

Figura 116 || Fotografia de autor.

Figura 117 || Fotografia de autor.

Figura 118 || http://3.bp.blogspot.com/_TeAVjhqpoVE/THzuQIAAs4I/AAAAAAAAAHQ/wPtfbbhjINM/s1600/39.jpg.

